

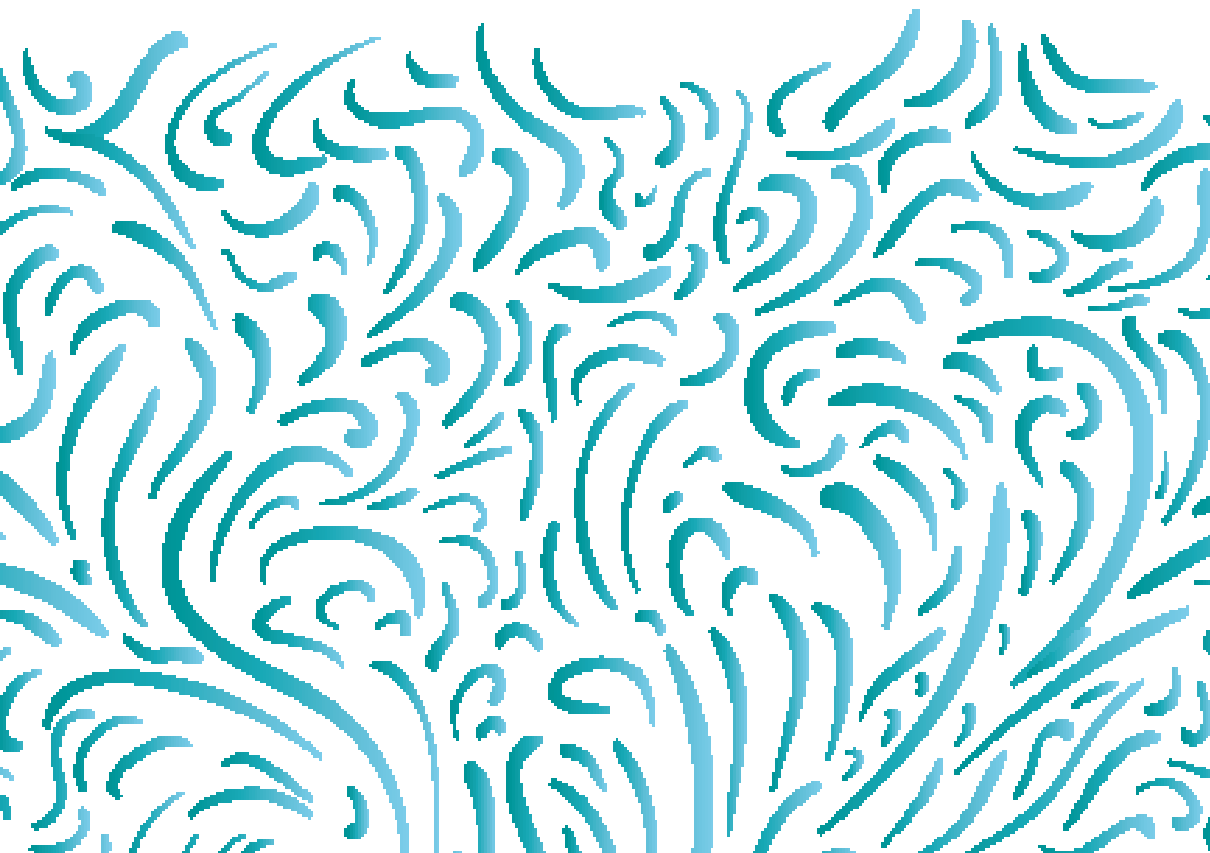


*Maragogipe e  
as Águas Encantadas*

MAGNAIR SANTOS BARBOSA

*Maragogipe e as Águas Encantadas*

Magnair Santos Barbosa



@Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a devida anuência da autora, conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

### **Ficha Técnica**

Capa, Projeto gráfico e Diagramação: Mariana de Paula

Foto da capa: Magnair Barbosa

Fotografia: Magnair Barbosa, Elias Mascarenhas e Gustavo de Souza Castro

Mapa: Fabio Velame, Bigod “o sapo” e Mariana de Paula

Revisão: Osmar Rehem

Impressão: Gráfica e Editora Liceu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barbosa, Magnair Santos

Maragojipe e as águas encantadas [livro eletrônico] / Magnair Santos Barbosa. -- 1. ed. -- Salvador : Cavalo Marinho, 2021. PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-994577-0-8

1. Comunidades quilombolas - Brasil 2. Cultura -Maragojipe (BA) 3. Festa da Barquinha da Enseada - Maragojipe (BA) 4. Maragojipe (BA) - História 5. Maragojipe (BA) - Usos e costumes 6. Patrimônio cultural - Maragojipe (BA) I. Título.

21-62556

CDD-398.098142

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Festa da Barquinha da Enseada : Maragojipe : Bahia :  
Cultura : Folclore 398.098142

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

*À Profa. Clarissa Bittencourt de Pinho  
e Braga (em memória), pela confiança,  
pela grandiosidade e pela oportunidade de  
convivência e aprendizados.*



# Agradecimentos

À mama Margarida, pelo zelo e pelas orações. Ao pai Pedro, e aos meus irmãos, pelo encorajamento.

À minha família paterna e materna, em especial à tia Raimunda, por me conduzir nos caminhos da terrinha.

Aos moradores das comunidades quilombolas de Maragojipe, especialmente da Enseada do Paraguaçu, coautores desta pesquisa.

À Dona Noquinha e Aninha, pelo acolhimento.

Ao Prof. Milton Moura, pela generosidade, dedicação e orientação.

Ao Prof. Vilson Caetano de Sousa Junior, pela confiança, aprendizados dentro e fora do campo de pesquisa – e disponibilização de fontes.

A Rodrigo Siqueira, pelo carinho e incentivo.

Ao Prof. Fabio Velame, pela gentileza ao disponibilizar material cartográfico.

À Profa. Edilene Matos, Profa. Fátima Tavares, Prof. José Roberto Severino e Prof. Francisco Antonio Nunes, pelas contribuições.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, pela partilha de conhecimentos que ampliaram as perspectivas desta pesquisa durante estudos no Mestrado Multidisciplinar.

À Profa. Cassimélia Silva, pelas vivências na Educação Infantil, proporcionadas durante pesquisa na Enseada do Paraguaçu.

Aos amigos, pelo apoio e vibrações positivas.



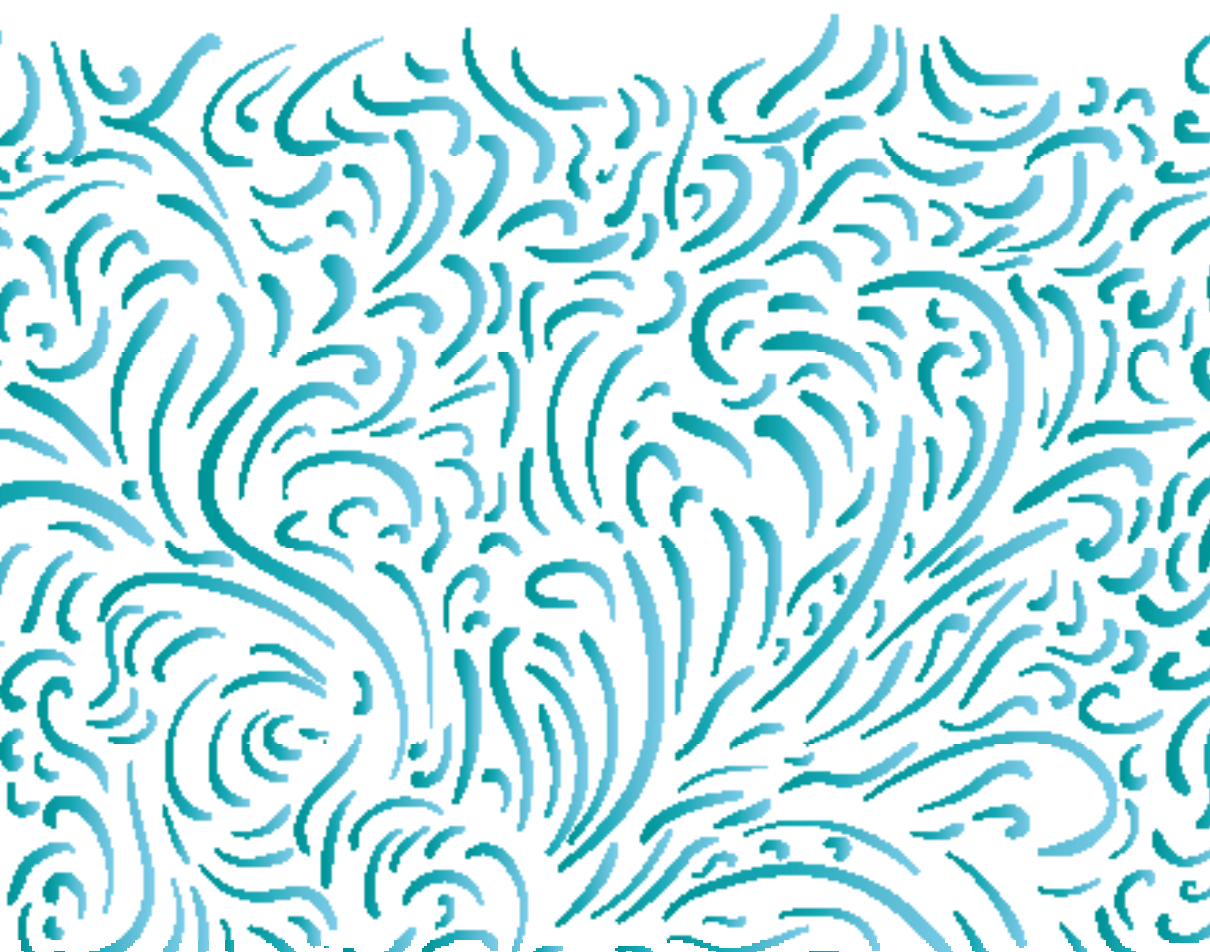
*Águas de março. Águas de mar. Águas de maré. Águas de rio. Águas de chuva, de tempestade, de correnteza, de enchente, de precipitação. Águas para lavar, para limpar, para desaguar, para chorar, para sorrir. Águas de quartinha, de moringa, de pote, de porrão. Águas para banho, para reza, para proteção. Águas que rebentam, que brotam. Águas de minadouro, de fonte. Águas para matar a sede e a fome. Águas do Baetantã, do Olho D'água, do Paraguaçu. Águas que conduzem a Barquinha e a minha vida. Águas da Mãe D'água, da Sereia, de Iemanjá e de Oxum. Águas dos Encantados. Águas de Oxalá. Águas que acalentam, que fortalecem. Águas das mudanças, das transformações, das renovações. Águas que viram e que virão!*

*Magnair Barbosa*

**Março / 2018**

<b>Prefácio</b> .....	08
<b>Apresentação</b> .....	15
<b>Introdução</b> .....	20
<b>MARAGOJIPE: A TERRA DAS PALMEIRAS</b> .....	31
De sesmaria à cidade.....	33
Potencial náutico.....	40
Uma cidade, duas rotas.....	47
Tempos festivos.....	51
<b>UMA OUTRA CIDADE: A MARAGOJIPE QUILOMBOLA</b> .....	58
Salamina Putumuju.....	62
Guerém e Baixão do Guai.....	66
Buri.....	68
Girau Grande.....	70
Sítio Dendê.....	72
Porto da Pedra.....	75
Tabatinga.....	78
Guaruçu.....	79
Quizanga.....	80
Topá de Cima.....	82
<b>ENSEADA DO PARAGUAÇU: UM TERRITÓRIO INVADIDO</b> .....	84
Um polo naval em terra de quilombo.....	89
Um território de Encantados.....	94
<b>A FESTA DA BARQUINHA DA ENSEADA DO PARAGUAÇU</b> .....	108
O início e a preparação.....	110
O cortejo.....	117
A entrega.....	127
A barquinha, as águas e os encantados.....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	149
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153

## *Prefacio*



**A**s festas no entorno da Baía de Todos os Santos são de água e de terra. Quem percorrer o traçado dessa Baía vai encontrar centenas de manifestações que juntam esses elementos. Sobretudo quando, sobrevoando tanto as terras quanto as águas, reina o Sol boa parte do ano.

Algumas dessas manifestações são mais conhecidas, em virtude de sua divulgação como atração turística. São, por exemplo, as lavagens e as procissões marítimas, bem como os presentes.

Nas lavagens, o elemento água é levado por terra até um templo para cuidar desse ambiente sagrado, como a fazer o asseio das casas dos deuses. Entretanto, não pense o prezado leitor que um cortejo de lavagem é simplesmente terrestre ou marítimo. No caso da Lavagem do Bonfim, a mais divulgada, algumas casas de santo de diversos pontos da Baía levam suas quartinhas com a água de alevante até um ponto em que embarcam para Salvador. Pode ser a lancha ou o ferry-boat, mas pode também ser um saveiro, como era mais utilizado décadas atrás. Assim, a água levada à cabeça passa por caminhos de terra e de mar, para desembarcar em Salvador e seguir por terra, fazendo com que a água doce, trazida sobre a água salgada, realize o mistério da purificação em solo firme.

A própria quartinha é a terra da beira de algum curso d'água, de alguma fonte. A argila pede água para ser amassada e preparada para o cozimento. Aquela massa cinzenta, depois de cozida, torna-se avermelhada, transformando-se em recipiente apropriado para levar a água ao momento sagrado, muitas vezes adornada com pinturas brancas que tão bem contrastam com a cor do pote. Algumas renomadas olarias ficam em Maragojipinho, no município de Aratuípe, junto a um braço de mar... ou seria um braço do Rio Jaguaripe?

Assim acontece na Festa do Bonfim. É diferente, mas não chega a ser o contrário o que acontece na igreja da Boa Viagem, tão próxima à do Bonfim. Ali não se observam elementos diretamente relacionados ao

culto dos Orixás, mas a água doce é derramada pelo chão a ser lavado por vassouras virgens nos dias anteriores à saída da imagem de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes. Esta sai da igreja da Boa Viagem e se dirige à Basílica da Conceição da Praia – ambas erguidas quase ao lume d'água – numa galeota, para retornar no dia seguinte. As imagens dos santos não somente gostam de passear pelas ruas e praças; apreciam também pequenas viagens por cima d'água.

Os presentes acontecem como a entrega de coisas sólidas e líquidas. Flores, velas, alimentos, cosméticos, espelhos, perfumes, lavandas e patchoulis são arrumados em cestos que os barcos vão depositar no Dique, no oceano aberto, na Baía, em rios largos como o Paraguaçu ou em riachos e córregos que – eles sim – levarão as oferendas até águas mais profundas. Alguns desses cursos d'água trazem dúvidas a geógrafos e biólogos sobre sua classificação. É o caso do Rio São Paulo, próximo a Candeias. Seria mesmo um rio ou um braço de mar? Ora parece que a água doce permite que a água salgada chegue um pouco mais para dentro do continente, ora que é o mar mesmo que se adoça um pouco com o pequeno rio, que, ousado, despeja aí uma quantidade maior de água doce. E com isso se dá o trânsito de bichos e plantas que, como se estivessem indecisos quanto a seu habitat rigorosamente definido, parecem sintonizar com o trânsito das águas nas quartinhas que passam sobre os torços às cabeças das ebomis e iaôs.

Em Itaparica, acontece uma cerimônia de presente no final da festa de Santo Antônio dos Navegantes, em janeiro. A imagem do santo vai dentro de um pequeno barco, sendo que as amarras das velas o mantêm firme. Por sua vez, o barco é alçado a um pequeno andor, que percorre as ruas até o píer. Aí, o andor é arrumado numa lancha de tamanho médio, com a presença de um bom número de devotos, que levam a imagem num bordejo e deixam a cesta com os presentes bem no centro da Baía. Ora, esse cortejo está longe de ser uma sequência linear de terra e água!

A povoação de Guai, distrito de Maragojipe, tem um monte muito

alto de onde se pode avistar boa parte dessa parte do Recôncavo. Lá embaixo, a cidade parece um brinquedo! Vê-se o pequeno Forte da Salamina e a Enseada do Iguape, o trecho mais largo do Rio Paraguaçu. Veja, prezado leitor, o nome deste monte é...Lagoa!... Parece que a toponímia não respeita a precisão da nomenclatura dos acidentes geográficos no entorno da Baía de Todos os Santos. Por sua vez, a própria natureza parece, de vez em quando, negar essa distinção aparentemente básica e cartesiana entre as terras e as águas, o sólido e o fluido, o continente e as ilhas, de um lado, e o próprio mar, do outro. Assim é que em Santo Amaro do Catu, na Ilha de Itaparica, pode-se tomar água doce de agradável sabor numa fonte saída da areia da praia... e a própria Fonte da Bica, tão conhecida, situa-se na fímbria da contracosta da ilha, derramando água doce bem próximo do mar, como se fosse um rio que dispensasse margens, cumprindo sem mais sua vocação de entrar na Baía.

A toponímia da cidade do Salvador não deixa de brincar com essa precisão. Nomes como Ribeira, Mares, Conceição da Praia e Barra, bem como Ondina e Rio Vermelho, dizem respeito diretamente ao elemento água. Já nomes como Bonfim, Montserrat e Boa Viagem apontam a viagem, com seus riscos e os suspiros de alívio diante de uma travessia concluída. E por toda a cidade se multiplicam os nomes que aludem às águas. Brotas, Sangradouro e Água Brusca, porque havia ali muitas nascentes. Tororó, onomatopeia de pequenas fontes que alimentavam o Dique. Barris... cheios de água de fontes. E os nomes mais evidentes como Fonte Nova, Fonte das Pedras, Fonte do Baluarte...

Qual seria o limite entre o Rio Paraguaçu e a Baía de Todos os Santos? Quase tudo que diz respeito a essa parte do Recôncavo acontece como numa simbiose. Oficialmente, a Barra do Paraguaçu é o limite, com o pequeno Farol da Barra, que divide esse nome com o outro, grandioso, encimado na Ponta do Padrão, onde a Baía e o Oceano fazem uma esquina, no bairro da Barra.

Vamos aproximar a lente dessa breve viagem sobre Maragojipe, o município de que é nativa a autora deste livro. São várias composições geomorfológicas, com tabuleiros, manguezais e praias, do lado direito do Rio Paraguaçu, reunindo alguns distritos de certo porte, como Coqueiro e Nagé. A vida dessas populações, ao longo dos séculos, pode ser lida como uma sucessão de estratégias no sentido de viver do rio e viver com o rio. Pescadores, marisqueiros, saveiristas e outras muitas profissões, como mestres e ajudantes e estaleiros, têm sua história entrelaçada com as águas do rio e seu roçar permanente com a terra.

Foi o conhecimento e a interação com o meio ambiente que oportunizou a formação de uma cultura tão rica nessa porção do mundo. A culinária combina os derivados da mandioca, que são muito mais numerosos e diversificados do que podemos imaginar, com o óleo do dendê e os frutos das águas. Convencionalmente, dizemos “frutos do mar”. São também frutos do rio e do mangue. Inúmeros tipos de peixes, moluscos e crustáceos, de diversos tamanhos, consistências e sabores, vão se combinar com a proteína dos suínos, caprinos e bovinos, sobretudo a carne de sertão e a linguça, para configurar a dieta tradicional. Tudo isto vem se combinar com os grãos da família do feijão, incluindo nessa família o feijão mulatinho, branco, verde e preto, o andu, o mangalô e a fava.

Esse conhecimento do meio ambiente também permitiu que os índios, africanos e seus descendentes, tantas vezes misturados e miscigenados, organizassem sua resistência na forma de quilombos. Quilombos estes que se configuram de diferentes modos, a depender do número de componentes e da relação com a sociedade hegemônica pelos portugueses e seus descendentes. No segundo capítulo, Magnair Santos Barbosa trata da importância dessas comunidades na história de Maragojipe. A própria toponímia dessas áreas aponta a complementaridade entre elementos de origem indígena e origem africana – Putumuju, Tabatinga, Quizanga...

Em todos os casos, é importante o conhecimento do ambiente.



E isto significa o conhecimento da relação entre terras e águas. A areia, o mangue, o apicum, o massapê são alguns dos principais tipos de solo, correspondendo a diferentes modos de acesso e percurso. Foi o conhecimento do mangue e dos ecossistemas vizinhos que possibilitou ao índio Antônio, no final do século XVI, criar e conduzir a Santidade de Jaguaripe, uma experiência singular de resiliência e criação cultural. Com efeito, a Vila de Jaguaripe, vizinha de Maragojipe, está construída entre o massapê, a areia e o mangue, à beira do rio do mesmo nome.

É também nos territórios limítrofes entre terras e águas que vão acontecer os conflitos recentes, como o que se instalou na Enseada do Paraguaçu com a implantação de um polo naval em território de quilombos. É a contemporaneidade colocando novos desafios a tradições religiosas que vêm se amalgamando ao longo dos últimos séculos, hoje obrigadas a se redefinir diante dessa odiosa presença.

O capítulo final discorre minuciosamente sobre o folguedo da Barquinha. É um ritual para onde convergem componentes de diversas origens. Não somente do mundo do catolicismo de cepa portuguesa e do panteão dos Orixás, como também de elementos que se propagaram na mídia radiofônica. As fotografias permitem ver que os materiais utilizados nos rituais são de diversas texturas e colorações, misturando e combinando tudo no sentido de preparar a homenagem à Mãe D'Água ou, como hoje se diz mais frequentemente, a Iemanjá. É possível perceber elementos comuns à Chegança e à Marujada, manifestações culturais menos divulgadas que acontecem em outros pontos do entorno da Baía. As cores, a disposição dos componentes, a coreografia são elementos que apontam para uma convergência que se compõe e recompõe numa trajetória que, justamente por não ser linear, permite essas combinações e recomposições.

O ritual da Barquinha é um presente. Apresenta-se de modo especial, singular. Ocupa um momento especial, a virada do ano. Adquire, assim, uma investidura cósmica. O ano velho se vai, o ano novo chega com a entrega

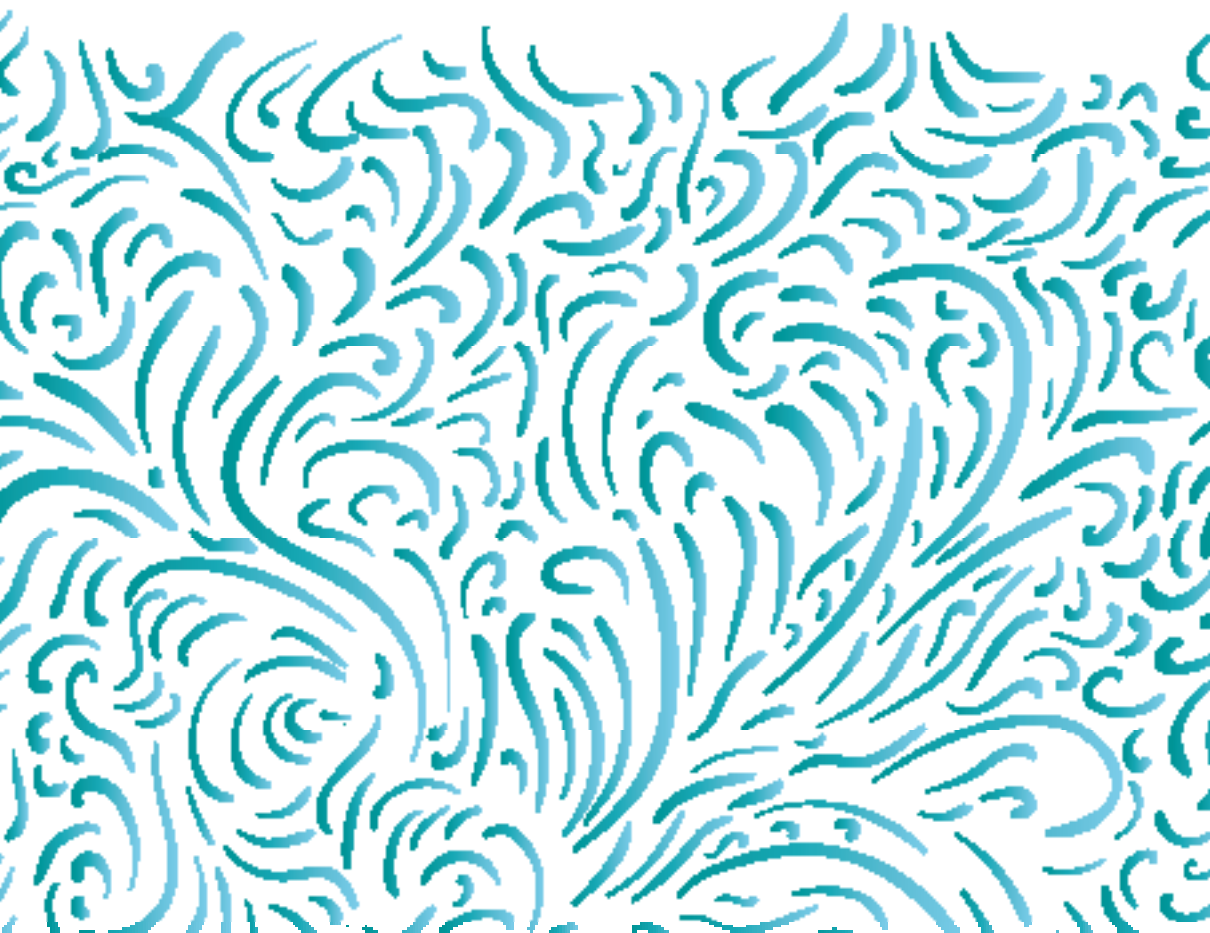
da barquinha e tudo que ela encerra às águas doces do Rio Paraguaçu, em que se misturam as águas salgadas da Baía de Todos os Santos ao ritmo do regime das marés.

Prezado leitor, a cerimônia da Barquinha da Enseada do Paraguaçu é uma sinédoque singela e comovente do conjunto de manifestações que, no entorno da Baía de Todos os Santos, acontecem conferindo sentido à relação entre as terras e as águas, o sólido e o fluido, o aparentemente estável e o certamente móvel. É o Universo inteiro que se faz presente nessa forma tão simples e cativante de comemorar, pois nada existe na cultura humana que não combine de algum modo terras e águas. O ritual cuida de sua própria perenidade, com a eleição da liderança do próximo ano. Sua dimensão cósmica abrange a própria administração da temporalidade.

Convido-lhe a ler generosamente a narrativa apaixonante de Magnair Santos Barbosa sobre o ritual da Barquinha da Enseada do Paraguaçu. Trata-se de uma chave de densidade e beleza do mistério do encantamento das águas de Maragojipe, para as quais todas aquelas margens se voltam, especialmente nos momentos de culto. Viva os encantados do Rio Paraguaçu, da Baía de Todos os Santos e de todo o mundo!

*Milton Moura*

## *Apresentação*



**A**ntes mesmo de ser uma pesquisadora diante do seu objeto de pesquisa, ou melhor, dos outros sujeitos da pesquisa, sou aquela que receu muitas escolhas. A primeira foi pela terra que se fez minha desde a infância, não por naturalidade, mas por adoção. As férias passadas em Maragojipe com certeza contribuíram para os primeiros passos em torno da construção dessa identificação, paralelo ao mergulho na memória familiar, direcionou a formação identitária. Por isso, peço licença para apresentar brevemente os caminhos que desembocaram em algumas escolhas desta pesquisa.

Sou filha, sobrinha, neta, bisneta e não sei mais quantas gerações de maragojipanos. Do lado materno, experimento a forte referência à atividade profissional do bisavô, Pedro Quarta-Feira, devido ao ofício de carpinteiro e à dedicação exclusiva à feitura de caixão na cidade. Já minha memória vai ao encontro das poucas imagens guardadas do avô Bispo Sales Santos, que faleceu quando eu tinha cerca de 10 anos. Este criou sozinho 8 dos seus 16 filhos (7 deles natimortos e 1 falecido ainda criança), já que minha avó Nair faleceu bastante nova, de tuberculose. A casa do meu avô – que trabalhava na Associação Atlética, onde costumavam ocorrer bailes dançantes – apresenta características típicas da arquitetura interiorana, com corredor extenso, diversos dormitórios e quintal. A trajetória da minha família materna e a relação que mantive com essa terra estão circunscritas à casa localizada no bairro central da cidade – Palmeiras –, logo após uma ponte, por onde passa um braço de rio. Até hoje, quando esse rio enche, suas águas costumam correr às ruas e adentrar as casas da localidade. O rio passa ao fundo da nossa casa, que fica ainda próxima ao mercado de peixe (de nome Iguatemi) e aos antigos hospital e delegacia. De lá, é possível acompanhar parte significativa do movimento da cidade, assim como visualizar um ângulo privilegiado do cruzeiro<sup>1</sup> da cidade.

Do lado paterno, a imagem de duas mulheres – a bisavó Mariquinha e a avó Catarina. Na infância, ia visitar, com frequência, a bisavó Mariquinha, em um sítio localizado para lá das Palmeiras, no caminho da Praia do Pina,

---

1 Do cruzeiro, tem-se uma vista panorâmica da cidade, com destaque para a igreja matriz – sob uma colina – e para o contorno da Baía do Iguape.

conhecida como Ponta de Sousa. Era a mãe da minha avó Antônia Barbosa, que faleceu com 39 anos, também de tuberculose, deixando 8 filhos sob a responsabilidade do meu avô Antônio Reis Barbosa, “Tonho Do Leite”, lavrador e renteiro, que vivia do trabalho na plantação de mandioca e na produção de farinha, e ao que parece também da venda de leite nas ruas da cidade. Meus avós se conheceram na localidade onde moravam, na zona rural, vilarejo Santo Antônio de Aldeia, entrada da cidade, no caminho para o Terreiro do Pinho<sup>2</sup>. A bisavó, com um biotipo português, talvez espanhol, constantemente lembrava, no auge dos seus 90 anos, o gênio arreado da mãe-emprestada do seu genro Do Leite, que era índia, Ana Alexandrina dos Reis, chamada por “Boniteza”. Já a avó Catarina morava com meus pais quando nasci. Foi ela que continuou a criar os filhos de “Do Leite” e acompanhou meus primeiros passos. Chegou à cidade com sua irmã Ciriaca, ambas egressas de família escravizada da região de Santo Antônio de Jesus, ao que contam, e se agregou à família maragojipana através da prestação dos serviços. Quando fui morar em São Paulo com meus pais, ela ficou no asilo de Maragojipe, sendo todos os nossos reencontros carregados de afetividade.

A construção de minha trajetória biográfica está atrelada à familiar nessa cidade. Um elemento singular nesse transcurso foi saber, quando adolescente, que minhas duas avós, materna e paterna, morreram jovens, ambas de tuberculose. A resposta estava entranhada no processo histórico da cidade, que só fora descobrir após cruzar os dados familiares aos acadêmicos – a labuta das charuteiras nas cidades do Recôncavo da Bahia. Mulheres que trabalhavam nas suas próprias casas enrolando as folhas de fumo nas coxas, enquanto dividiam o trabalho com o cuidado dos filhos e a iminência de uma criança a cada ano. Outras tantas mulheres trabalhavam na fábrica alemã Suerdieck, como pode ser verificado ao contabilizar as inúmeras aposentadas da cidade, tal como minha tia-avó materna, Nolinha, já falecida. Foi inclusive a partir da sua memória, como também das imagens guardadas desde a infância, que surgiu outra escolha – a primeira pesquisa acadêmica.

---

<sup>2</sup> Terreiro de tradição jeje-dahomeana.

Ao crescer, fui marcada por muitas imagens festivas dessa terra. As mais impactantes tiveram origem durante os dias carnavalescos, com as caretas, pesquisa à qual me dediquei na graduação e especialização. Com o tempo, fui identificando outras expressões festivas mais cotidianas, as quais estão elencadas neste trabalho. Fui me dando conta do quanto as festas fazem parte da vida dos maragojipanos, sendo em grande parte ligadas à religiosidade. Nesse sentido, fui conduzida pelas mãos da minha tia materna, Raimunda, que me levou a diversas casas de culto afro-brasileiro na cidade, como também me fez experimentar a forte devoção aos santos católicos. Nossa casa nas Palmeiras continha um altar com muitos santos e divindades afro-brasileiras, como tantas outras casas maragojipanas.

Daí por diante, os caminhos profissionais e acadêmicos continuaram a me conduzir ao campo dos estudos das festas, mais especificamente, do patrimônio cultural baiano. Como maragojipana de coração – e, portanto, festeira –, não me furtei à escolha de mais uma festividade. Nesse caso, a Barquinha do Quilombo Enseada do Paraguaçu. Essa fora ocasionada pelos caminhos trilhados a partir da pesquisa desenvolvida junto à instituição Brasil com Artes e às comunidades quilombolas de Maragojipe e de Cachoeira, entre 2012 e 2014. Pude, assim, me aproximar de parte do município até então desconhecida, o que contribuiu ainda mais para a ressignificação desse espaço.

É justamente à postura de honrar a terra dos meus antepassados, e mais ainda os povos originários dessa terra, que se deve outra escolha: a grafia do nome desse município com J, e não a versão oficial com G, em alusão à sua referência indígena “maragojyp”. Se essa já era a minha escolha desde que escrevi esse nome pela primeira vez na universidade, não poderia ser diferente depois da rememoração nativa pelas comunidades quilombolas.

E é por estar imbricada na pesquisa, me contrapondo à negação da subjetividade do historiador diante do seu objeto de pesquisa, ao qual aproveito propositalmente para realizar mais uma autocorreção – dos sujeitos

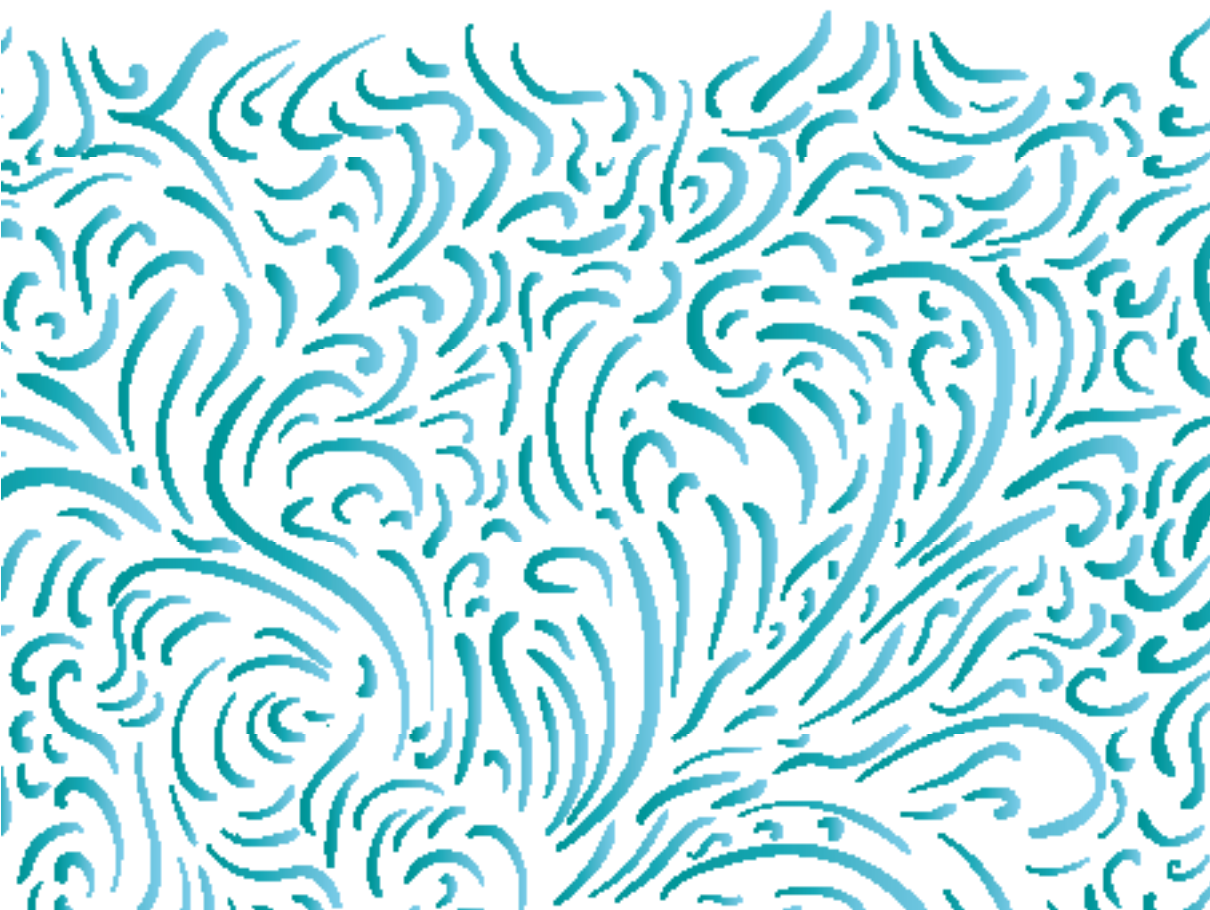
da pesquisa —, que escrevo este texto na primeira pessoa<sup>3</sup>. Aqui estão contidos os caminhos da pesquisa de campo, numa narrativa que retoma a cena, o cenário, os sentidos, os sujeitos, as vivências, as experiências e as memórias. Uma escrita que ambiciono etnográfica. Aqui se fazem presentes a pesquisadora, os interlocutores e o campo.

Isso também justifica a opção por privilegiar as fotografias feitas durante a pesquisa, já que compõem parte da narrativa do texto e do olhar da pesquisadora no campo de pesquisa. Quanto às outras tantas escolhas, convido o leitor a descobrir nas próximas páginas.

---

3 Outra escolha se deu em relação à utilização da própria linguagem neste texto. Assim, por vezes, rompemos, propositadamente, com algumas normas gramaticais, como, por exemplo, as de colocação pronominal, a fim de indicar a aproximação desta pesquisadora com o campo de pesquisa.

## Introdução





Cidade do Recôncavo da Bahia, Maragojipe tem sua história atrelada às pequenas lavouras para produção de gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca. Atualmente, vem ganhando projeção no âmbito estadual e mesmo nacional e internacional, já que, em 2010, o seu carnaval dos mascarados foi reconhecido pelo Estado como Patrimônio Cultural da Bahia. Afastada da sede da cidade, onde acontece a festa dos mascarados, encontra-se uma população que nos últimos anos tem se identificado enquanto quilombola e, nesse sentido, solicitado a titulação das terras onde viveram seus antepassados e onde projetam o futuro. Essas mesmas comunidades quilombolas, junto a outras comunidades rurais do município, abastecem a feira da cidade com produtos variados, advindos da roça, do mato e da maré.

As comunidades quilombolas no Brasil são fruto do processo histórico da escravidão e do pós-abolição, quando grupos teceram diversas formas de relações nos espaços ocupados. Foram chamados de mocambos e quilombos, e representavam estratégias de resistências dos negros no Novo Mundo. Segundo o Conselho Ultramarino, em 1740, quilombo era a “habitação de negros fugidos que passem de cinco”.<sup>4</sup> Na Bahia, estavam espalhados por todo o território, tendo por concentração as áreas nas proximidades dos engenhos. Já no século XVII, foram noticiados diversos desses agrupamentos, sendo alguns atacados no Recôncavo da Bahia, inclusive na região de Maragojipe.<sup>5</sup> Com o passar dos anos, foram aumentando em número, sem cessar, mesmo após a abolição, quando já eram “verdadeiras microcomunidades camponesas”. Fora do regime escravocrata, muitos desses “camponeses negros [...] foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes”<sup>6</sup>, o que ampliou a disputa por acesso à terra com setores agrários.<sup>7</sup>

---

4 GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 73.

5 *Idem*, p. 104.

6 *Idem*, p. 120.

7 *Idem*, p. 123.

São as memórias das relações mantidas, no último século, com os fazendeiros as narrativas mais presentes nas comunidades quilombolas de Maragojipe. Isto se deve provavelmente ao que fora chamado de “pacto paternalista”<sup>8</sup>, com a permanência de libertos nas mesmas terras na condição de rendeiros, após a abolição, tendo alguns a posse de lotes. Tal configuração fica mais evidente quando se constata ruínas de antigos engenhos na região do Guá e da Salamina Putumuju. Outros grupos, porém, podem ter ocupado propriedades falidas ou migrado para outras regiões, talvez nas proximidades, mas se depararam também, em dado momento, com a atuação de fazendeiros, que porventura podem ter espoliado terras doadas, adquiridas ou herdadas por indivíduos e seus descendentes egressos da escravidão.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, designou que fossem tituladas as terras ocupadas por “remanescentes das comunidades de quilombos”<sup>9</sup>. A partir dessa jurisprudência, comunidades começaram a recuperar a memória histórica e a (re)construir identidades étnicas (“emergências étnicas”) no intuito de terem reconhecidos os direitos territoriais. Foi devido à atuação de sujeitos políticos e pesquisadores, que inicialmente buscavam cruzar depoimentos orais e encontrar documentos oficiais que comprovassem a propriedade das terras, que a expressão “remanescente de quilombo” foi alargada, desvinculando-se da necessidade de vínculos às experiências coloniais.<sup>10</sup> Diante disso, a Instrução Normativa nº 49, de 2009, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, estabeleceu que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição (*sic*), com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

---

8 *Idem*, p. 126.

9 Os “remanescentes de quilombos” foram categorizados, no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, como “comunidades rurais negras”, e, no Norte e Nordeste do país, como “terras de preto”. ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: Edusc, 2006, p. 26.

10 MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2012, p. 34-50.

A partir da ressemantização da categoria “remanescente de quilombo”, através da contribuição de antropólogos, a identidade étnica e a autoidentificação se tornaram elementos decisivos para o reconhecimento das comunidades enquanto quilombolas. Nesse bojo, deve-se considerar as peculiaridades de cada grupo, para não impor às comunidades categorias rígidas e desconectadas das particularidades construídas em cada território.<sup>11</sup> Um território que não é delineado “de fora”, pela estrutura político-administrativa do Estado (podendo até ser motivado pelo mesmo), mas “de dentro”, por “processos de territorialização”<sup>12</sup>. Paul Little sinaliza que, diante do engajamento do grupo em face do espaço biofísico, elabora-se a territorialidade, que perpassa por relações particulares de identificações, significados e pertencimentos, e, nesse sentido, pela construção de vínculos afetivos atualizados via memória coletiva e pelos usos que se faz do território.<sup>13</sup>

O conceito de territorialidade ajuda a entender os direitos reivindicados pelas comunidades quilombolas, suas articulações políticas e culturais, já que implica a:

[...] criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, a constituição de mecanismos políticos especializados, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação com o passado.<sup>14</sup>

É dentro dessa concepção que líderes das comunidades quilombolas costumam indicar aos técnicos do INCRA, responsáveis pela demarcação do território para posterior titulação, os espaços utilizados historicamente pelo

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 50-52.

<sup>12</sup> LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 255. Para o autor, esses processos são engendrados por conflitos, além de indicar que “internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo próprio governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.”

<sup>13</sup> *Idem*, p. 253-254.

<sup>14</sup> ARRUTI, *op. cit.*, p. 41.

grupo. Espaços de produção e reprodução da subsistência, mas também de manutenção das identidades. A autoatribuição quilombola se faz, então, uma decisão política e identitária, que abre, por outro lado, diversos enfrentamentos internos e externos. Isto inclui fazer frente aos fazendeiros que ocupam as mesmas terras e a comunidade externa que, desconhecendo os processos históricos, por vezes são tachados de “ladrões de terras”. Acompanhando o cotidiano das comunidades quilombolas de Maragojipe, foi possível registrar as narrativas que traçavam as territorialidades dos grupos e suas identidades étnicas, cujos discursos delineavam os lugares de fala – “o eu” e “o outro”, o “de dentro” e o “de fora”. Naquele contexto, as delimitações identitárias se faziam paralelas às afirmações da diferença (já que produzidas conjuntamente por processos móveis e fluidos), elaboradas enquanto discurso político, via narrativas, sob forte aparato simbólico.<sup>15</sup>

O pesquisador também era “o outro” e o “de fora”; e por esta razão lhe cabia entender o seu lugar de fala e atuação, assim como dos interlocutores. Por isso, foi necessário se aproximar da antropologia e das bases metodológicas da etnografia. Essa aproximação se fez pertinente até porque desde o século XX o campo historiográfico começou a se alargar, com a inserção de novos objetos e problemas, sob influência da Escola dos *Annales*, a Nova História. Além disso, a História Cultural iniciou um diálogo mais próximo entre as mais variadas ciências – o que contribuiu para a análise de sujeitos e práticas até então esquecidos ou invisibilizados pela historiografia.<sup>16</sup>

A etnografia é uma metodologia e prática de pesquisa que proporciona ao pesquisador a vivência do campo de pesquisa, através de um período prolongado, mantendo contato e estabelecendo relações com as pessoas. As observações sistemáticas, o diálogo com os interlocutores e a reflexão

---

15 SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 74-76.

16 BURKE, Peter. A vez da antropologia histórica. In: *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 44-67. As festas, por exemplo, só passaram a ser abordadas mais sistematicamente pela historiografia a partir de 1980. Sobre essa questão, é possível obter um panorama dos estudos em: COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, ano 1, v. 1, n. 1, maio 2008, Dossiê Identidades Religiosas e História.

do processo são os principais geradores dos dados da pesquisa.<sup>17</sup> A prática metodológica se estrutura em caminhos essenciais ao pesquisador, tais como, “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”<sup>18</sup>. Da “antropologia histórica”, alguns outros caminhos metodológicos foram pertinentes à pesquisa de campo (com pretensões etnográficas) desenvolvida, assim como para o entre-lugar assumido com a escrita desse texto: a observação participante e a descrição densa do campo de pesquisa. Da mesma forma, alguns objetos e temas tratados por esse campo do conhecimento serviram de norteadores a essa pesquisa: a busca por significados, os lugares da memória, a interpretação “do outro” e dos seus espaços.<sup>19</sup>

Trata-se de uma postura no campo de pesquisa que tentou se aproximar das disposições de um “historiador etnográfico”, cujo objeto se inclina aos significados de um festejo – a Festa da Barquinha do Quilombo da Enseada do Paraguaçu – e ao objetivo – a dinâmica da festa –, balizada pela “maneira como as pessoas comuns entendem o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento.”<sup>20</sup> Um caminho trilhado através do contato com o que até então era desconhecido e incompreendido, se inclinou a uma problemática a ser interpretada e a outro método – utilizar as pistas e os rastros disponíveis no campo de pesquisa e tratá-los enquanto possibilidade para alcançar a visão de mundo da comunidade e, assim, os agenciamentos da festa pesquisada.<sup>21</sup>

Através do “método indiciário”, em que os sinais e os indícios são primazes na leitura das narrativas (que dependem muito do olhar do observador), é possível obter dados qualitativos capazes de ampliar o ângulo de visão do objeto pesquisado, e, dessa forma, colaborar com a leitura dos detalhes e das sutilezas presentes nas

17 URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, n. 11, p. 1-12, 2012. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/300>.

18 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 4.

19 AUGÉ, Marc. O próximo e o distante. In: *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 13-43.

20 DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. XIV.

21 *Idem*, p. XIV-XVII.

narrativas dos interlocutores no campo de pesquisa.<sup>22</sup> Por outro lado, a forma como as narrativas são organizadas e proferidas, o gestual, a performance, o silenciamento, o momento de disposição e indisposição da fala, as versões narrativas dão muitos dos indícios e dos sinais para conduzir a pesquisa, se aproximar dos interlocutores, entender o campo, os sujeitos e o objeto de pesquisa.

As narrativas foram construídas pelos interlocutores no campo de pesquisa porque foram acionados os dispositivos da memória. Foram lembradas enquanto reminiscências, mas foram também (re)construídas, revisadas, selecionadas e/ou omitidas. Importante considerar que grupos, como os sujeitos desta pesquisa, utilizam a oralidade para assegurar a narrativa do passado e também os laços identitários, sendo essas motivações latentes para comunidades quilombolas, visto que recorrentemente esses dispositivos são utilizados para embasar os direitos étnicos e territoriais.

Peter Burke revela que, por muito tempo, a escrita da história esteve a cargo de “vencedores”, por isso cabe aos “perdedores” rememorar constantemente suas experiências, até como exercício de reflexão do que não fora vivido. Para ele, existem “comunidades de memórias” que filtram aquilo que consideram importante ser lembrado ou esquecido, a partir de interesses diversos. Da mesma forma, a memória social seleciona os indivíduos e os grupos que devem ser valorizados ou tolhidos da narrativa histórica<sup>23</sup>. Jacques Le Goff entende a memória enquanto categoria de análise historiográfica, com vistas a demonstrar a sua função social, pois esta pode representar não apenas o indivíduo, como também ser propriedade de um grupo ou comunidade. Esse estudioso recorre, assim, à terminologia “memória coletiva” ou “étnica” para caracterizar principalmente as sociedades sem escrita, que têm por base a transmissão de conhecimentos e vivências pelo viés da tradição oral. Essas sociedades de memória oralizada possuem normalmente indivíduos que atuam na transmissão da memória coletiva e

---

22 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 145-179.

23 BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 83-85.

também assumem a função de assegurar a coesão do grupo.<sup>24</sup>

Pierre Nora destacou a importância do uso da memória e seus suportes documentais nas ciências humanas. Para esse autor, os “lugares de memória” podem ser identificados a partir da vontade dos indivíduos em assegurar a memória coletiva, principalmente em torno da vida familiar, da cultura e da religiosidade, ou nos “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”<sup>25</sup>. Sendo assim, a memória se faz documento, capaz de descortinar a dinâmica social: solidariedades, conflitos, negociações, interesses, paixões e muitas outras relações, tais como as emergências étnicas. A esse respeito, destaca:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.<sup>26</sup>

A História Oral é uma “metodologia de investigação social” que possibilita a análise de narrativas, memórias e práticas coletivas. Através desse recurso, foi possível chegar à “tradição oral”, às narrativas transmitidas pela comunidade pesquisada, mas também construir junto aos interlocutores a fonte primordial deste trabalho. Um roteiro semiestruturado norteou as entrevistas, fluido o bastante para tomar as direções indicadas pelos momentos.<sup>27</sup> Se, por um lado, o encontro era fundamental para a realização da entrevista, por outro se fazia imprescindível a disponibilidade para a escuta de ambos os lados. No caso desta pesquisadora, a escuta atenta da “fala [que] tem sempre um mais

24 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 424-430.

25 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7.

26 *Idem*, p. 12-13.

27 ORNELLAS, Maria de Lourdes S. *(Entre)vista: a escuta revela*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 64.

além”<sup>28</sup> descortinou os indícios e as pistas para a condução não só das entrevistas, mas de outros tantos momentos informais, frutos das vivências e experiências empíricas do próprio campo de pesquisa. Em muitos dos momentos informais, diante da vontade do interlocutor em falar o que lhe convinha (influenciado pela suposição do que o outro gostaria de ouvir), foi utilizada a “entrevista não-estruturada ou em profundidade”.<sup>29</sup>

Parte significativa dos dados apresentados neste trabalho são produtos da pesquisa de campo realizada através da empresa Brasil com Artes, nas comunidades quilombolas de Maragojipe, entre 2012 e 2013, assim como da trilhada por essa pesquisadora no Quilombo Enseada do Paraguaçu entre 2015 e 2016. No primeiro momento, a pesquisa estava centrada nas trajetórias históricas das comunidades e de vida dos seus moradores; no segundo, o foco fora um território específico e um evento festivo – a Barquinha da Enseada do Paraguaçu.

Muitas são as festas que acontecem nos municípios localizados na Baía de Todos os Santos – BTS. No entanto, ainda não têm a mesma visibilidade midiática das realizadas na Cidade do Salvador. Da mesma forma, muitas são as festas das águas ocorridas nesse entorno, que carecem de estudos que deem conta das especificidades locais.<sup>30</sup> Uma delas é a Barquinha do Quilombo Enseada do Paraguaçu. Longe da tentativa de descrever o evento ou objeto enquanto epifenômeno, este estudo segue as proposições da “festa-questão”, ao tempo que tenta se distanciar da “festa-fato”.<sup>31</sup> Nesse sentido, recorre aos caminhos que orientam a desfuncionalização e dessubstantivação da festa e o deslocamento do objeto<sup>32</sup> para a compreensão dos mecanismos que engendram a festa – o que faz, o que agencia, o que produz, o que propicia, o que cria, o que inventa, as

28 *Idem*, p. 46.

29 *Idem*, p. 65.

30 TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. Diversidade e invisibilidade festiva na Baía de Todos os Santos. In: *Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 255-256.

31 PEREZ, Léa Freitas. Festa para além da festa. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wânia (Orgs.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

32 Sobre a contribuição da História Social da Cultura, Maria Clementina Cunha, ao usar o trocadilho “f(r)estas”, indica o deslocamento da festa enquanto objeto, além de ponderar a possibilidade de chegar às experiências partilhadas por homens e mulheres ao festejar, e, assim, às produções da festa. CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha (Org.). Apresentação. In: *Carnavais e outras f(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p. 11-12.



relações que estabelece, e, assim, ao próprio mundo festivo.<sup>33</sup>

Outra assertiva pertinente à pesquisa aqui apresentada diz respeito ao entendimento da festa enquanto produção, e não simplesmente reprodução da vida/sociedade.<sup>34</sup> Sendo então produção, não caberia a esta pesquisadora outra trajetória que não fosse lançar-se ao campo de pesquisa, para entender junto aos seus produtores e ao fazer etnográfico, as dinâmicas em torno da Barquinha.

Diante do exposto, este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro tem como proposta a apresentação do município de Maragojipe a partir de um panorama histórico-cultural. Demonstra as potencialidades econômicas no período colonial, tendo atuado principalmente no abastecimento alimentício das cidades vizinhas, através dos trânsitos náuticos, até o surgimento de uma rota terrestre. Para entender as dinâmicas e movências da cidade, foi preciso chegar próximo aos seus moradores, aos “tempos festivos”, e, assim, ao que considerava ser uma identidade maragojipana, até a descoberta de outro mundo – as comunidades quilombolas de Maragojipe.

O segundo capítulo corresponde ao mergulho desta pesquisadora nas comunidades quilombolas de Maragojipe. Apresento aqui a memória de campo, tal como um diário, uma lembrança da percepção de cada espaço. Percepção que envolveu os sentidos – do ouvir, do falar, do ver, como também dos gostos e cheiros apreendidos nesses espaços. Estão registrados os traços de singularidades e diferenças entre os territórios, unidos pelas semelhanças das formas de opressão sofridas historicamente e, sobretudo, pela mesma luta – a posse da terra. Estão sintonizadas ainda através dos meios de produção e reprodução das condições materiais, ligadas ao mato, à roça e à maré, e imateriais, por meio dos saberes, fazeres, festividades e espaços destinados às práticas culturais coletivas.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta o Quilombo Enseada do

---

33 PEREZ, *op. cit.*, p. 34-40.

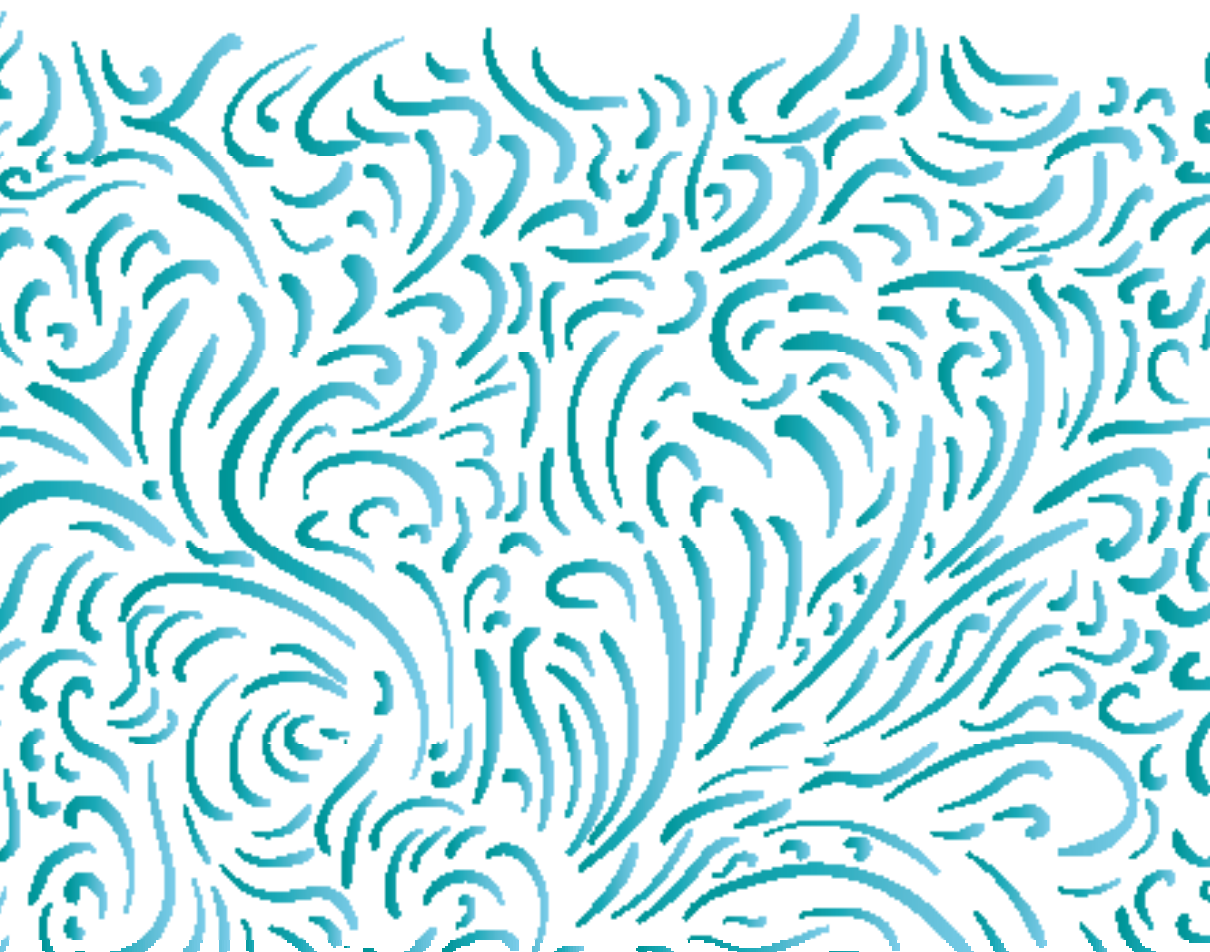
34 *Idem*, p. 33.

Paraguaçu, sua espacialidade e territorialidade, além dos dilemas e conflitos econômicos, sociais, culturais e religiosos enfrentados pelos moradores com a instalação de um empreendimento naval.

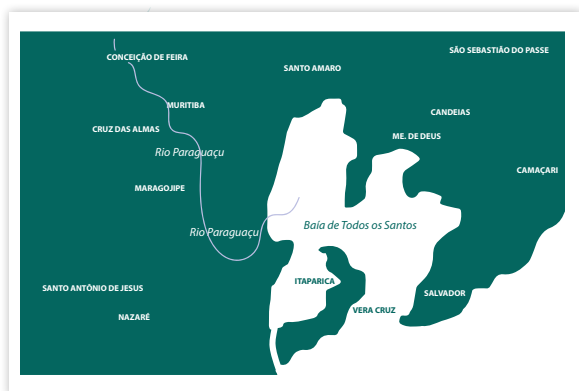
O quarto e último capítulo busca entender as dinâmicas da Festa da Barquinha do Quilombo Enseada do Paraguaçu: os atores, os participantes, os elementos simbólicos, a espacialidade, o repertório musical e performático, no intuito de se aproximar do mundo ao qual o evento pertence e, assim, das suas intenções e significações.

CAPÍTULO 1

*Maragóipe. A Terra das Palmeiras*



**M**aragojipe, a terra que tomei por consideração, está localizada no que se convencionou chamar de Recôncavo da Bahia. O município possui, estimadamente, 44.793 habitantes<sup>35</sup>, divididos entre a sede e seus distritos – Coqueiro, Nagé, Guaí, Guapira e São Roque do Paraguaçu, além de outras tantas localidades rurais. Está instalado em cerca de 440 km<sup>2</sup>, a 130 km de Salvador, e se faz circundado pela Baía de Todos os Santos – BTS (Mapa 1), e mais localmente pela Baía do Iguape (Mapa 2), onde recebe como afluente o Rio Paraguaçu. A observação do Mapa 1 possibilita o entendimento acerca do uso do termo “Recôncavo” para essa região geográfica, sendo possível visualizar, ainda, a “larga barra da baía” e o seu entorno, onde estão instalados diversos aglomerados populacionais.



MAPA 1 - Baía de Todos os Santos

MAPA 2 - Baía do Iguape

Autoria: Mariana de Paula



35 Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maragojipe/panorama>

A mitológica Kirimurê, o mar interior dos indígenas (a BTS), possui um potencial inestimável, que abarca ilhas, manguezais, restingas, rios (São Paulo, Subaé, Capivari, Jaguaripe, entre outros, além do mais afluente, o Rio Paraguaçu), chegando a incluir outras baías (Aratu e Iguape – Mapa 2). Em contraste com as potencialidades da região, conheci comunidades que historicamente enfrentam contextos de desigualdades sociais acentuadas, mesmo com os empreendimentos instalados nesses territórios, como poderá ser verificado de forma mais nítida nesta pesquisa.

O Recôncavo está situado em um ponto estratégico da Bahia, em uma região que se fizera importante polo econômico para a cidade fundada por Tomé de Sousa, em 1549, a Cidade de São Salvador. Zona da *plantation*, ou seja, do açúcar (nos solos de massapé), do fumo (nas áreas mais recuadas do litoral), da agricultura de subsistência, da pesca e, muito tempo depois, do petróleo. Constante era o diálogo mantido com a capital da Bahia, que fora também do Brasil, através das águas da Baía de Todos os Santos. Uma ligação duradoura, e até de dependência, foi mantida por longos anos. Talvez por isso, os maragojipanos continuam chamando Salvador pelo nome de Bahia – ‘preciso ir à Bahia’, ‘como tá a Bahia?’, entre outras versões comumente ouvidas na cidade.<sup>36</sup>

### 1.1 De sesmaria à cidade

De acordo com sua localização, a freguesia de Maragojipe estava circunscrita à sesmaria de Peroaçu, depois chamada Para-açu/Paraguaçu, e até Paraguassu, nas terras que foram doadas pelo Segundo Governador-Geral do Brasil, Duarte da Costa (1553-1558), ao seu filho D. Álvaro da Costa, através de alvará régio de 12 de março de 1562. O sesmeiro (beneficiado) tinha por função, ou melhor, obrigação, adentrar e tomar posse do território, e, para isso, precisava dominar ou dizimar os grupos indígenas que habitavam a região.

---

<sup>36</sup> Não pretendo aqui tratar dos limites territoriais do Recôncavo, que se configura de formas diversas ao longo dos séculos, com o desmembramento de cidades. Além disso, os autores também divergem quanto a essa definição, principalmente com a criação da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1973, quando Salvador e outros municípios próximos não são mais entendidos enquanto integrantes do Recôncavo. Então, utilizo aqui o conceito histórico de “Recôncavo”.

Essa sesmaria foi transformada em Capitania do Paraguaçu em 26 de março de 1566 e sua dimensão abrangia da barra do Rio Paraguaçu até a foz do Rio Jaguaripe. Até o início do século XVII, Maragojipe estava vinculada à Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, quando fora desmembrada, criada a Freguesia de São Bartolomeu de Maragojipe, que abrigava uma igreja matriz e oito capelas filiais, onde hoje estão seus distritos e povoados<sup>37</sup>, conforme a seguinte divisão:

1ª capella ou S. Roque = 2ª Santo Antônio ou Capanema = 3ª  
Nossa Senhora da Piedade ou Cajú = 4ª Santo Antonio de Aldeã  
= 5ª Santo Antonio do Sinunga = 6ª N. Senhora do Livramento  
= 7ª Nossa Senhora do Rosário de Coqueiro = 8ª N. Senhora da  
Conceição de Coqueiro<sup>9</sup>. (Sic).<sup>38</sup>

A região do Paraguaçu, tal como grande parte das terras brasílicas, era habitada por diversos grupos indígenas, no caso específico principalmente tapuias, ou seja, que não falavam a língua tupi. Nesse sentido, foram mobilizados destacamentos durante todo o século XVI e XVII, que praticaram a “guerra justa”, com o objetivo de aprisionar e escravizar rebeldes. Durante o governo-geral de Mem de Sá (1558-1572), essas campanhas foram tão enérgicas, que ficaram conhecidas como “Guerra do Paraguaçu”, e continuaram à medida que a resistência se impunha. A historiografia registra os serviços prestados por sertanistas, entre eles alguns baianos, que atuaram nessas investidas; destaca, no entanto, o sucesso dos paulistas. A presença dos paulistas na Bahia devia-se não apenas aos nativos levantados nesses momentos, mas também ao crescente número de mocambos, espalhados no Recôncavo e no Sertão. Nessas incursões, como a realizada no distrito de Capanema (atual Guai – Maragojipe), em 1612, e em 1621, em Maragojipe, índios e negros foram feitos cativos. Alguns indígenas integravam essas expedições; outros, todavia, resistiram e realizaram diversos

---

37 FARIAS, Terezinha da Flôr de Jesus. *Maragojipe - Da Villa de São Bartholomeu à “cidade histórica” (entre o “colonial” e o “moderno”)*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, p. 55. Datas divergentes para a freguesia.

38 LIVRO de registro das *freguezias* - Nº 63. Pertencente ao Laboratório Reitor Eugênio de Andrade Veiga. Laboratório de Conservação e Restauração do Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador. *Ibid.*, p. 55.

assaltos às localidades e roças, inclusive na Freguesia de Maragojipe, o que na ocasião levou os moradores a abandonarem as atividades.<sup>39</sup>

A nomenclatura Maragojipe se aproxima dessa reminiscência indígena, para a qual encontrei algumas versões: “marago-jyp” (nome de origem indígena, que significa “braços invencíveis”); “rio dos marahús” ou “vale ou rio onde se faz guerra” (em tupi-guarani: *mara* – guerra; *goia* – vale; *ipe* – rio).<sup>40</sup> Em qualquer dessas possibilidades, tem-se como certa a presença indígena nessas cercanias, marcada por saberes e fazeres de uma economia tipicamente nativa, baseada no cultivo da mandioca e no preparo de seus inúmeros derivados. A farinha produzida em Maragojipe é uma iguaria das mais apreciadas no entorno da BTS, estando inclusive registrada na historiografia.

Em 1724, Maragojipe passou à categoria de vila, e isso se deve provavelmente ao fato de que carecia, naquele contexto, de um corpo de funcionários para administrá-la. Só em 08 de maio de 1850 se eleva à categoria de cidade, quando também recebeu o título de “Patriótica Cidade de Maragogipe”, devido à participação nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Enquanto vila, possuía 955 homens livres, 920 mulheres livres, 38 criados e 1.388 escravos.<sup>41</sup> Apesar de contar com uma população bem menor, se comparada a outras do Recôncavo, já existia na localidade a necessidade de manter a ordem, com aparato de Alcaidaria (capitão da vila) e Senado da Câmara/Câmara Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), como fica evidente nesta passagem:

[...] Maragojipe, que era chamada ‘covil dos ladrões’, em 1716, tornava-se, em 1724, municipalidade modelar, tendo os moradores gratos oferecido ao governador uma contribuição anual de dois mil alqueires de farinha de mandioca, para a ração básica da guarnição da Bahia.<sup>42</sup>

39 AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009, p. 51-52; p. 249, nota 135. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.

40 FARIAS, *op. cit.*, p. 16.

41 SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 87.

42 BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 170, *apud* FARIAS, *op. cit.*, p. 61.

A formação do aparato administrativo ocorreu paralela ao religioso. Embora tenha se tornado freguesia no século XVII, ao que tudo indica a construção da igreja matriz só foi finalizada na primeira metade do século XVIII, ou então nesse período foram criadas novas estruturas para substituir a capela primitiva. A igreja matriz foi construída por seus habitantes, com parte dos recursos custeados pela Coroa Portuguesa.<sup>43</sup> O templo está erguido sobre um sítio íngreme, na forma de cruz latina, com duas torres piramidais, voltada à urbe, e assim em posição contrária à baía, conforme fotografia 1. Entretanto, segundo Osvaldo Sá, memorialista maragojipano, alguns mistérios envolveram essa construção, que deveria se voltar ao oriente, conforme orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.<sup>44</sup>

[...] a Matriz se edificara com a frontaria para o oriente, mas certo dia, ao alvorecer, toda a sua fundação se achava alterada, com a frente para o oeste. Mudaram-se novamente os alicerces, porém o poder sobrenatural pusera mais uma vez a frente do templo para o oeste. Operou-se a terceira retificação, e o inexplicável acontecimento se repetira. Cederam, então, os construtores à vontade irredutível da Providência, como diziam, deixando afinal a frente da igreja para o lado ocidental.<sup>45</sup>

Com anuência ou não da Igreja Católica, a posição da matriz reforça ainda mais o poder de São Bartolomeu sobre essa terra, que fora chamada de “Cidade das Palmeiras” pelo Imperador D. Pedro II<sup>46</sup>, devido à quantidade de exemplares da planta. É certo que independente dos feitos míticos, São Bartolomeu tem atenção especial dos maragojipanos, principalmente no mês de agosto, como será possível acompanhar ainda neste capítulo.

---

43 SANTOS, Fernanda Reis dos. “A Festa do Excelso Padroeiro da Cidade das Palmeiras”: o culto à (sic) São Bartolomeu em Maragojipe (1851-1943). 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, p. 65-66.

44 FARIAS, *op. cit.*, p. 57.

45 SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragojipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1982, p. 14. v. 2.

46 Quando da visita realizada em 1859.





FOTOGRAFIA 1 - Foto aérea e vista da cidade  
 Fonte: Gustavo de Souza Castro

Após a elevação da “vila de Maragojipe”, a população triplicou, chegando a constar em 1759 com duas freguesias e 8.314 almas. Os dados censitários de 1780 davam conta de um número ainda maior, 12.822 almas na mesma vila, divididas em 4 freguesias e 659 fogos (casas).<sup>47</sup> Apesar do número populacional crescente, tudo indica que não era grande o número de escravizados. Dados de 1788 apontam para uma média de 4,0 escravizados por domicílio, e outros, de 1816-1817, para 6.450 escravizados, 1.347 proprietários e um número de 4,8 escravizados por proprietário.<sup>48</sup> Esses números demonstram que Maragojipe não tinha a mesma caracterização das vilas açucareiras – pela quantidade quase equiparada de homens livres e escravizados e pela média diminuta de escravizados por proprietário, assim como de moradores nas residências. Essa informação reforça a ideia de que o Recôncavo não desenvolveu somente a *plantation*, a grande lavoura, voltada à exportação.

Entretanto, existiram seis engenhos em Maragojipe, sendo dois de médio porte – Sinunga (80 escravos) e Capanema (73 escravos) – e quatro de pequeno

47 AZEVEDO, *op. cit.*, p. 161; p. 166, nota 222.

48 SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 357; p. 359.

porte<sup>49</sup>, que, para além da cana-de-açúcar, dedicavam-se ao cultivo da mandioca e outros gêneros, e ao corte de lenha e madeira, fornecidas às imediações e à capital. A cana produzida era provavelmente insuficiente, o que levava ao abastecimento através de lavradores locais, talvez arrendatários (sendo possível serem esses núcleos familiares, até de escravizados).<sup>50</sup> Em 1860, Barickman identificou mais três engenhos em Maragojipe, o Sururu e o Vira-saia, ambos pertencentes a Francisco de Oliveira Guedes, totalizando 100 escravos, e o Mocambo, pertencente a Hilária Maria de Jesus, com 24 escravos.<sup>51</sup>

O tipo de cultura praticada no Recôncavo da Bahia dependia do solo, da topografia e do clima, assim como da possibilidade de propensão comercial. O fumo, por exemplo, se fazia lucrativo, até porque era utilizado no tráfico transatlântico de escravos, sendo bem aceito nos solos mais arenosos, impróprios para a cana. Esse cultivo se fez marcante a partir do século XVII na vila de Cachoeira<sup>52</sup> e em regiões vizinhas, como Maragojipe. Diferente da cana, o tabaco podia ser cultivado de forma mais doméstica, nas pequenas propriedades, em pequena escala, com menor custo e até de forma mista junto à criação de gado (já que o esterco era essencial ao cultivo do fumo). Nesse ínterim, pequenos agricultores que até então cultivavam gêneros alimentícios, principalmente em Maragojipe, importante produtora de farinha e outros produtos, que abasteciam as famílias, as fazendas, a cidade e até a capital, começaram a se atrair pelo promissor negócio do fumo, agravando a crise de abastecimento, diante do número sempre crescente de habitantes.<sup>53</sup>

Em virtude do gradativo abandono da cultura de subsistência, a falta de farinha foi tão alarmante que levou o Senado da Câmara a decretar, em 1688, a proibição do plantio de tabaco no Recôncavo, até 10 léguas ao redor, junto ao indicativo de plantar 500 covas de mandioca para cada escravo que pos-

---

49 Talvez alguns desses sejam as "engenhocas" referidas por Barickman, que produziam rapadura e cachaça, voltadas ao consumo local. BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 44.

50 SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 83; p. 358.

51 BARICKMAN, *op. cit.*, p. 301-303.

52 Não se deve confundir com o Iguape, região de muitos engenhos, pertencente ao termo de Cachoeira.

53 SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 84-85.

súissem no serviço ou na lavoura, devendo fazê-lo ainda todos que plantassem tabaco e que possuíssem terras suficientes para cumprir a determinação. A lei, todavia, não modificou muito o cenário, o que fazia o preço do produto subir de modo exorbitante.

Em alvará de 2 de fevereiro de 1701, o agravo se fez citado pelo Rei, que alertou quanto ao descumprimento da normativa, cuja produção não supria o sustento das famílias, ao tempo que identificou as terras de Maragojipe e Capanema, junto a Saubara, Campinhos, Camamu e região circunvizinha, como as que “sempre foram as mais próprias para produzirem mandioca, que se costumavam plantar nela para sustento comum”<sup>54</sup>. Desse modo, o mesmo instituiu novas sanções: ampliou as 10 léguas ao redor do Recôncavo a toda região onde chegasse a maré, e, assim, às margens dos rios até 10 léguas; proibiu a criação de gado nessas terras para não prejudicar as lavouras; fez valer a todos que tivessem até 6 escravos a proibição do plantio de cana e a todos que tivessem acima de 6 escravos a obrigação de plantar cana e também mandioca; prevalecendo a norma a qualquer pessoa, até mesmo navegadores e negociantes (para sustento da tripulação). Já a quantidade de cova deveria atender às proporções de ser a terça parte direcionada à subsistência, e as outras, à venda; ademais, essa demanda constar na ordem do dia das devassas gerais, com a denúncia dos não executores e condenação dos “culpados em trinta dias de cadeia e em 20 mil réis de multa”.<sup>55</sup> Os moradores de Maragojipe, Capanema e Cachoeira, em 1706, naquele contexto ainda pertencente ao termo de Jaguaripe, chegaram a protestar contra tais medidas, que teve parecer negativo do Governador Luiz Cesar de Menezes, quanto à revogação do referido alvará sob acusação de que era dessas mesmas terras que provinham a farinha que sustentava o Recôncavo e a capital do Brasil.<sup>56</sup>

Em Maragojipe, decerto havia latifundiários, mas sua população majoritária era composta por lavradores e roceiros, instalados em fazendas menores, com pequeno número de escravos ou mesmo sem escravo, que em torno

54 AZEVEDO, *op. cit.*, p. 244-245, nota 119.

55 *Idem*, p. 244-245, nota 119.

56 *Idem*, p. 258.

da unidade doméstica produziam mandioca<sup>57</sup>, e às vezes, em menor escala, fumo e café, além de outros gêneros voltados à subsistência e ao mercado local; havia, ainda, um pequeno número de artesãos, que produziam louças em olarias instaladas às margens dos rios.<sup>58</sup> No que concerne à produção de farinha, em Maragojipe, na década de 1780, foram identificados 42 lavradores e um excedente de 52% direcionados à comercialização, um valor menor do que o comercializado pelas vilas vizinhas de Jaguaripe e Nazaré, que também produziam o mesmo gênero, o que pode ser explicado pelo número de alqueires necessários à subsistência da população local, maior que nestas localidades.<sup>59</sup>

Embora o café produzido em Maragojipe tenha adquirido prestígio, devido ao sabor dos seus grãos (exportado em pequenas quantidades no século XIX, tendo inclusive ganhado prêmios nacionais e internacionais no início do século XX<sup>60</sup>), e o fumo tenha se adequado a uma nova conjuntura com a fábrica alemã de charutos – Suerdieck, instalada na cidade nessa mesma época, empregando grande parcela dos moradores da sede, principalmente mulheres –, a farinha é a que melhor representa essa Terra das Palmeiras. Produzida na zona rural e ao longo da sua borda marítimo-fluvial, pelas inúmeras casas de farinha, instaladas majoritariamente nas comunidades atualmente reconhecidas quilombolas, faz-se essencial na dieta dos maragojipanos, sendo, ainda, vendida na feira semanal e escoada para a capital. Peixe e farinha são alimentos que historicamente sustentaram e ainda sustentam esse povo.

## 1.2 Potencial náutico

O mar interno da BTS era constantemente utilizado para a navegação de cabotagem pelos diversos grupos indígenas que habitavam a extensa região e que, em igapebas e em igaras (canoas tupinambás), praticavam a pescaria, e também pelos diversos povos estrangeiros (em sua grande maioria – portu-  

---

57 Identifica que 75% dos lavradores possuíam casas de farinha, entre 1820-1860, em Maragojipe e Nazaré. BARICKMAN, *op. cit.*, p. 302.

58 *Idem*, p. 124. Para o ano de 1780, Barickman identificou 20 olarias e mais de 700 roceiros entre Maragojipe e Jaguaripe.

59 *Idem*, p. 270; p. 155-158.

60 FARIAS, *op. cit.*, p. 41.

ses) que se lançaram a explorar essa parte do Atlântico. Era através de diversas embarcações, principalmente saveiros, em que se dava o trânsito entre a “Cabeça do Brasil” – Cidade do Salvador e o Recôncavo da Bahia. A circulação marítima objetivava escoar os gêneros produzidos nesse entorno – o açúcar, o fumo, exportados em prol do império lusitano, e gêneros alimentícios (tal como a farinha), voltados ao consumo interno.

A Vila de Cachoeira abrigava inúmeros engenhos de cana-de-açúcar, conectando-se ao Sertão, no século XVIII, através da Estrada Real de Gado, em direção à região do Rio São Francisco, rota da pecuária e do couro, e da Estrada da Chapada, em direção à Chapada Diamantina, Minas Gerais e Goiás, rota do ouro e do diamante.<sup>61</sup> O Rio Paraguaçu se fazia, então, fundamental à economia baiana, já que:

[...] entre Itaparica e a Ilha dos Frades, há um espaço cuja extensão a vista não pode medir; é lá, na distância, que se agrupam barcos mais numerosos, e onde parecem cortar as águas mais vagorosamente; quase todos vêm da populosa cidade de Cachoeira e desceram o Paraguaçu. O Paraguaçu é o mais considerável da Baía de Todos os Santos; é a fonte perpétua de abundância; e, sem embargo de sua pouca extensão, mais importante, comercialmente falando, do que muitos rios da América. O Paraguaçu tem as suas nascentes na vizinhança da Serra da Chapada, limite da vila central de contas; recebe uma multidão de tributários pouco consideráveis, e forma uma grande cascata quando é obrigado a transpor uma parte da Serra de Sincurá; recebe o Uma, cujas águas são abundantes, forma uma segunda cascata e, depois de ter passado pelas cidades de Cachoeira e Maragogipe, entra sossegadamente na baía, junto do meio da costa ocidental, depois de banhar uma das mais abundantes regiões do Brasil, se não a mais bem cultivada.<sup>62</sup>

Na BTS, havia condições favoráveis para a instalação de um empreendimento naval durante o período colonial, já que se encontravam disponíveis os meios necessários à atividade: o aprimoramento da técnica (através

61 BARBOSA, Magnair Santos. Cachoeira: ponto de confluência do Recôncavo Baiano. In: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; IPAC. Festa da Boa Morre, *Cadernos do IPAC*, 2. Salvador: Fundação Pedro Calmon, IPAC, 2010, p. 17-19.

62 DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 246.

do contato das tecnologias indígenas, portuguesas e africanas), mão de obra, ferramentas produzidas nos engenhos, madeira de qualidade – para produção do barco e mastro, para calafetar (*embira*), e para servir de resina (*camaçari*). A resistência dos senhores de engenho se fez, todavia, empecilho para a expansão da atividade, apesar dos exemplares surgidos do aperfeiçoamento técnico (*alvarengas, baleeiras, galeotas, barcos, escunas, lanchas, saveiro de vela de pena, saveiro de tráfego, saveiro do dique*, entre outros), já que entendiam que a madeira e a mão de obra deveriam servir amplamente à produção agroexportadora.<sup>63</sup>

Em meados do século XVIII, um Mapa Geral das Embarcações computou 1.859 embarcações na Capitania da Bahia, entre elas “navios, curvetas, galeras, sumacas, barcas, lanxas, saveiros, canoas e jangadas”<sup>64</sup>. Algumas tinham a função de vigia da costa; outras eram usadas no tráfico transatlântico e ainda existiam as que serviam ao transporte de mercadorias entre a capital e os portos. Entre elas, uma embarcação foi construída com características perfeitamente adaptáveis às condições climáticas (ventos e correntes marítimas) da Baía de Todos os Santos – o saveiro de vela de içar, já que alguns fenômenos meteorológicos por vezes acometiam a tropical BTS, fazendo os marítimos viverem momentos melindrosos. Um deles, conhecido como “pirajá” (em sotaque português “prajá” ou “para já”), onde o bom tempo cede lugar a instantes turbulentos de nuvens carregadas e fortes ventos. No inverno, o vento baixo também pode se transformar em temporal e acometer a região durante semanas. O vento noroeste, embora passageiro, torna-se especialmente perigoso devido à sua força, reinante normalmente entre dezembro e janeiro, levanta ondas “curtas e desarrumadas, sem ritmo”. Há, ainda, o conhecido como “trombas d’águas”, onde a água sobe em forma de redemoinho até a nuvem, de onde se precipita um forte aguaceiro.<sup>65</sup>

Outros tipos de saveiro, todavia, eram produzidos em diversas localidades do Recôncavo e do Sul da Bahia – os citados acima – e também o saveiro

63 ARAUJO, Ubiratan Castro de Araujo. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 60-62.

64 Cf. *Mapa Geral das Embarcações da Capitania da Bahia*, 27 de maio de 1725.

65 SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: a alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht, 1996, p. 28.

barra-fora, cujas características possibilitavam adentrar o mar aberto. Entretanto, o único que resistiu ao tempo e ao espaço fora o saveiro de vela de içar, tendo atualmente Maragojipe como seu principal porto.

Duas linhas de análise remontam à origem do saveiro. Lev Smarcevski faz referência a um conhecimento milenar oriental (Egito, Índia ou China) acessado pelos portugueses durante as rotas comerciais, tendo em terras lusitanas o nome de “saveiro”, utilizado para pesca. Provavelmente, o estudioso chegou a esta constatação por ser o principal instrumento utilizado para a construção do “graminho”, um ábaco (tábua) de origem indiana, que indicava os parâmetros e as proporções da embarcação. Já para Pedro Agostinho, em “Embarcações do Recôncavo – um estudo de origens”, esta seria uma tradição mediterrânea, tipicamente europeia e, assim, descendente das caravelas portuguesas.<sup>66</sup> Independentemente da sua origem, deve-se considerar que técnicas de construção naval foram empregadas no Brasil, e localmente aprimoradas, deixando discípulos, formando mestres, e dando origem ao saveiro.

[...] Na combinação de todas as suas peças, ele é como um grande “LEGO” (popular jogo de montagem), no qual cada caverna, cada curva, cada tábua vai se completando e, no final, se transforma em um objeto perfeitamente ajustado às suas finalidades. O costado é perfeito, sem nenhuma ondulação. O casco, adaptado às águas mais rasas da baía, permite chegar aos pontos mais recônditos do recôncavo e do litoral baiano. As velas tendem (*sic*), com surpreendente funcionalidade às manobras de marear sob a ação dos ventos.<sup>67</sup>

Lev Smarcevski, no seu trabalho sobre a “alma do saveiro”, cita inúmeros estaleiros na BTS onde os saveiros de vela de içar eram produzidos, tais como Itapagipe, Santo Amaro, Cachoeira, Salinas da Margarida e Itaparica, mas não faz referência a Maragojipe. Talvez a Terra das Palmeiras estivesse incluída no que chamou de “outros locais dotados de estaleiros de menor porte”.<sup>68</sup> Entretanto, dos vinte e dois saveiros de vela de içar ainda existentes,

66 RIBEIRO, CARLOS. *Viva Saveiro: Patrimônio naval da Bahia*. Lauro de Freitas: Solistuna, 2013, p. 32.

67 *Idem*, p. 53.

68 SMARCEVSKI, *op. cit.*, p. 27.

os últimos identificados pela Associação Viva Saveiro, apenas quatro não têm por porto Maragojipe, seus distritos ou quilombos (conforme Quadro 1).<sup>69</sup>

Muitos conhecimentos e habilidades são guardados pelos mestres saveiristas por gerações, entre eles: saberes de carpintaria naval (escolha da madeira, corte, encaixe), técnicas de navegação (entre elas manobras e atracação), técnicas de calafetagem (receita que leva azeite de dendê), corte e costura de velas, e içamento das velas (normalmente de 70 a 80 metros de algodão). Existem, ainda, dois estaleiros tradicionais, cujo acesso se faz apenas pelas águas: o de Mestre Dégo, em Maragojipe, e o de Mestre Nem, em Ilha de Maré. Entretanto, os mesmos se dedicam apenas à manutenção e a pequenos reparos, e não mais à construção de novos exemplares<sup>70</sup>.

Um dos interlocutores desta pesquisa, por coincidência, é Seu Bartô, antigo mestre do saveiro Sombra da Lua, que teve a sorte e a oportunidade de conhecer no Quilombo Enseada do Paraguaçu. Em 2006, devido a problemas de saúde, ele vendeu a embarcação a um grupo, que a restaurou e a devolveu, na sequência, ao seu local de origem, em regime de comodato. Atualmente se encontra sob a responsabilidade do discípulo de Seu Bartô, Mestre Jorge, morador do Quilombo Porto da Pedra. O Sombra da Lua, um dos últimos exemplares que conserva o tijupá (convés)<sup>71</sup>, continua realizando fretes e escoando mercadorias na Baía de Todos os Santos (junto aos saveiros É da Vida e 15 de Agosto). Sobre esse saveiro e os conhecimentos essenciais à sua navegabilidade, Seu Bartô me revelou:

É grande, é 15 toneladas, se tornava 300 sacos de farinha, ele carregava. Carregava mais assim, sobrecarga, que antigamente a gente não era, não ligava pra isso não, navegava com a embarcação sobrecarga, era arriscado, mas a gente fazia aquilo porque tinha conhecimento, né?... sabia como navegar e conseguia chegar lá na Feira de São Joaquim pra descarregar na rampa do mercado.  
[...]

---

69 WEISSHEIMER, Maria Regina. Parecer Técnico, processo n° 1.615-T-2010, "Tombamento do Saveiro de Vela de Içar, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, estado da Bahia". Depam/IPHAN. Brasília, 16 de novembro de 2010, p. 5.

70 WEISSHEIMER, *op. cit.*, p. 7.

71 Existem também poucos exemplares de saveiro estilo rabo de peixe, de dupla proa, como pode ser verificado no Quadro 1.



De Maragojipe, às vezes a gente saía de Maragojipe 10 hora do dia assim quando o vento tava, de leste a oeste, dava de vorta, chegava lá gastava quase 5 de Maragojipe pra Bahia, chegava de tarde, saí 10 hora, 5 hora da tarde estava na cidade. Também acontecia a gente sair 10 hora do dia, chegar lá no outro dia de manhã, quase o sai amanhecendo, quando não tinha vento ajudando, porque depende do vento. Agora, de Salvador pra aqui a gente gasta 3 hora, gastava 3 hora, porque lá corria a popa, o vento apopa aí a embarcação corria muito. A volta era boa. A volta sempre foi boa, mas a ida, daqui pra lá enfrentava muita onda, nordeste, é mais difícil, a embarcação carregada<sup>72</sup>.



FOTOGRAFIA 2 - Saveiro Sombra da Lua  
Fonte: Elias Mascarenhas, Maragogipinho, 2009.

Na fotografia 2, o saveiro está sendo carregado com cerâmicas de Maragogipinho (distrito de Aratuípe) e através do Rio Jaguaripe faz a travessia até a Feira de São Joaquim, em Salvador. A maioria dos saveiros vem atuando na retirada de areia do Rio Paraguaçu, na região de Cachoeira - São Félix, ajudando a minimizar o assoreamento, ocasionado em grande parte pela construção da Barragem da Pedra do Cavalo<sup>73</sup>.

Em 2010, o saveiro Sombra da Lua foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, inscrito no Livro do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, repre-

72 Depoimento dado à autora por Bartolomeu Brito Coelho (Seu Bartô), 76 anos, em outubro/2015.

73 Construção iniciada na década de 1970 e inaugurada em 1985. Tem por principal função o abastecimento de água na Região Metropolitana de Salvador.

## QUADRO 1 - SAVEIROS DE VELA DE IÇAR DO RECÔNCAVO

No.	Saveiro	Feituro	Popa	Compr.	Boca	Mestre	Domicílio	Fabr.
1	15 de Agosto	Aberto	Forada	11,40	3,90	Joaquim	Ilha de Maré	1950
2	Cruzeiro Vitória	Aberto	Forada	13,75		Xagará	Coqueiros	1920
3	É da Vida	Ujupá	Forada			Carludus	Maragogipinho	
4	Feliz Ano Novo I	Aberto	Forada	13,00	4,00	Dorival	Coqueiros	1955
5	Fenix	Aberto	Forada	14,00	4,00	Chiquinho	Coqueiros	
6	Flor do São Francisco	Aberto	Forada	11,50	3,50	Bode	Coqueiros	1954
7	Garboso	Aberto	Forada	11,80	3,50	Biru	Coqueiros	1910
8	Ideal	Aberto	Lancha	15,25	4,90	Memen	Coqueiros	1930
9	Inapira	Aberto	Rabo de Prize	16,50	4,50	Memen	Coqueiros	
10	Jóia Raa (pequeno)	Ujupá	Forada			Aristides	Ribeira	
11	Mearim	Aberto	Forada	13,50	4,00	Petu	Nagé	
12	Mi-Nai	Aberto	Forada	13,00	4,00	Memen	Coqueiros	
13	Namorado (pequeno)	Aberto	Forada			Orlando	Enxada	
14	Novo Cruzeiro	Aberto	Forada	13,00	4,00	João Merico	Nagé	
15	Rei do Oriente	Aberto	Forada			Gabinete	Coqueiros	
16	Rompe Nuvem	Aberto	Rabo de Prize	17,00	4,30	Neto	Coqueiros	
17	Sempre Feliz	Aberto	Forada	11,20	3,50	Bateco	Coqueiros	1971
18	Sonho Meu	Aberto	Forada	10,50	3,50		Coqueiros	
19	Sombra da Lua	Ujupá	Forada	12,50	4,00	Jorge	Ponte da Pedra	1923
20	Lupy*	Aberto	Forada	14,80	4,50	Bento	Bom J. Passos	1900
21	Vencedor de Lutas*	Aberto	Forada	13,00	4,00	Lindú	Enxada	
22	Vendaval II	Ujupá	Forada	14,00	4,60	Tominho	Maragojipe	1947

\* Fora de atividade, em "reformas" há bastante tempo.

Fonte: Parecer Técnico, processo nº 1.615-T-2010, "Listagem elaborada pela Associação Viva Saveiro com os últimos saveiros de vela de içar do Recôncavo", 2010, p. 5.

sentando os últimos saveiros da Bahia. Ele e os outros saveiros ainda existentes em Maragojipe caracterizam a paisagem histórica e cultural da Baía do Iguape.

### 1.3 Uma cidade, duas rotas

Em fins do século XIX, tem início a modernização dos transportes do Recôncavo da Bahia, com a ferrovia, o vapor e o automóvel. A rede ferroviária partiu dos portos da região – Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré –, consolidando-os enquanto entreposto comercial, chegando, então, a Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, porta de entrada do Semiárido, visando alcançar a região mineradora do país. Já no século XX, ocorre a implantação das estradas de rodagens, interligando a rede ferroviária, o que motivou junto à crise da agroindústria, a decadência do fluxo náutico na BTS.

O tráfego marítimo deixa, então, de ser funcional, transformando definitivamente a paisagem do Recôncavo e, assim, de Maragojipe. Os muitos saveiros que desciam o rio, carregados de frutas e outros produtos da região em direção às feiras da capital (destacando-se a Rampa do Mercado, Água de Meninos e São Joaquim), e retornavam com outros produtos para abastecer o comércio local, começam a sair de cena. Com as estradas, o transporte foi substituído pelo caminhão, que realizava o serviço muito mais rápido, além de entregar a mercadoria na porta do cliente, sem a necessidade de um segundo frete. O sistema Ferry Boat, iniciado em 1972, possibilitou, ainda, a integração entre Salvador e o Recôncavo, através da Ilha de Itaparica.

Nesse contexto, o transporte marítimo-fluvial de passageiros termina também por perder sentido, levando à falência a Companhia de Navegação Bahiana (CNB), prestadora do serviço, e o conseqüente sucateamento dos maquinários. O Vapor de Cachoeira, que passava por Maragojipe (operação iniciada em fins do século XIX, substituindo o Paraguaçu e depois o João das Botas), e o Navio Maragojipe (operação iniciada na década de 1960), que fazia a travessia até Salvador, deixaram de realizar a rota, residindo apenas na memória dos seus conterrâneos, tal como do meu progenitor, que registrou suas lembranças no seguinte samba-canção:

## *Tributo a Maragojipe*

Viu, viu, viu, viu  
Viu, viu, viu, viu  
Logo de manhã cedinho (refrão)  
Só não lembra quem não viu  
Era o apito do navio

Começou lá no Recôncavo  
No cantinho da maré  
Como é que é  
Povo e cidade cresceu  
Homenagem então rendeu  
Ao Santo Bartolomeu

### ***Refrão***

Ô Maragojipe querida,  
Não me esqueço de você  
Mais dar pra ver  
Do sustento da maré  
A Mata Atlântica que até  
Tira o azeite de dendê

### ***Refrão***

Ô Navio Maragojipe,  
Na maré cê vai e vem  
E eu também  
Quando chegava em São Roque  
Logo eu descia correndo  
Para não perder trem

### ***Refrão***

E o velho João das Botas  
Que o Cachoeira trocou e aí ficou  
O Navio Maragojipe  
Que atracava na Baiana  
Lá no cais de Salvador

Viu, viu, viu, viu  
Viu, viu, viu, viu  
Logo de manhã cedinho  
Só não lembra quem não viu (refrão)  
Era o apito do navio

**Composição: Pedro Cigano**

O Navio Maragojipe, de fabricação alemã, tinha capacidade para 600 passageiros e operou entre os anos de 1962 e 1997. Hoje, não passa de ferro-velho a afundar nas mesmas águas em que um dia navegou, para lamento dos filhos da Terra das Palmeiras. A embarcação havia sido doada pelo Governo do Estado à Prefeitura de Maragojipe, em 2001, com vistas a transformá-la em um museu náutico. A doação fora, todavia, rejeitada pelo beneficiado e leiloadada posteriormente, quando foi arrematada por empresários que pretendiam utilizá-lo em atividades turísticas. Nada ocorreu, restando ao mesmo, sem manutenção, o fim de sucata junto a outras embarcações na BTS<sup>74</sup>.

Para chegar a Maragojipe por via terrestre, partindo de Salvador, deve-se tomar a BR 324, sentido Feira de Santana, atentando para o cruzamento que leva a Santo Amaro da Purificação, via BR 420. Passando por Santo Amaro, chega-se a Cachoeira, e logo em seguida, após a ponte D. Pedro II, avista-se São Félix, que sempre chamei de “Cidade Presépio”, devido ao seu casario singular incrustado em um morro. Seguindo o curso da linha férrea, à esquerda da cidade sanfelixta, e mais a alguns quilômetros, painéis artesanais, à beira da estrada, feitas de argila, indicarão a chegada ao distrito maragojipano de Coqueiros, e logo em seguida, ao de Nagé.

Nos distritos, se faz possível notar que o Rio Paraguaçu, tão marcante em Cachoeira e em São Félix, já se perde na imensidão das águas da Baía do Iguape. Uma vista deslumbrante se impõe ao viajante dos pontos mais altos da estrada, daí mais alguns minutos e, enfim, a Terra das Palmeiras. Seguindo a estrada, chega-se a São Roque do Paraguaçu, entrecruzando antes várias comunidades quilombolas no caminho. Já via marítima, deve-se entrecruzar a BTS e adentrar a Baía do Iguape, via Enseada do Paraguaçu, como pode ser verificado no Mapa 3.

Do outro lado do Rio Paraguaçu, na borda oposta a Maragojipe, estão várias comunidades quilombolas pertencentes ao município de Cachoeira, entre elas Santiago do Iguape, Engenho da Vitória, Engenho da Ponte,

74 Navio Maragojipe está afundando na Baía de Todos os Santos, em 19 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://agoranabahaia.com.br/navio-maragojipe-esta-afundando-na-baia-de-todos-os-santos/>

Engenho da Cruz, Calembá e São Francisco do Paraguaçu (onde está localizado um convento do século XVII) e tantas outras, que, no passado, foram polos de produção açucareira através dos muitos engenhos instalados nessas cercanias.



MAPA 3 - Rotas terrestres e marítimas até Maragojipe e Enseada do Paraguaçu  
Autoria: Bigod "o sapo"

O Mapa 3 possibilita verificar a rota marítima, em amarelo, da Bahia Marina em Salvador até o Quilombo Enseada do Paraguaçu, cuja localidade se faz lócus desta pesquisa. Ainda identifica a rota para aqueles que atravessam a Ilha de Itaparica, pegando a BA 001, em vermelho, e a rota terrestre, via BR 101, em laranja, que leva até o Quilombo.

Quando chego a Maragojipe, uma vibração diferente me arrebatava. Acho que isso acontece com boa parte daqueles que visitam a cidade, principalmente quem chega em dia de feira, quinta ou sábado, momento no qual a cidade se coloca em intenso movimento. Qualquer outro dia da semana, no entanto, as ruas se apresentam vazias, com um ou outro morador a prostrar na porta de casa. Esse comportamento faz o maragojipano parecer reservado; mas, se o observador permanecer por mais tempo, perceberá que fora só uma leitu-

ra equivocada que fizera dos moradores dessa Terra das Palmeiras. Eu bem sei disso, por isso peço licença (mais uma vez), agora para narrar parte da vibração festiva que cotidianamente movimenta esse lugar.

#### 1.4 Tempos festivos

Maragojipe transpira festa e não se faz tão tranquila quanto parece. Aliás, as festas são rotinas na cidade (sede do município), assim como nas suas comunidades quilombolas, como será possível acompanhar nos próximos capítulos desta pesquisa. Até mesmo nos dias comuns, da lida, da demanda, a cidade se faz festiva. Ela, que parece um vilarejo, calmo como as águas da sua baía, já se fez efervescência com o trânsito no porto, o apito, as viagens no navio e a sirene da fábrica de charutos. A Terra das Palmeiras faz cotidianamente suas tramas festivas com o planejamento dos seus eventos, ou ainda com os muitos sons ecoados pelos vendedores de peixes, com o sopro de búzios entoados por pescadores, com o movimento em torno da feira semanal, com o ensaio das filarmônicas – Terpsícore e 2 de Julho –, com o arrastar das correntes das almas que anunciam a abertura do carnaval, com a fala fina e enfática dos caretas, com as fanfarras a desfilarem, com o samba nas comemorações do 2 de Julho e com o bando anunciador da festa de São Bartolomeu.

Não posso esquecer os muitos fogos de artifícios em homenagem aos santos (especialmente São Bartolomeu, durante todo o mês de agosto, e Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro) e orixás (especialmente Tempo, no Terreiro Banda Lecongo, em agosto, e Iansã, no Ilê Axé Alabaxé, em dezembro) festejados na cidade.

O alvoroço também se faz em torno do carro de som<sup>75</sup> que percorre a cidade dando conta dos seus mortos, quase que diariamente, quando não só se profere o nome do finado, mas também dos seus familiares. A passagem do carro normalmente leva as pessoas até as suas respectivas portas, primeiro para

<sup>75</sup> Serviço funerário.

identificar o sujeito que fizera a “passagem”, e logo em seguida ao vizinho, para dar conta da causa *mortis*. Como as relações de parentesco estão bem imbricadas na cidade, não se faz incomum descobrir um parentesco logo nesse momento tão fatídico. Sendo assim, qualquer relação de proximidade silencia a família, levando-a ao luto, que não necessariamente durará por muito tempo, mas o suficiente para sentir a perda.

Essas são algumas impressões que marcaram os períodos que passei na cidade. Períodos curtos, outros longos, em diversas fases da vida, que por ora se resumem a três décadas. O movimento constante de saída e retorno à cidade possibilitou uma reflexão acerca dessas marcas culturais, que, se não feita, provavelmente passariam despercebidas. Duas são as principais festas que movimentam a cidade – O Carnaval e a Festa do Padroeiro –, as quais são vivenciadas intensamente por seus moradores.

Durante os dias de carnaval, parte significativa dos maragojipanos e visitantes de todas as idades vestem as suas fantasias e dançam ao som de marchinhas carnavalescas nas principais ruas da cidade. Como se nota nas fotografias de 3 a 7, alguns saem em grupos; outros, solitários; alguns elaboram temas e estilizam as roupas; outros as fazem no improviso; alguns saem de caretas e outros, simplesmente, de mascarados. “O careta” (roupa de pierrô e máscara de chifre) foi a caracterização que resistiu dos antigos carnavais, ao tempo que cordões e ranchos desapareceram com o surgimento do trio elétrico Marajós, na década de 1960. Assumindo funcionalidade dentro do corpo festivo, o careta se diverte perante as situações sociais exteriorizadas no diálogo com o “outro”, aquele que recebe e responde às mensagens. Como num jogo sem regras, reina no lugar do Momo, quando aquele lança às ruas as pilhérias, as paixões, os flertes, as desavenças e as fofocas acumuladas durante o ano. O careta se faz elemento inesperado, de quem não se sabe a reação – se vai correr, se vai sujar, se vai agarrar, se vai falar –, e, enquanto elemento surpresa, acaba provocando medo, até mesmo de outros caretas que circulam pela cidade nesses dias<sup>76</sup>.

---

76 BARBOSA, Magnair. “Era muito careta mesmo!”: a tradição dos mascarados de Maragojipe (1960-1990). In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca, op. cit.





FOTOGRAFIAS 3, 4, 5, 6 e 7 - Carnaval de Maragojipe  
Fotografias da autora, Maragojipe, 2013.

Nas últimas décadas, surgiram os mascarados estilizados, que personalizam a fantasia em torno de uma temática e saem com o intuito de promover a beleza das suas roupas, pousar para fotografias e participar do concurso promovido pela municipalidade. Além dos caretas e dos mascarados estilizados, brincantes saem visando à interação direta com o público – travestidos e outros com motes jocosos e/ou de protesto, número que tem aumentado depois da patrimonialização da festa. Um desses personagens, já tradicional – “Cornélio” –, que pintado de graxa, roupas rasgadas e portando chifres, interage com a comunidade através de um telefone. O mesmo está sempre agregando algum novo elemento à sua performance: já saiu com carroça, com cabra, e até com um caixão. O carnaval de Maragojipe se faz dinâmico, agrega valor à cidade e à sua tradição festiva. Em 2010, foi registrado no livro de eventos e celebrações, como Patrimônio Cultural da Bahia pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, o que gerou publicidade, atraindo um público maior para a cidade.

A devoção aos santos católicos e aos orixás se faz pungente em Maragojipe. Muitas são as casas que possuem oratórios, fazem novenas aos santos juninos, dão pipoca às segundas e fazem caruru aos santos gêmeos São Cosme e Damião/Crispim e Crispiniana. Toda essa dedicação ao sagrado se apresenta de forma mais especial quando se trata de festejar o santo padroeiro – São Bartolomeu. Durante o ano, boa parte dos maragojipanos faz sua conexão com o protetor ao lhe entregar as demandas. A ligação com o padroeiro é tão próxima que muitos batizam seus filhos com o nome do santo. Há de se contarem as ruas que não abriguem pelo menos um ‘Memeu’. São tantos que, para identificar sem erro, se faz necessário adicionar ao apelido as referências familiares.<sup>77</sup> Esses homens, mesmo quando saem da cidade, carregam consigo essa marca, capaz de acusar sua naturalidade.

Anualmente, no mês de agosto, acontecem momentos específicos dedicados ao santo. E antes do começo acontece o pregão, no primeiro sábado de julho, quando cavaleiros acompanhados de mascarados distribuem panfletos

---

77 Tais como: Memeu de Alice, Memeu de Ana, Memeu de Fraga, Memeu de Zé Gago, Memeu de Barbudo, Memeu de Betinha, Memeu de Santinha, Memeu de Valfrida, Memeu de Edelzio, Memeu de Sueli, Memeu de Fraqueza, Memeuzinho de Kitoco, entre outros.

contendo o anúncio da festa, lembrando à cidade, que em voga não esquecer, que já se aproxima o mês tão aguardado. Os membros da Irmandade de São Bartolomeu se colocam logo a postos para arrecadar fundos (esmolas) para a festa, ao passar livros de ouro e rifas. O comércio local fica logo mais enérgico porque se faz tempo de abundância, tanto na área alimentícia (quando as famílias se preparam para receber seus visitantes) quanto na área de roupa e calçados (já que os partícipes querem colocar as melhores vestes nos dias solenes). E o que não faltará é missa e procissões para frequentar nesse tempo.



FOTOGRAFIAS 8 e 9 - Lavagem de São Bartolomeu  
Fotografias da autora, Maragojipe, 2012

Uma rajada de fogos, logo ao amanhecer do primeiro dia de agosto, dá conta de que chegara o ciclo mais esperado na cidade. Os terreiros também se colocam em festa, direcionando atenções ao orixá Oxumarê, mas também a São Bartolomeu. No primeiro domingo do mês, acontece o bando anunciador, uma folia em que se faz a entrega da programação da festa por cavaleiros, acompanhados por músicos das filarmônicas e mascarados. Já no segundo domingo, ocorre a lavagem do templo pelos fiéis. No terceiro domingo, é a vez da lavagem de rua, conforme fotografias 8 e 9, que recebe inúmeras excursões de diversas cidades da Bahia. O novenário ocorre antes do dia 24,

dia do santo<sup>78</sup>, quando acontece a missa com muitos fogos e se faz feriado na cidade. No último domingo do mês, é a missa da festa, e no dia anterior acontece a regata, reunindo embarcações tradicionais e contemporâneas de toda a imediação da BTS. Na segunda, após a missa da festa, transcorre a procissão, único momento em que a imagem do santo percorre as ruas<sup>79</sup>.

Há muito tempo, provavelmente desde que membros da igreja tentaram afastar os leigos da organização dela, entre 1942 e 1972, desvinculando o momento religioso das demais manifestações, já não se lava somente o templo religioso. Na contramão, a população se apropriou de forma incisiva desse momento, lavando em praça pública e em todas as ruas onde se faz possível circular (após a lavagem da porta de entrada do templo religioso pelas baianas, ao som do hino de São Bartolomeu, a lavagem ganha forma de arrastão) tudo que pode ser considerado do campo da obscenidade. O baixo corporal se mostra então latente, sendo a ordem do dia a lavagem da “Êta” (para não dizer escancaradamente o nome da “perseguida”), e da sua venda aberta a valores mínimos, porque São Bartolomeu, ou melhor, Memeu, se fez íntimo o bastante dos seus devotos, a ponto de não considerar por agravo tudo que se diz e se gesticula nesse dia.

A especificidade maragojipana em festejar seu santo padroeiro se apresenta estranha ao olhar do visitante, que bem pode ser traduzida na crônica “Ronda: Oratório, malungo”. Nesse texto, o professor Ordep Serra considera o momento enquanto rito profano, já que envolve uma “carga simbólica e afetiva” regularmente realizada, programada, performática e em diálogo com o sagrado.<sup>80</sup> Em uma das narrativas, numa tentativa de entender a lavagem, aparece a seguinte reflexão: “[...] O povo todo na praça gritando a palavra proibida, numa festa religiosa... Aí tem mistério! [...] A alegria era tanta que o danado se encantou. O povo aclama com sinceridade, com uma força muito viva [...]”.<sup>81</sup>

78 Rememora-se a data em que o santo fora levado ao martírio. SANTOS, *op. cit.*, p. 62.

79 *Idem*, p. 105-115; p. 121.

80 SERRA, Ordep. A pura festa. In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *Op. cit.*, p. 227-235; p. 242-244.

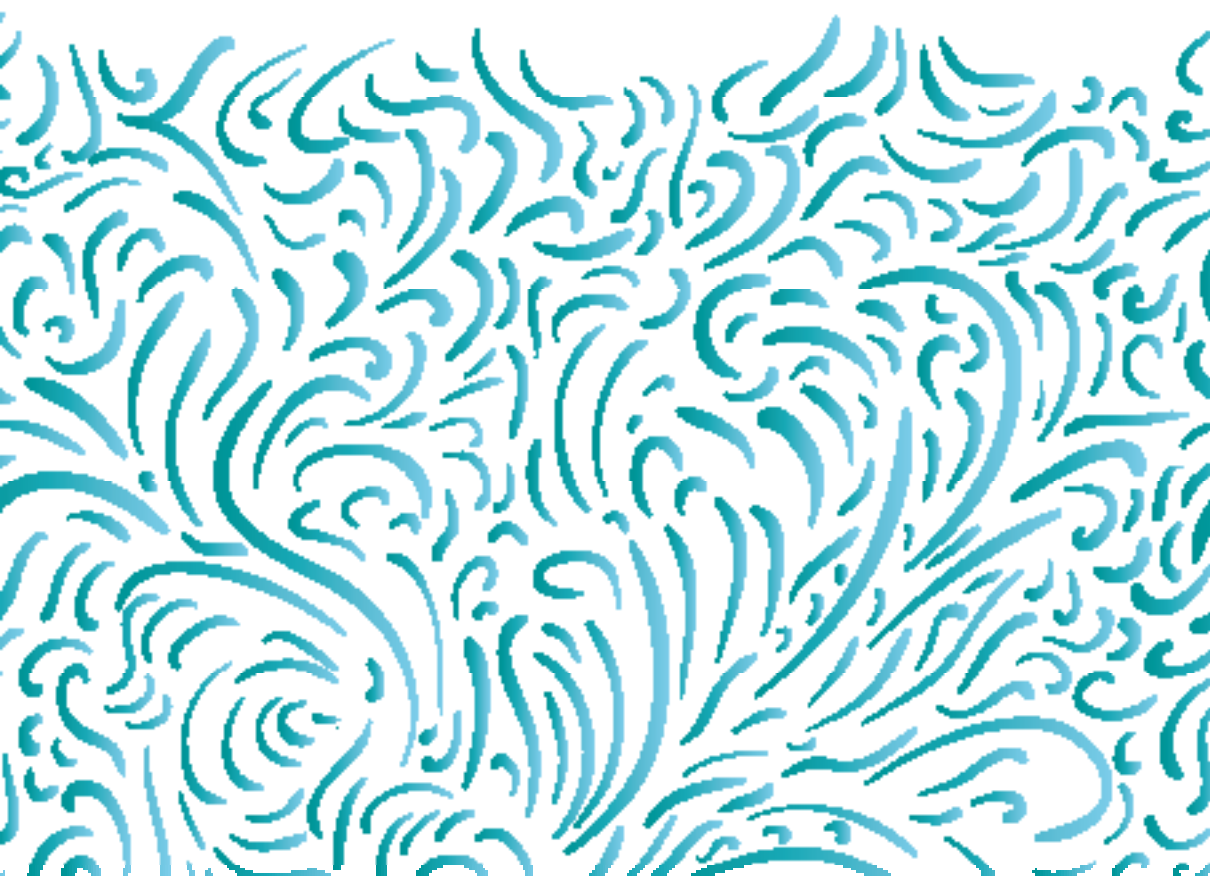
81 *Idem*, p. 233.

Uma festa da pilhéria, da zombaria, da provocação, da permissividade, da catarse, e, em certo ponto, bastante parecida com o carnaval. Aliás, de carnavalização e de rito (sagrado, profano, ou nem um dos dois) o maragojipano entende – basta ficar atento aos seus muitos tempos festivos.

Eis que, quando pensava já conhecer a Terra das Palmeiras, me surpreendi com outro mundo (que apresento no capítulo seguinte) e tantas outras festas. Então, por ora, posso ratificar o que já fora dito pelo cronista: Aí tem mistério! É justamente por conta dos muitos mistérios que envolvem essa terra, que me inclinei a outro, de outra festa, que dialoga com os intercursos dessas águas da Baía do Iguape – a Festa da Barquinha.

**CAPÍTULO 2**

*Uma outra cidade:  
A Maragogipe Quilombola*



*“Cada um é rei da sua casa”.*

João Marques Jesus, lavrador, 76 anos  
Quilombo Porto da Pedra

Quem chega a Maragojipe não imagina que em torno da sua sede existem comunidades cujas trajetórias estão atreladas às diversas formas de resistências. Elas são responsáveis atualmente por parte significativa dos produtos que são comercializados na feira da cidade, como farinha, azeite de dendê, mel, frutas, hortaliças, assim como peixes e mariscos extraídos da longa faixa litorânea entrecortada por manguezais. São comunidades tradicionais cujos moradores sobrevivem da pesca, da mariscagem, da apicultura e da agricultura, resguardando, portanto, saberes diversos do mundo do trabalho e do contato com o ambiente natural.

Muitas são as peculiaridades dos quilombos de Maragojipe, todavia, muitos também são os traços comuns que ligam a trajetória das famílias nesses territórios. Destaca-se a opressão sofrida diante do domínio de fazendeiros que se apoderaram de vastas extensões territoriais, assim como dos meios de transporte e dos instrumentos de trabalho. A extensão territorial com o tempo sofreu divisões, com a venda de lotes cujos proprietários, por vezes, também venderam pequenas áreas a antigos rendeiros. Os moradores dessas comunidades, destacadas em vermelho no Mapa 4, enquanto arrendatários, se submetiam outrora aos fazendeiros das seguintes formas<sup>82</sup>:

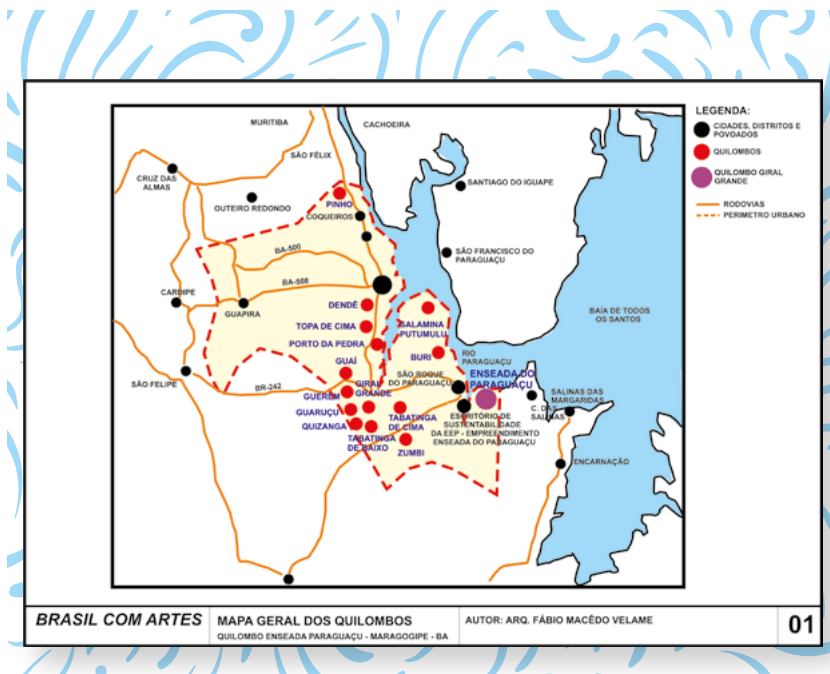
- “meia”: dividindo com o fazendeiro/dono dos instrumentos de trabalho

---

82 Esse regime de “terça” prevalecia também com qualquer outro morador que conseguisse construir sua própria casa de farinha.

metade de tudo que era produzido, como farinha e azeite de dendê;

- “terça”: dividindo com o fazendeiro a terça parte de tudo que era extraído da terra, como piaçava, dendê, mandioca, argila e lenha;
- “renda”: realizando o pagamento anual em dinheiro ou em dias de serviço ao fazendeiro pelo uso da terra e utilização dela para moradia.



MAPA 4 - Mapa Geral das Comunidades Quilombolas de Maragojipe  
Fonte: Brasil com Artes - Autor: Fabio Velame

Além das “recompensas” mencionadas acima, os trabalhadores dessas fazendas acabavam vendendo o que lhes cabia ao próprio fazendeiro ou a atravessador(es), por valores irrisórios, para garantir o sustento da família. Famílias essas normalmente extensas, que por várias gerações se mantêm ligadas à mesma terra, ou levadas a se deslocar para regiões vizinhas. Foi possível perceber a relação consanguínea entre várias famílias de quilombos diferentes, ou mesmo relações de compadrio e de solidariedade mantidas na hora do parto e na cura de doenças. Por vezes, quando a relação com um dado fazendeiro se apresentava desgastada, mudar para a terra de outro proprietário tornava-



se solução, fugindo, assim, de humilhações e de agressões, impostas através de homens armados.

Essa outra cidade se descortinou aos meus olhos quando aproximei a lente sobre uma realidade diferenciada, se comparada ao lugar que até então conhecia como Maragojipe. São comunidades que se reconheceram como quilombolas, através da Fundação Cultural Palmares – FCP, engendrando, assim, novas identidades, que perpassam inclusive pela articulação para obtenção das titulações das respectivas terras, conforme dados abaixo<sup>83</sup>:

ANO	COMUNIDADES CERTIFICADAS PELA FCP
2004	Salaminas
2005	Enxada do Paraguaçu, Giral Grande, Guéréim, Tabatinga, Porto da Pedra
2006	Buri, Guarucu, Quizanga, Sítio Dendê, Zumbi
2010	Baixão do Guaf

O processo de regularização desses territórios, até a posse do governo interino da República do Brasil, em maio de 2016, começava pela FCP, seguida pela atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que através do Decreto nº 4.887, de 2003, procedia à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), atuava na demarcação e na titulação das terras. A reforma ministerial do governo interino transferiu a responsabilidade, que era do INCRA, para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e depois para o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário<sup>84</sup>. E, atualmente, a pasta está a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Se até então muitos já eram os enfrentamentos dessas comunidades quilombolas à espera da titulação, que costumava levar pelo menos uma década,

<sup>83</sup> Listagem das comunidades certificadas da Fundação Cultural Palmares, disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

<sup>84</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/numa-canetada-o-recuo-de-15-anos-na-politica-de-terras-quilombolas>

no contexto é de total incerteza, já que a grande maioria encontra-se na etapa de elaboração do RTID, de acordo com as informações emitidas pelo INCRA.<sup>85</sup> Para mensurar o quão demorado se faz o processo, as informações acima dão conta dos períodos de abertura do processo para certificação, na FCP, das comunidades de Maragojipe, que vivem as tensões de espaços imersos em conflitos. Para que seja possível identificar as confluências e particularidades desses territórios, este capítulo se aproxima das percepções da pesquisa de campo realizada em cada comunidade.

## 2.1 Salamina Putumuju

Cheguei ao porto do Caijá, em Maragojipe, bem cedinho, em dezembro de 2012, com a névoa cobrindo as águas da Baía do Iguape, as garças se espreguiçando e um silêncio só interrompido pela atuação da natureza (pelos pássaros que faziam festa com o raiar daquele dia). Uma contemplação logo tomou os pesquisadores<sup>86</sup>, que se mantinham passivos diante daquele cenário. Mais um tempo, que não sei precisar quanto, a certa distância já avistamos a embarcação que nos levaria ao campo, ao primeiro quilombo de Maragojipe visitado – Salamina Putumuju. Já embarcados, nosso condutor, morador daquela comunidade, Manoel Antônio da Conceição, mais conhecido como Bié, logo nos corrigiu o vocabulário: disse que o nome daquela ave pesqueira era “gauça”. Entre olhares, os pesquisadores não retrucaram, mantendo naturalmente o diálogo.

Para minha surpresa, a terra para a qual nos dirigíamos era justamente aquela que sempre se mostrou tão próxima aos olhos, já que a curta distância do Caijá – uma mata densa, de verde encorpado, que até parecia desabitada. Para chegar, basta cruzar o rio e em poucos minutos já se faz possível pisar em terras, ou melhor, em águas quilombolas, já que não existe atracadouro, embora pelo menos duas marcações com paus indiquem essa pretensão. É extensa a

---

85 De acordo com Andamento dos Processos – Quadro Geral, disponível em 13.10.2014: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf). Atualmente, a informação não se encontra disponível ao acesso público, o que demonstra uma manobra para invisibilizar o andamento e letargia dos processos no governo federal.

86 A equipe era composta pelo antropólogo Wilson Caetano, pelo arquiteto Fabio Velame, pelo fotógrafo e ilustrador Rodrigo Siqueira, pela mobilizadora Marina Bonfim, além desta pesquisadora que por ora vos fala.

dimensão territorial da comunidade, que contém núcleos espaçados de casa, cerca de 200 casas, junto às roças de gêneros diversificados, com predomínio da roça de mandioca, cercada por mata virgem. Os núcleos habitados estão localizados na proximidade da maré, entre dois polos, o “caborongo” (ruína) de um engenho – o Engenho Novo (chamado de Casa do Rei ou Cais do Engenho – fotografia 10) – e o Forte da Salamina (fotografia 11), os quais possuem as seguintes denominações: Tororó, Pepiripau/Peripau, Ponta do Ferreiro, Olaria e Porto do Dunda.



FOTOGRAFIA 10 - Ruínas do Engenho Novo, Salamina Putumuju, 2012.



FOTOGRAFIA 11 - Forte da Salamina  
Fotografia da autora, Salamina Putumuju, 2012.

Já nos primeiros diálogos com a comunidade, percebemos a composição de palavras e expressões que precisavam ser significadas para nossa compreensão. Um universo próprio e complexo permeava aquele mundo, não sendo diferente nas outras comunidades, cujos códigos eram perfeitamente compreendidos pelos pares, e naquele momento assumiam a função de delimitar os espaços e as posições, entre os “de dentro” e os “de fora”.<sup>87</sup> Éramos os de fora, conduzidos pelos de dentro, e Bié fora o nosso condutor na Salamina Putumuju. Longas foram as horas, e por dias seguidos percorremos essas terras sob o sol escaldante e uma vontade irresistível de largar o caderno, a máquina fotográfica, o gravador e me jogar naquelas águas. Como não era possível diante das demandas, continuava o trajeto, conhecendo e conversando com seus moradores, conhecendo as folhas e plantas, e comendo os frutos pelo caminho. Nunca irei esquecer os bagos de jaca oferecidos pelo interlocutor durante o trajeto, quando tinha as mãos ocupadas com o material de campo. Pude refletir posteriormente e cheguei à constatação de que ser maragojipana não me fazia tão de fora, mas também não me tornava de dentro. Senti isso em outras comunidades, toda vez que tive a chance de identificar a minha família, uma barreira parecia se quebrar e iniciava uma relação mais próxima.

Algumas reminiscências foram recorrentes na oratória dos moradores desse território. A primeira – de que o município era povoado por povos indígenas: “*Esse território todo aqui em Maragojipe tudo aqui era índio. Esse território todo era, tudo índio.*” Para eles, o próprio nome da localidade – Putumuju –<sup>88</sup>, local de refúgio/esconderijo, já recompõe essa afirmação. A segunda faz menção à luta da população local em uma batalha, que os mesmos não sabem precisar o acontecimento, mas que a resistência imperou ali e que isso pode ser vislumbrado materialmente através do Forte da Salamina<sup>89</sup>. A terceira faz referência ao Engenho Novo, antigo produtor de açúcar sob o regime da escravidão, de propriedade de Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo

87 Palavras e expressões foram catalogadas durante a pesquisa de campo, dando origem à seguinte publicação: SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. Sotaque quilombola. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

88 Antes de passar a denominar a própria comunidade, Putumuju era um local distante do porto, já próximo a São Roque do Paraguaçu, na mata fechada, onde só era possível viver do mato e de roça, e, por isso, passava-se por diversas necessidades, já que longe do rio.

89 Construção do século XVIII, que tinha por função realizar a proteção dos engenhos do entorno. Antes dessa existia uma construção do século anterior, que, segundo memorialistas maragojipanos, atuou para impedir a invasão holandesa na Bahia, e, provavelmente, nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia.

(nome lembrado), quando do casamento com Mariana da Costa Pinto, em 1865, filha do Conde de Sergimirim (Antônio da Costa Pinto Junior). Enquanto a primeira e a segunda tratam de um tempo mítico, a terceira está ligada às memórias dos mais velhos.

Além daquelas, existem outras memórias mais insurgentes, que tratam de um período vivenciado pela comunidade e também pelos mais velhos, à época dos fazendeiros. Um período recente, que vai ao encontro do autorreconhecimento enquanto quilombola, junto à FCP e o início de processo junto ao INCRA, para titulação das terras, em 2004. São narrativas carregadas de sofrimento e revolta: “[...] e o dinheiro aqui, o dinheiro aqui nós não ganhava! E tinha um armazém aqui como você sabe que nós não conhecia acesso a Maragojipe.”<sup>90</sup>

O armazém referido por Bié pertencia ao fazendeiro, sendo também o único local onde os moradores podiam fazer suas compras (seus produtos eram mal armazenados e alguns fora do prazo de validade). Lá também se vendia roupa “porta de loja”, com fortes estampas e no mesmo padrão. Eles não tinham acesso à sede (cidade) porque as embarcações para fazer a travessia pertenciam ao fazendeiro, assim como os animais para o trânsito pela estrada. Muitas foram as queixas feitas em relação aos animais: disseram que ficavam soltos e destruíam as roças, que o fazendeiro colocava o nome dos animais o mesmo dos moradores do quilombo, e que em dado momento, ao ser reivindicado por ter vendido alguns desses, argumentava que eram utilizados para transportar as cargas pesadas, principalmente piaçava. Nesse sentido, o fazendeiro teria dito que havia vendido os animais e que depois iria fazer o mesmo com as pessoas.

Durante o período da pesquisa, ficou evidente que a comunidade buscava superar o passado com as conquistas do presente – uma delas é a energia elétrica, que naquele momento estava se tornando uma realidade através do Programa Luz para Todos. Um sonho de consumo poderia então ser concretizado, a compra da geladeira, tão necessária para conservar os mariscos vendidos por seus moradores. Um sonho necessário, inclusive para diminuir a

---

90 Depoimento dado à autora por Manoel Antônio da Conceição (Bié) – 54 anos –, cedido pela empresa Brasil com Artes, em dezembro/2012.

atuação de atravessadores, que se aproveitam da fragilidade dessa comunidade, para comprar os produtos a baixos valores.

Muito ainda precisa ser feito para melhorar as condições de vida dessa comunidade, como a instalação de um posto de saúde, o fornecimento de água encanada e tratada, a implementação da rede de esgotamento sanitário assim como a disponibilização de transporte escolar. A comunidade possui uma escola municipal para as séries primárias (Educação Infantil e Ensino Fundamental I); já as demais séries precisam ser cursadas na sede, o que demanda embarcação. Enquanto o cenário muda lentamente, os moradores da Salamina Putumuju receberam uma titulação provisória, simbólica, já que sem valor jurídico, quando completaram 10 anos de processo junto ao INCRA, enquanto aguardam a titulação definitiva.

## **2.2 Guerém e Baixão do Guai**

Conheci as comunidades do Guerém e do Baixão do Guai no mesmo dia (embora tenha visitado separadamente em outros momentos), numa roda de conversa agendada na casa de Dona Nina, no Guerém, e, por isso, aqui estão juntas, até porque assim estão do ponto de vista geográfico. Para chegar à localidade, é necessário pegar a estrada que leva a São Roque do Paraguaçu, através da BR 420, e depois pelos caminhos de terra batida da BA 026. Um questionamento rondou meus pensamentos durante a permanência na casa de Dona Nina: para além da questão espacial, o que mais ligava os moradores do Guerém aos do Baixão do Guai. A resposta, todavia, não fora encontrada nas rodas de conversa, nem nas entrevistas individualizadas realizadas naquele dia, tampouco nas demais; nenhuma conseguiu atingir a complexa rede mantida historicamente entre esses moradores.<sup>91</sup>

Essas terras abrigaram polos de produção de cana-de-açúcar e principalmente gêneros alimentícios que abasteciam a região e a capital no período colonial, através do Engenho Capanema (localizado entre as atuais terras do

---

91 Muitas das respostas estavam nas entrelinhas, nas pistas que o pesquisador precisava reunir para encontrá-las.

Guerém e do Girau Grande), do Engenho Santo Antônio de Capanema (atual Guerém) e do Engenho São Francisco de Capanema (atual Guaí), tendo posteriormente dado origem à Fazenda Capanema e à Fazenda Guaí. Ao que tudo indica a Fazenda Guaí era tão extensa que abarcava boa parte das atuais comunidades quilombolas da região, e, com o tempo, fora desmembrada, dando origem a outras propriedades, que ainda assim mantinham grandes porções territoriais.

Capanema, depois denominada Guaí, até pouco tempo (década 1990) abrigava um porto e uma feira semanal, de onde saíam saveiros carregados de mercadorias para Maragojipe, assim como para Nazaré das Farinhas e Salvador. No período em que a atuação dos fazendeiros se fazia imperante, até a última década, os quilombolas do Guerém e do Baixão do Guaí lembram que trabalhavam no alambique, na serraria e na olaria, que produzia telhas e tijolos, recebendo por produção, mas também na roça e na casa de farinha, sob regime da terça, e na maré.

O trânsito entre os moradores do Guerém (dividida entre as localidades denominadas Olaria, Bulibuli e Pedreira) e do Baixão do Guaí (que não possui localidades, mas locais referenciais como a Cachoeira do Bobó/Ruínas do Engenho e o terreiro de Mãe Maria de Preto de Sumido<sup>92</sup>) se apresentava e ainda se mantém frequente, muito provavelmente por conta do rio (Rio Guaí), do porto, da “parenteza” (como dito por D. Nina), das relações de compadrio<sup>93</sup>, dos trabalhos realizados e das festas coletivamente vivenciadas. Um desses momentos lembrados com nostalgia pelos mais velhos era a “festa do arroz”, realizada nas últimas décadas, quando o dono da radiola providenciava um “ralabuxo” com o intuito de promover a interação na comunidade. Na oportunidade, eram vendidos copos de arroz doce, que muitas vezes se transformava no mote para iniciar uma paquera, que poderia resultar, ou não, numa “taboca”, ou seja, rejeição.

O Rio Guaí se apresenta enquanto ponto de intersecção entre essas duas

---

92 Maria, filha de Preto, neta de Sumido.

93 O compadrio nos quilombos de Maragojipe vai além da relação com o batismo religioso: está relacionado também às brincadeiras de criança quando se batizava as bonecas, ou até ao pular a fogueira no período junino. Muitos foram os quilombolas que narraram histórias de comadres que brigavam e, ao morrerem, viravam dois feixes a cruzar o céu, como um ato de rivalidade. Eles chamam esses seres de Beatantã ou Baetantã.

comunidades, que inclusive escolhem os locais de construção de suas casas tomando essa referência, onde retiram a principal fonte de sustento das famílias. O significado social e simbólico da maré e do rio está impregnado nas histórias narradas com mais densidade e recorrência nessas comunidades, de experiências que envolveram seus moradores e seres encantados, como a Vovó do Mangue e a Vovó do Mato. Dessas comunidades saíram as narrativas, as quais foram base para o primeiro título do trabalho que se delineou no campo – a Coleção de Contos Quilombolas, direcionada ao público infantil, “Vovó do Mangue e Vovó do Mato”.<sup>94</sup>

Durante a pesquisa, identificamos cerca de 300 casas unidas por núcleos familiares, mas espalhadas espacialmente, em torno desse manancial, o rio. A luz elétrica chegou entre os anos de 2008 e 2009, mas ainda carecem de infraestrutura, de água tratada e de rede de esgotamento sanitário, assim como de unidades escolares (disponíveis na comunidade vizinha, Quilombo Girau Grande) para atender a esses quilombolas tão esperançosos do título da terra, e com ele, de um futuro mais promissor.

### 2.3 Buri

Na sequência, foi a vez da comunidade que tem o nome de uma palmeira encontrada no território – Buri –, e que por sinal faz limite com a Salamina Putumuju através do Rio Bastião. Por não existir atracadouro, foi necessário descer da embarcação com a maré abaixo da cintura (até porque estávamos atentos aos horários) e se mover no solo argiloso do manguezal, bastante denso na área. Para chegar, fomos até São Roque do Paraguaçu e lá aguardamos a embarcação de um morador que nos conduziu até o quilombo, logo à frente, visível na fotografia 12, embora seja possível alcançar a comunidade pela BA 026. Optamos, assim, por realizar o deslocamento feito com mais frequência pelos moradores.

A área da comunidade é extensa e se divide nas seguintes localidades, às margens do Rio Paraguaçu: Ponta do Bastião, Murumbu, Cachica e sede, com

---

<sup>94</sup> SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano de. Vovó do Mangue e Vovó do Mato. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.



poucas residências espalhadas (cerca de 32 famílias), que vivem da roça de mandioca, de pequenas roças diversificadas, do extrativismo de dendê e da piaçava, da pescaria e da mariscagem. Estão concentradas no Bastião, onde existem as ruínas de uma igreja, mas nenhuma escola<sup>95</sup>, nem posto de saúde em todo o território. Entre as localidades se encontram áreas naturais, contendo imponentes pedras, significadas pela comunidade – Pedra dos Frades, Popa do Navio, Gamboa e Cabeça do Capitão. A pedra Cabeça do Capitão, por exemplo, resguarda a memória de uma revolta de escravizados em uma localidade próxima ao Buri, chamada de Cabeça de Nego, quando fora morta uma liderança negra e exposta naquele local; em resposta ao acontecido, a cabeça de um capitão do mato fora exposta na pedra ora denominada Cabeça do Capitão, que permanece enquanto símbolo de resistência.



FOTOGRAFIA 12 - Vista da casa de Dona Maria São Pedro, no Buri.  
Fotografia da autora, Buri, 2012.

Assim como a Salamina Putumuju, durante a pesquisa ainda não havia chegado a energia elétrica à comunidade, mas seus moradores tinham em vista que na sequência daquela comunidade seriam também contemplados. A água se faz o principal problema enfrentado na luta diária, principalmente para aqueles que moram distante do Rio Bastião. Dona Nini mesmo, que mora no Bastião, elaborou um sistema de captação de água utilizando bambu, capaz de facilitar

<sup>95</sup> As crianças e jovens da comunidade normalmente ficam na casa de algum parente ou conhecido em São Roque do Paraguaçu durante a semana e retornam à comunidade aos finais de semana, já que não contam com transporte escolar.

as atividades domésticas e aproveitar o máximo possível para a irrigação da roça de milho e mandioca. Já Dona Maria São Pedro e Manoel Ernesto, que moram distante do rio, em residências diferentes, utilizam a água do minadouro da fotografia 13, já bastante poluído, amenizando o estado de precariedade por meio da filtragem, com panos e depois fervendo-a no fogo à lenha.



FOTOGRAFIA 13 - Minadouro do Buri  
Fotografia da autora, Buri, 2012.

## 2.4 Girau Grande

Do ponto de vista espacial, esta é a primeira comunidade quilombola na estrada que segue para São Roque do Paraguaçu (BA 026) – junto a ela se ligam as demais comunidades, inclusive Guerém e Baixão do Guaí. Salamina e Buri, entretanto, ficam mais isolados e têm por principal e costumeiro acesso o trânsito pelas águas; já as demais, será possível conhecer suas especificidades ainda neste capítulo.

Me desloquei ao Girau Grande, sabendo que seria um local estratégico para o desenrolar da pesquisa, devido à articulação política da família Calheiros, uma das fundadoras dessa localidade, junto às questões quilombolas. Naquele momento, as irmãs Calheiros se faziam lideranças no conselho quilombola (formado junto às demais comunidades) e atuavam em diversas frentes, nas diferentes esferas governamentais, tendo por meta a obtenção de conquistas coletivas por meio do acesso às políticas públicas. Ao chegar, conhecemos a casa da família, ou melhor, o núcleo familiar, cujas residências estão ligadas à casa da matriarca – Dona Francisca. Pudemos conhecer os principais projetos locais – de apicultura (abelhas italianas) e a construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em substituição às casas de taipa.

De fato, o Girau Grande se mostrou estratégico, porque alargou a receptividade da equipe no campo, sob a honra da sua atuação articuladora. Descobrimos dois significados para o nome da comunidade, o primeiro relacionado à estrutura de madeira onde se colocavam as panelas para secar, o girau; o segundo, que não anula o anterior, refere-se à sua topografia, situada em um morro onde se faz possível observar parte significativa da região. A comunidade reafirma, assim, a sua posição estratégica para observação, aprendizado que dialoga com os conhecimentos herdados dos seus mais velhos. As posições e fases da lua<sup>96</sup>, e, conseqüentemente, o movimento da maré, por exemplo, são acessados constantemente por essa comunidade – para retirar argila (para produzir seus já tradicionais presépios natalinos e, no passado, panelas), nicuri, madeira, piaçava, dendê e cipó, assim como chocar ovo de galinha e realizar a pesca e a mariscagem.

Nessa comunidade realizei a entrevista individual mais longa da minha trajetória enquanto pesquisadora. Foi um diálogo de quase três horas, inacabado inclusive, com Eliete Calheiros (professora, 40 anos), que na ocasião mergulhou com profundidade nas memórias da sua família. Depoimento marcado por diversas pausas, interrompido por lágrimas e também na busca de folhas, objetos

---

96 Para identificar as fases lunares, eles costumam observar também o movimento solar. A análise da "lua forte" e da "lua fraca", ou seja, cheia e minguante, consecutivamente, é uma ação natural e constante nas comunidades quilombolas. Ao conhecer a maré de um dado momento, é possível, portanto, saber qual tipo de peixe ou marisco será possível pegar, as técnicas necessárias para a captura e o tipo de instrumento de pesca a ser empregado.

e fotografias. Outros momentos foram marcados por risadas e por uma narrativa entusiasmada, carregada de enredo, que me fazia adentrar visualmente em outro tempo daquele quilombo. Nesse diálogo conheci, via lembranças de Eliete, boa parte da sua família que já não se encontra nesse plano, as personalidades e o cotidiano dos seus avós, tanto paternos quanto maternos, assim como seus tios e tias, seu pai, e principalmente Mamãe Piani, parteira e “mãe de imbigo” de muitos daquela comunidade e do entorno.

Mamãe Piani era moradora da Tabatinga, esposa do tio de Eliete Calheiros e quem fez vir ao mundo muitos quilombolas que possuem hoje acima de 30 anos. Dos treze filhos da mãe de Eliete, apenas três ela não procedeu ao parto. Além do parto, dos saberes medicinais (chás e banhos) e espirituais (rezas), ela também prestava cuidados à mãe e ao filho nas primeiras semanas até a queda do “imbigo”, durante o período de resguardo, quando se fazia necessária uma série de restrições, principalmente alimentares.

As lembranças de histórias ouvidas quando criança por Eliete, mas também por suas irmãs, Lenira e Tânia Calheiros, deram forma aos contos infantis *Maria & Maria* e *Histórias de Tenengo*. São histórias de seres mágicos que têm por mote a preservação do meio ambiente, e, ao materializá-las, ganhou o cenário e os personagens do quilombo.<sup>97</sup> Hoje, essas narrativas estão presentes não só na única escola da comunidade – Escola Profissional Getúlio Vargas (que atende os estudantes do Ensino Fundamental I e II de grande parte do Guai), sediada no prédio que abrigou, no passado, uma escola de menores infratores –, mas também em outras comunidades quilombolas do Recôncavo.

## 2.5 Sítio Dendê

Esta comunidade fica localizada nos limites da sede do município, por isso nem foi preciso sair da cidade: bastou pegar o caminho dos Bairros do

---

97 SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. *História de Tenengo*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013; SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. *Maria & Maria*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

Angolá e do Capa Gato, marcados nos últimos anos pela concentração de usuários de entorpecentes. Após alguns minutos de tensão com o cenário, que se descolava completamente da imagem alimentada da minha cidade, percebi que já estávamos em uma fazenda, com muita árvore e mato, margeados pelo manguezal. Quase uma hora de viagem, eis o Sítio Dendê, uma comunidade paralela à BA 026 e ao Rio Paraguaçu. Dois rios descem da direção da estrada – Rio Bocolomô e Rio da Ribeira –, passam pela comunidade e deságuam no Paraguaçu. No curso do Paraguaçu, não tão perto para quem não está acostumado com caminhada debaixo do sol, está o Porto da Pedra, outra comunidade, onde os moradores do Sítio Dendê vão buscar água para beber, em um minadouro incrustado na maré – o Olho D’água. Para o cumprimento dessa tarefa, precisam saber exatamente o movimento da maré, principalmente para aqueles que vão a pé, carecem sair na vazante, chegar lá com ela completamente seca e voltar antes da preamar.

As poucas residências, cerca de 30 casas (o menor número entre todas as comunidades quilombolas da região), estão todas concentradas na sua sede, unidas pela “parenteza”. As famílias vivem principalmente da pescaria e da mariscagem, da criação de galinhas através de estruturas de madeiras, chamadas de galinheiros<sup>98</sup>, e da produção de azeite de dendê e de farinha. Ao longo do rio, estão instaladas pelo menos quatro camboas, estruturas feitas de taliscas de dendê em forma de círculo, com intuito de capturar peixes e crustáceos. No passado, a comunidade se fazia também pelo ceramista, com a produção de utensílios domésticos e materiais de construção (telhas, manilhas, blocos, entre outros).

Nessa comunidade tive a felicidade de conversar com a rezadeira que fez questão de espantar o mau-olhado o qual carregava toda vez que lá estive. Com ela, consegui catalogar inúmeras folhas e suas utilidades terapêuticas, exercício que já vinha realizando durante a pesquisa<sup>99</sup>. Pude, ainda, entender o significado dos nomes das enfermidades e as rezas empregadas, por exemplo, para “espinhela caída”, “ar de morto”, “fogo santo”, “vermelha”,

<sup>98</sup> Essa estrutura foi pouco encontrada nas outras comunidades.

<sup>99</sup> É um conhecimento inerente à boa parte dos quilombolas de Maragojipe, que reconhecem cada folha por onde passam, assim como seus usos e formas de tratamento.

entre outros, que reunimos na cartilha intitulada *Medicina Quilombola*<sup>100</sup>.

Dessa mesma rezadeira, Dona Jair, 58 anos, saíram diversas narrativas que revelam o poder da folha e da reza, mas também da existência de encantos e encantados, como pode ser visualizado no último conto da *Coleção Contos Quilombolas – O menino que a Caipora carregou*<sup>101</sup>.

O menino, o filho de Dona Jair, Franklin, apelidado Kelin (hoje adulto), ficou “vareado” e se perdeu:

Ele tava com 2 anos. Tava vestido e apareceu nu, 2 anos, eu varrendo aí a porta, o rapaz me deu o candeeiro de camboa e eu fui guardar lá, e ele ficou aí me esperando. Quando cheguei, não achei; aí endoidava, menina, não achei. Eu corria lá pro poço, gritava lá, e ele respondia aqui; eu gritava aqui, e ele respondia lá. Aí, Preto, todo mundo procurando, procurando, não aguentava mais. Preto que era bem branco, entrou nesse mangue, ficou todo cheio de sangue nas costa, se lascou todo procurando, que quando Preto gritava cá, ele respondia aqui, quando Preto, os meninos tava aqui, respondia cá. E os menino procurando. No fundo dessa casa aí, tem uma moita de espinho, um bocado de roupa de um homem que tinha falecido, morava aí também, ele tava assim oh em cima da ruma do espinho. A bicha é malvada! Em pé, nu assim, assim. Não furou nada, espinho branco, tudo espinho branco, não teve um arranhão! Aí o menino ‘uma veia preta, uma veia preta’. Aí todo cheio de carvão, ele não brincou com carvão, todo cheio de carvão, de manhã cedo, eu varrendo o terreiro, como hoje eu varri tudo aí, o terreiro, umas 5 horas eu já tava varrendo o terreiro, tudo aí, isso aí tudo. Ele em cima do espinho. Sumiu. A caipora que carregou. [...] Eu chamava ele cá, e ele respondia aqui, chamava aqui, e ele respondia lá. Longe, longe. Nê dizer que ele saía sozinho pela aí, ele tava pequeno, mas cheio de carvão, a cara oh, todo melado de carvão, o corpo todo, todo de careta, todo forrado de careta. Aí, pronto, a caipora carrega mesmo!<sup>102</sup>

Ainda bem que Kelin foi encontrado, com o suporte da comunidade, que

100 SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. *Medicina quilombola*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

101 SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. *O menino que a Caipora carregou*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

102 Depoimento dado à autora por Jair Sacramento de Jesus – 58 anos –, cedido pela empresa Brasil com Artes, em fevereiro/2012.

normalmente se envolve nas diligências cotidianas e colabora no “adjitório”<sup>103</sup>! Preto, naquela época ainda era adolescente, mas já demonstrava qualidades para exercer a liderança. Ele aprendeu a cartilha do quilombo, rompeu as fronteiras e hoje busca, enquanto líder, as melhorias para a comunidade, que, apesar de estar tão perto da sede do município, ainda vive toda sorte de descaso do poder público: ausência de escola, de posto de saúde, de transporte escolar, de ruas pavimentadas, de rede de esgotamento sanitário, de água tratada, entre outras.

## 2.6 Porto da Pedra

Me dirigi ao Porto da Pedra com a imagem do Olho D’água na cabeça. Estava, de fato, impressionada com a providência da natureza. O deslumbramento foi cessado quando, no caminho, pude verificar as enormes áreas ocupadas por plantações de eucalipto (fotografia 14) e com elas um ambiente cinzento provocado pelo uso de herbicidas. Um ar extremamente poluído nos fez fechar as janelas do veículo e nos obrigou a deixar de saudar os moradores que se colocavam nos “terreiros” das suas casas (frente), durante a passagem. Os quilombolas nos garantiram, posteriormente, que as substâncias utilizadas pelos fazendeiros descem as cabeceiras dos rios, poluindo-os, o que intensifica a escassez de marisco na região.

Para chegar ao Porto da Pedra, passei por outras comunidades, inclusive as que ainda não tinha conhecido, e pude entender as coordenadas geográficas que sempre me pareceram tão confusas. Essa comunidade se separa das terras do Sítio Dendê pela localidade chamada de Samambaia e faz limite, entrecortado pelo Rio Guaí, com os quilombos Salamina Putumuju e Buri. Depois de longo caminho cinzento, soltamos do carro, e visualizei uma paisagem belíssima, um verde encorpado, e um porto esplêndido, chamado de Porto dos Cajus. Pronto, constatei o que já vinha refletindo há algum tempo: os quilombos de Maragojipe vivem imersos em contrastes. Refiz, assim, a imagem inicial e segui ao campo. No diálogo, identifiquei a origem do seu

103 “O mesmo que adjutório. Dedicar um dia de trabalho gratuito.” SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. Soraque quilombola. Salvador: Brasil com Artes, 2013, p. 6. É empregado, por exemplo, na lida com a terra e na construção das casas de adobe, estruturas que duram, no máximo, 15 anos.

nome e a relação mantida com o potencial náutico do município, já que na época de efervescência comercial, o Porto da Pedra servia de entreposto entre Capanema (atual Guai) e Maragojipe.



FOTOGRAFIA 14 - Vista da localidade da Samambaia para o Porto da Pedra  
Fotografia da autora, Porto da Pedra, 2013.

Entre a sede do Porto da Pedra e o Olho D'água corre o Rio Taquandiba (nome também de uma localidade), que vai desaguar no Buri. A área central da comunidade sedia a Escola Municipal Vereador Justiniano Machado, que atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. As demais séries são realizadas principalmente na escola do Girau Grande e em Maragojipe – e nesse caso os estudantes precisam caminhar pela estrada de terra cinzenta até a BA 026 (cerca de 30 minutos), para pegar o transporte escolar. A comunidade possui cerca de 40 famílias, que vivem, assim como as outras comunidades, da pesca, da mariscagem, da farinha e do dendê.

Foi nessa comunidade, inclusive, que acompanhamos o proces-



so de preparo do azeite de dendê, que subsidiou junto aos saberes permitidos acessar por outros tantos senhores e senhoras espalhados nesses quilombos, a cartilha *Dendzeiro: a planta de onde se tira tudo*<sup>104</sup>. O título revela um pouco do que aprendemos sobre a utilidade diversificada do dendzeiro, que vai muito além do azeite de dendê (cuja feitura requer apuro técnico), com o uso das folhas, do caule, das talas/taliscas/espetos, do tronco, das sementes, dos cocos, do bagaço e do cacho<sup>105</sup>.



FOTOGRAFIA 15 - Preparo de azeite de dendê  
Fotografia da autora, Porto da Pedra, 2013.

Ainda no Porto da Pedra, percebi a especialização das casas, muitas delas foram construídas próximas a minadouros (hoje poluídos), que por ventura receberam o nome das matriarcas das casas que na proximidade se instalaram. Não só as fontes foram personificadas, mas também os animais, tais como, Destroi (carneiro), Mussum (jegue), Querence (jegue), Julião (cavalo) e Safira (égua), o que demonstra uma relação de afetividade mantida com o território.

104 SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. *Dendzeiro: a planta de onde se tira tudo*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

105 Do dendzeiro, utilizam as folhas, para cobrir as casas; o caule, para cestos, abanos, chapéus, instrumentos de pesca e servir de espetos para alimentos a serem defumados; as sementes são utilizadas para produção do dendê, normalmente aromatizadas com folhas de arueira e cajueiro; o coco, para produção de óleo utilizado na cura de doenças (soxó); o cacho, para servir de vassoura depois de um processo na água e no sol.

## 2.7 Tabatinga

A Tabatinga faz limite com o Guerém, o Girau Grande (que se faz caminho para chegar à comunidade) e o Guaruçu. A comunidade está dividida em Tabatinga de Baixo e Tabatinga de Cima, como disse Seu Nailton (63 anos), o principal interlocutor nessa comunidade: “fica tudo agarrado com a outra”. Nosso interlocutor é o dono da maior casa de farinha na Tabatinga de Cima, em torno da qual estão quatro casas do seu núcleo familiar. Ele conhece como ninguém o território, porque nasceu na De Baixo e depois mudou para a De Cima, quando seu pai comprou um pequeno lote de terra. A trajetória de sua família se faz recorte para entender a ocupação diversificada dos quilombos, assim como os dilemas em torno da posse coletiva da terra.

Alguns moradores compraram lotes de terras, continuaram a pagar renda, meia e terça ao fazendeiro, e outros passaram a cobrar as taxas, principalmente àqueles que construíram casa de farinha. Seu Nailton, por exemplo, teve o lote comprado, mas não possui documento que comprove a posse. Além disso, o mesmo pagava “renda” ao fazendeiro, assim como prestava serviço em outras roças e cobrava “terça” de quem utilizasse sua casa de farinha, visível na fotografia 16.

Na Tabatinga, reunimos muitas informações sobre técnicas construtivas – a escolha e o uso das madeiras apropriadas, principalmente da cumeeira, que dá o sustento à estrutura do telhado, assim como da amarração das palhas de andaiá para a cobertura, a liga e a procedência do barro para tapar os buracos. Aos poucos, as casas de taipa estão sendo substituídas por tijolos, mas resistentes e duradouras, já que aquelas duram cerca de 10 anos. Apesar das melhorias com a “modernagem” (expressão nostálgica de Seu Nailton quando rememorou as festas do arroz, as novenas de Santo Antônio e Bom Jesus da Lapa), com a chegada da luz elétrica, em 2005, os moradores da Tabatinga ainda aguardam a chegada de água encanada e se queixam das longas distâncias percorridas para buscar água no minador e para lavar roupa e utensílios no rio da Tabatinga.



FOTOGRAFIA 16 - Casa de farinha de Seu Nailton  
Fotografia da autora, Tabatinga, 2013.

## 2.8 Guarucu

O Guarucu faz limite com a BA 026, com o Guerém e a Tabatinga de Cima. Para chegar, passamos pela Tabatinga e percorremos o caminho que as crianças da Educação Infantil fazem a pé para frequentar a Escola Municipal Santo Antônio. A comunidade possui cerca de 70 residências e logo na chegada, um cartão postal: a primeira casa se faz circundada por um jardim florido. Não eram plantas nativas, e dava para perceber que foram harmoniosamente escolhidas e plantadas.

Dona Joana, marisqueira, 62 anos, lembra que outrora essa região “era tudo Guaiá, depois foi vendendo, vendendo os pedaços, cada um ficou com o seu”, o que reconfigura as extensões territoriais dos engenhos e das fazendas. Nesse quilombo, os moradores lembraram das “visagens”, comuns de aparecer numa época em que a região era coberta por mata virgem, chamada de “capoeira fechada”. Desde aquele tempo, conforme revela Dona Lindaura Calheiros, lavradora, 72 anos, muita coisa mudou, com a chegada da luz elétrica,

utilizada ainda para bombear a água de cisternas para os tanques. Entretanto, seus moradores sonham ainda com a casa de tijolo, que já contemplou outras comunidades através do Programa Minha Casa Minha Vida.

Assim como a Tabatinga, e outras comunidades, fora possível traçar vários trânsitos entre os quilombos. Naquele, identificamos o parentesco da esposa de Seu Nailton com Mamãe Piani; já no Guarucu, encontramos Dona Darinha, parente da família Calheiros, do Girau Grande. Aliás, a “parenteza” ou “parentela”, referida diversas vezes nesta pesquisa, faz menção aos laços consanguíneos, às casas anexadas, mas também aos parentes afetivos, aos “compadres d’alma”, construídos no cerne das relações de sociabilidades, do mundo do trabalho, da religiosidade, da assistência e da afetividade.

## 2.9 Quizanga

Para chegar à comunidade que possui nome de origem banto, na antiga Fazenda Capanema, pegamos a mesma BA 026 e adentramos uma estrada de terra, tais como todas as outras até então, só que do lado oposto ao Guai, já no rumo para o município de São Felipe. Sendo assim, chegamos à comunidade que vive basicamente da roça de mandioca e da feitura de farinha. Por estar longe do rio, a pesca não é uma atividade muito praticada, tendo a grande quantidade de farinha produzida endereço certo – a feira semanal de Maragojipe.

Em torno dos núcleos familiares, é comum encontrar uma casa de farinha, e dentro dela, a depender da época, grande quantidade de mandioca pronta para ser descascada, prensada e levada ao forno, tal como a da fotografia 17. A feitura, porém, tem dia certo para ocorrer e depende do escoamento da produção anterior e da colheita, começa de madrugada e reúne boa parte da família. Os homens normalmente ficam com as etapas da roça (plantação e colheita) e na feitura, com a prensa, e o processo que chamam de “cozer”, ou seja, torrar os grãos. As mulheres, com a limpeza da mandioca, a peneira e o processo de “zazá”, o preparo da massa cevada, tal como um pré-cozimento.

Encontramos na Quizanga alguns moradores egressos da Anastácia, uma comunidade que já havia ouvido falar bastante no campo, já que os moradores foram pressionados a vender as terras ao próprio fazendeiro, e tudo o mais que havia construído nelas, e os que se negaram foram pressionados a abandoná-la. Caso parecido ocorreu com o Quilombo Zumbi, cujas terras abrigam hoje uma plantação de eucalipto, na proximidade do Porto da Pedra. O Zumbi, entretanto, foi certificado na FCP em 2006, o que nem chegou a acontecer com a Anastácia, provavelmente porque proprietários desta se anteciparam a essa tomada de decisão e ao engajamento político dos seus moradores. Seu Marciano, 77 anos, foi um desses moradores, outrora morador da Anastácia e desde 07 de junho de 1988 da Quizanga (lembrou a data exata), e me contou que lá trabalhou na olaria do fazendeiro, inclusive de carteira assinada, no trato com o barro para a produção de blocos. Lembra, ainda, que possuir casa de farinha na Quizanga se fez uma conquista recente para muitas famílias, que no passado realizavam a feitura na forma de ganho, recebendo pelo serviço executado.

A comunidade possui cerca de 90 famílias espalhadas (por sua topografia e extensão, dão as coordenadas geográficas através das expressões “em cima”, “no meio” e “embaixo”), se faz cortada pelo Rio Tijuca, que nasce numa fazenda do mesmo nome, e tem por limite as localidades da Piedade, Socorro e Tamanca. A luz elétrica chegou em 2012, e desde então as preocupações da comunidade passaram a se centrar na distância que tem que percorrer até o posto de saúde (Guaí, Maragojipe ou São Felipe), da dificuldade de transporte, assim como no sucateamento das duas escolas locais.



FOTOGRAFIA 17 - Casa de farinha  
Fotografia da autora, Quizanga, 2013.

## 2.10 Topá de Cima<sup>106</sup>

Estava chegando ao fim a minha jornada na identificação dos quilombos, mas a pesquisa de campo continuava a acontecer após o primeiro contato, o que demandava semanas seguidas na “terrinhá”. Para chegar ao Topá de Cima, pegamos o mesmo roteiro da Quizanga, e mais um longo percurso, *a priori* pensei que a distância estava sendo dimensionada por minha ansiedade, mas nos retornos percebi que o Topá de Cima está mais para São Felipe que para Maragojipe.

A distância da sede se faz mais latente para os moradores dessa comunidade, que enfrentam diariamente diversos problemas ligados ao acesso

---

106 Embora o Topá de Cima não conste na listagem de comunidades certificadas da Fundação Cultural Palmares, a pesquisa junto à mesma foi indicada por essa mesma instituição, que também inseriu o Terreiro do Pinho, provavelmente porque ambas haviam solicitado certificação enquanto comunidades quilombolas. Entretanto, apenas o Topá de Cima consta na relação das certificações em andamento, com processo aberto desde 2007, como pode ser visualizado em: <http://www.palmares.gov.br/vsp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-EM-AN%C3%A9ILISE.pdf>. De todo modo, neste trabalho optei por não tratar do Terreiro do Pinho, comunidade de santo, da nação Jeje Dahomé, localizada na proximidade da vila de Santo Antônio de Aldeia (via próxima à entrada da cidade de Maragojipe), por se tratar de um mundo completamente diverso do apresentado nesta pesquisa, já que vivo e centrado amplamente nas práticas religiosas dos voduns. Todavia, indico aos interessados os seguintes trabalhos: SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano; BARBOSA, Magnair; VELAME, Fabio. *Quilombos bom de ver e bom de viver*. Salvador: Brasil com Artes, 2013, v. 3, p. 58-72; SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano. Notícias sobre as festas no Terreiro do Pinho Gege Dahomé, a terra das cobras em Maragojipe-BA. In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *op. cit.*, 2015, p. 213-226.

aos serviços públicos, como me contou Dona Antônia:

Todo lugar tem água, mas no verão a gente tem de andar, minha fia, lá pra longe lá. Transporte aqui pra gente pegar um carro pra gente ir pra Maragojipe aqui fazer uma compra ou qualquer coisa, aqui não tem nenhum, não tem nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, só quando eu não tiver boa tem de ligar pra rua pra vim um carro pra gente pagar. [...] É na fonte, a gente pega essa estrada toda aqui, umas quatro ou cinco vezes. Muitas coisa, minha fia, nem os carro aqui pra dá um socorro pra gente!<sup>107</sup>

Entre os quilombos, esse, de fato, é o mais distante da sede de Maragojipe. Além disso, transporte direto para a sede só nos dias de feira – quinta e sábado. Fica localizado em um topo, após vários morros, cortado por dois rios (Rio Topá e Rio Tijuca) e tem por principais localidades: Tijuca, São José, Tuíca, Braço Seco e Santo Antônio. Entre São José e Tuíca fica a sede da associação quilombola, em fase de construção; na Tuíca, a Igreja Santo Antônio e uma escola desativada; já no Santo Antônio, estão a Igreja Bom Jesus da Lapa e o terreiro de Mãe Maria de Nina. Assim como na Quizanga, predominam nesse território as roças, com destaque para a mandioca, e a produção de farinha e beiju.

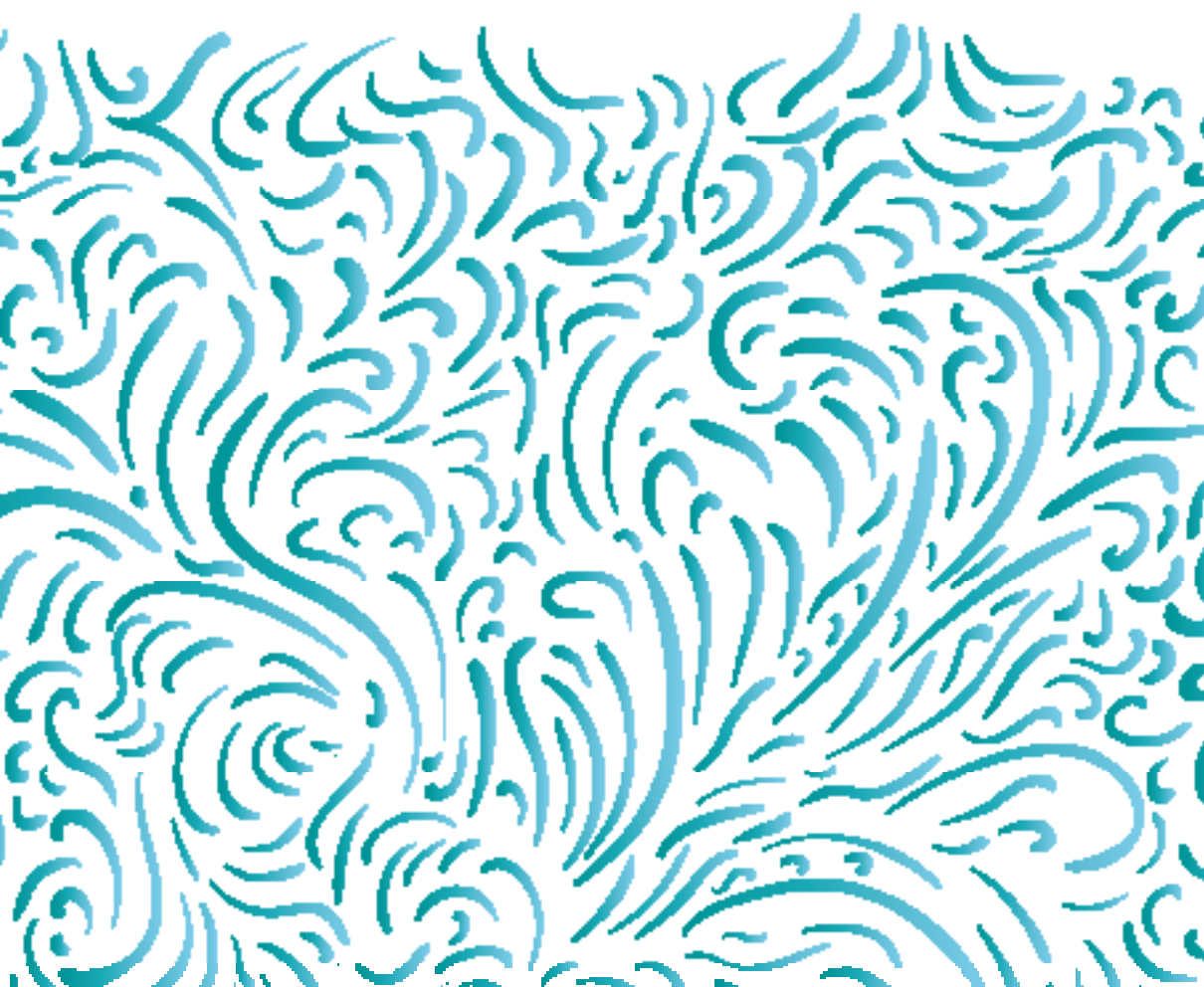
Apesar de tantos contrastes, dos problemas crônicos, sociais, estruturais e infraestruturais, enfrentados por essas comunidades, terminei o trabalho de campo me sentindo ainda mais maragojipana, dando ainda mais valor a esse território e a essa outra parte do município. Saí daí cúmplice, bebendo da mesma água, comendo do pirão, ouvindo confidências e queixas; aprendendo com os saberes e fazeres, compreendendo os silenciamentos (os necessários e os desnecessários); aprendendo sobre os rastros e piados dos animais na mata; conhecendo as folhas, as rezas, mas também, entendendo que ainda existem muitos mistérios – nos encantos, nos encantados, nas visagens e nas águas do Paraguaçu. Por isso, o término se tornou mote para outro início, chegar mais próximo dos mistérios dessas águas, eis um convite de retorno ao campo e também ao próximo capítulo.

---

107 Depoimento dado à autora por Antônia Bispo Silva – 78 anos –, cedido pela empresa Brasil com Artes, em maio/2013.

## CAPÍTULO 3

### *Enxada do Paraguai. Um território invadido*





*“Oh, existe muito  
mistério, muita força aqui na  
Enseada”*

Dona Noquinha, 71 anos  
Quilombo Enseada do Paraguaçu

Chegou o tempo de conhecer a Enseada do Paraguaçu, uma comunidade que faz ligação com a sede do município via Rio Paraguaçu e com o seu distrito, São Roque do Paraguaçu, através do Rio Baetantã<sup>108</sup>, ao qual está ligado. A BA 001/BA 534 em direção a Salinas das Margaridas, com a qual faz limite, se apresenta como outro acesso. Entretanto, devido às condições das estradas e à “facilidade” de transporte fluvial, o deslocamento até a Enseada se faz primordialmente através de pequenas embarcações.<sup>109</sup>

Era o primeiro dia de pesquisa de campo após a virada do ano, exatamente 03 de janeiro de 2013, e me dirigi juntamente com a equipe para a comunidade. Todavia, naquele momento, para acessá-la foi preciso se atentar a algumas restrições. Existiam horários estabelecidos para realizar a travessia entre São Roque do Paraguaçu e a Enseada do Paraguaçu. Sabíamos muito bem disso, e por conta dos horários estabelecidos, se não me engano, três ao dia, estávamos à beira do píer (na proximidade da estrutura da fotografia 18) à espera da embarcação na primeira hora pela manhã. Fui para essa comunidade já sabendo muito do que iria encontrar, além dos seus moradores, um empreendimento naval<sup>110</sup>, que porventura financiou a pesquisa cumprindo,

108 Quase o mesmo nome do fenômeno das comadres briguentas referidas no Guerém e no Baixo do Guaiá.

109 Durante o período de instalação do empreendimento naval em terras do Quilombo Enseada do Paraguaçu, entre 2010 e 2014, a estrada asfaltada, que passou a ligar Salinas ao quilombo, encontrava-se em péssimo estado, devido ao grande fluxo de veículos. Atualmente, com a suspensão das atividades do empreendimento, esse trajeto se faz o melhor acesso para a comunidade, visto a rapidez de acesso, mesmo sem existir transporte regular entre os dois pontos. Outra forma de ingresso se faz através de embarcações, da Praia, em São Roque do Paraguaçu, quando se faz necessária uma caminhada de cerca de 40 minutos em caminho de terra praticamente deserto, a partir da praça do distrito, margeando instalações do empreendimento, até o braço do Rio Baetantã.

110 O empreendimento Estaleiro Enseada do Paraguaçu – EEP, hoje Enseada Indústria Naval, vem se instalando em São Roque do Paraguaçu, distrito de Maragojipe, e em parte das terras da Enseada do Paraguaçu, desde 2010. A empresa nasceu da união da Odebrecht, OAS, UTC (juntas 70%) e Kawasaki (30%).

assim, as medidas mitigatórias contidas nas Condicionantes da Anuência nº 08/2010 da FCP.



FOTOGRAFIA 18 – Pier e canteiro de obras em São Roque do Paraguaçu  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2013.

As narrativas ouvidas até então nas outras comunidades quilombolas sinalizavam para muitos problemas ocasionados, que envolviam questões de ordem ambiental, econômica, social e cultural, já que ao modificar as relações diárias e cotidianas, até mesmo de subsistência, estava ocorrendo um corte abrupto no que concerne ao campo dos saberes e dos fazeres, e, portanto, da pertença, da identidade e do patrimônio.

As dragas que realizavam a sucção, escavação e remoção do solo marinho tinham por pretensão promover a profundidade necessária para abrigar navios de grande porte no local, que seriam construídos no estaleiro instalado nas terras da Enseada do Paraguaçu. Era justamente por conta da dragagem que era proibido o trânsito de embarcações de pequeno porte, já que provocava grande fluxo de ondas, capazes de emborcá-las. Os moradores dos quilombos que havia conhecido até então reafirmavam a todo instante o crime sem precedente que

estava ocorrendo naquelas águas e, conseqüentemente, com todos aqueles que sobreviviam da maré. Como na fala de Bié, da Salamina Putumuju:

Tu sabe o que pode acontecer com esse estaleiro naval? Isso aí vem todo tipo de doença que tu pode imaginar. Eu já cheguei já semana passada, aí descendo aí, primeiro eu tive um sonho, eu chegando com a canoa, alguém já dizia: ‘por aí você não pode passar’; aí eu digo: ‘eu vou passar por aqui porque até aqui eu não sei de nada, vou passar aqui que o mar é público, eu pesco aqui, que eu passo’, mas já tem marca aí com drágea, que eu chamo dragão, já dragando tudo aí. [...] Mas o futuro derrota, menina, que há uns anos atrás nós já via umas mortandades de marisco, que nós comia o sururu amargando, só que nós não sabia o que era, depois que veio descobrir, a Votarantin, depois que nós veio descobrir a Votarantin, as empresas jogando, tanta coisa de maré vermelha que eu nunca vi falar de tanta mortandade de peixe que passa na televisão! Eu nunca vi falar em maré vermelha! [...]

Eles me disseram aos quilombos que fizeram um estudo, ‘eu fiz um estudo aí e soltei aí um algo e parou na Salamina’, eu digo: ‘vem cá, os peixe eles vai fazer as desova nas cabeceiras, então a maré vai pras cabeceiras; como é que esse estudo só vai até a Salamina?! Então, você soltou esse estudo quando a maré tava parando, de maré pequena, rapaz, que eu não sou bobo, rapaz! Você faz esse estudo solta aí no mar, pra vê até aonde vai, até onde a poluição vai. Tá dizendo que só vem até aqui. E as maré de malço? Mesmo que não seja, a maré vai até o Guai. A maré vai até o Guai e lá que tá a desova’. Os peixe sai das profundidade, vai desovar aí por cima dessas cabeceiras. Só que nem isso vai passar mais, tá tudo cercado aqui embaixo. Se a draga tá a dragando, ela faz assim oh, o dragão, bem grande oh, aí os peixe que tiver ali, eu vou te fazer uma comparação, aqui o ar tá gostoso, né isso? Quando o menino assanhou a poeira, o que foi que eu fiz? Mandei que ele parasse senão ia sufocar. E os peixe vão morrer assim, gente. Na hora que o dragão começar a futucar essa profundidade aqui, perto da gente aqui, o dragão além de sucra as arraia, os peixe que tão ali, pra levar essa lama que disse que vai jogar em profundidade, em milhas de distância, já levou uma quantidade, essa dragão já levou, e esse assanho de lixo os peixe que tiver por aí, ao ar, oh o ar que tamos respirando, esses peixes não consegue respirar, vai morrer assim oh. A mariscada vão morrer assim. A mariscada do Rio Paraguaçu vão morrer assim.<sup>111</sup>

---

111 Depoimento dado à autora por Manoel Antônio da Conceição (Bié) – 54 anos –, cedido pela empresa Brasil com Artes, em dezembro/2012.

Chegamos, entretanto, em um dia bastante solícito na Enseada, que possui cerca de 200 famílias (1 mil habitantes)<sup>112</sup>, ainda com os ânimos enaltecidos com a festa da virada. Nessa comunidade, pudemos sentir o drama vivido com o empreendimento a partir de outra ótica, a lente dos que viviam não só com os impactos provocados (como as demais comunidades), mas dos que tinham que aceitar a invasão e negociar conquistas a partir dela, tais como postos de emprego no empreendimento, auxílios para pescadores impossibilitados de realizar a atividade, melhorias de infraestrutura para a comunidade, patrocínios para realização de festejos, abertura de casas comerciais na comunidade (restaurantes). Em uma roda de conversa com os moradores na Associação Quilombola, que fica localizada na praça, quase em frente à igreja sob invocação de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da localidade, conhecemos as demandas dessa comunidade.

Seus moradores sabem que o mal não pode mais ser remediado, já que o empreendimento se faz um caminho sem volta para esse local, mas continuam demarcando o território que fora traçado na esfera das práticas culturais, como pode ser percebido na fala seguinte:

Agora eu só vou dizer a essa empresa quando me encontrar, eu não vou lá pra área deles, que eu cheguei aqui primeiro do que eles, eu tenho 74 anos aqui, eles chegaram agora! Eu não vou deixar de pescar! Se eles disser assim, eu não faço nem questão, eu faço questão que dê a, mas se eles me encontrar eu pescando, vou dizer: 'eu cheguei aqui primeiro que vocês, quando você chegou aqui já me encontrou pescando!' Agora eu vivo satisfeito que eu tenho um filho trabalhando aí e meus conterrâneos também. Pra deixar de pescar, não vou lá na área deles, deixar de pescar eu não vou, sabe por quê? Eu preciso. Eu preciso pra interar o meu trocado, viu? Mas hoje em dia, esses dias eu não tô pescando porque não tá achando.<sup>113</sup>

---

112 Dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município, de 2010, embora o Estudo de Impacto Ambiental, de 2009, tenha indicado 400 famílias. SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015, p. 25, nota 27.

113 Depoimento dado à autora por João Francisco – 74 anos –, cedido pela empresa Brasil com Arte, em janeiro/2013.

### 3.1 Um polo naval em terra de quilombo

O território onde se instalou o empreendimento Enseada Indústria Naval<sup>114</sup> inicialmente pertencia à Reserva Extrativista (RESEX)<sup>115</sup> Marinha Baía do Iguape, criada em 2000, com o objetivo de proteger o ambiente aquático, as áreas de manguezal e as populações que vivem tradicionalmente do extrativismo (como pescadores e marisqueiras), até que, em 2009, foi proposta a instalação de um polo naval na área sul da RESEX. Direcionamentos políticos destituíram a área do âmbito da unidade de conservação e, portanto, do aparato legal de proteção ambiental, através da Medida Provisória nº 462/0920 (Art. 28 da Lei nº 12.058, de 13/10/2009), sem qualquer diálogo com a comunidade, fazendo com que terras já desapropriadas para uso sustentável voltassem às mãos de seus antigos donos, que porventura as venderam ao empreendimento.<sup>116</sup>

Esses direcionamentos políticos em meio a uma nova demarcação da RESEX também fizeram com que se delineassem artimanhas que subverteram a demarcação da área pelo INCRA, enquanto território quilombola:

Com a demarcação da RESEX, deixando o espaço preterido pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval fora da área de proteção ambiental, o terreno que correspondia a (*sic*) fazenda Boa Vista do Corujão e Dendê, fazenda Cruzeiro e fazenda Gurjão, foi adquirido pelo Consórcio dono do Empreendimento por quatro milhões de reais, formando uma única área. A delimitação geográfica desta nova área apresenta o Empreendimento como vizinho ao povoado de Enseada do Paraguaçu, sem menção a terras em conflitos ou em processo de demarcação territorial para a comunidade remanescente de quilombo Enseada do Paraguaçu.<sup>117</sup>

114 Durante a pesquisa da empresa Brasil com Artes, respondia pelo nome EEP – Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A., cuja mudança ocorreu em 2014.

115 Área de domínio público utilizada por populações tradicionais que têm no extrativismo uma forma de subsistência, vinculada a um conselho formado por entidades governamentais, sociedade civil e populações que vivem na área, que visa assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

116 SILVA, Sida da. A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2015, p. 494-495. Nesse contexto de incertezas, foi formada a Comissão Pró-Iguape, composta por representações de movimentos sociais (pescadores, marisqueiras), instituições ambientais e acadêmicas. PROST, Cathérine. *Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape. Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 1, jul. 2010, p. 49, nota 1.

117 SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015, p. 42-43.

O empreendimento tem por finalidade o fabrico de navios, submarinos e plataformas, assim como unidades de perfuração para atender as demandas petrolíferas do Brasil. Suas atividades estavam sintonizadas ao cenário político e econômico do país, com a descoberta do pré-sal, e por isso, impulsionadas na esfera federal pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC<sup>118</sup> e na estadual pelo Acelera Bahia, que objetivava atrair investimentos através da redução de tributos. Para tanto, o empreendimento “ocupou um terreno de 1.546.854,03m<sup>2</sup> [sic] (aproximadamente 150 hectares) e mais 30.127,92 m<sup>2</sup> de terreno da União”<sup>119</sup> com a terraplanagem de parte da localidade da Enseada do Paraguaçu, no ponto de uma grande área de manguezal conhecida como Ponta do Corujão. Além disso, iniciou a dragagem do solo marinho para construção de um dique seco, necessário à profundidade para operação do estaleiro.

Sida da Silva define como “sobreposição de territórios” a utilização dos espaços simultaneamente por povos tradicionais – cujas identidades estão ligadas aos usos que se fazem do território – e por um empreendimento que serve ao capital e, por isso, a uma política neoliberal capaz de subverter legislações vigentes no território nacional e até acordos internacionais. A autora cita inúmeros decretos, leis e acordos que tratam do patrimônio cultural e natural, do desenvolvimento sustentável, da propriedade definitiva e da garantia de direitos das comunidades quilombolas, todos corrompidos em nome do desenvolvimento econômico do país.<sup>120</sup>

Durante os estudos iniciais para implantação do empreendimento, foram identificados os seguintes territórios afetados em graus diversificados por tal intervenção: o Quilombo Enseada do Paraguaçu, diretamente; os municípios de Maragojipe, Salinas das Margaridas e Saubara, de maneira direta;

---

118 PAC 1: 2007-2010 e PAC 2: 2011-2014, com a aplicação de investimentos públicos e privados em grandes obras de infraestrutura, e diminuição de barreiras burocráticas, administrativas e até jurídicas, tendo por foco o crescimento acelerado.

119 SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015, p. 42.

120 SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2015, p. 15-17. A vista aérea do empreendimento pode ser visualizada através das imagens de Carlos Augusto disponível: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/01/quatro-novos-estaleiros-devem-gerar-30-mil-novos-empregos-na-industria-naval/>

e de maneira indireta, Santo Amaro, São Félix, Cachoeira e Itaparica.<sup>121</sup> Foram definidas condicionantes para a liberação das licenças para sua implantação, pelos órgãos públicos, tais como monitoramentos e estudos nas comunidades, especialmente o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, e, posteriormente, o estudo realizado pela empresa Brasil com Artes nas comunidades quilombolas de Maragojipe e de Cachoeira e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC<sup>122</sup>.

Na fotografia 19 é possível visualizar o local de implantação do empreendimento, na Enseada do Paraguaçu, e do Canteiro de Obras, em São Roque, que se fazem entrecortados pelo Rio Baetantã, onde atualmente está em fase de conclusão uma ponte ligando as duas margens, na Prainha (onde ocorre a travessia por barcos), como contrapartida do Governo da Bahia.



FOTOGRAFIA 19 – Vista para o empreendimento na Enseada do Paraguaçu. Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

Impactos de diversas ordens estavam acontecendo na área e, mais especificamente, à Enseada do Paraguaçu. Em virtude disso, medidas mitigatórias foram projetadas pelo empreendimento, sob pressão de movimentos sociais, mas

121 *Idem*. Conforme o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA, 2009), requisitado pelo IBAMA.

122 O EIA/RIMA não dimensionou os impactos que seriam causados pelo empreendimento, o que fez gerar uma reação da Comissão Pró-Iguaape, principalmente no que concerne ao alto nível de impacto gerado nessa área, comparado aos demais locais onde se projetou a implantação – Madre de Deus e Aratu. Cf Documento de Avaliação EIA/RIMA Estaleiro Paraguaçu, disponível em: [http://www.ceama.mpha.mp.br/boletim-informativo/doc\\_view/2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio-final-sobre-o-eia-rima-estaleiro-praguaçu.html](http://www.ceama.mpha.mp.br/boletim-informativo/doc_view/2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio-final-sobre-o-eia-rima-estaleiro-praguaçu.html)

nem de longe conseguiram compensar os impactos, entre os quais podem ser citados: as restrições do direito de ir e vir; o isolamento social e espacial; a redução da área de pesca e mariscagem e, com ela, da área de demarcação para consequente titulação; o interdito de espaços coletivos; a supressão de vegetação nativa; a redução e extinção de espécies marinhas; a presença da população flutuante (trabalhadores do consórcio) e o consequente conflito dela decorrente; a especulação fundiária e imobiliária. Paralelo a tudo isso, havia expectativas de emprego e renda por parte dos moradores da Enseada e da região, não supridas devido à qualificação profissional não compatível com aquela requisitada pelo empreendimento. Essa demanda fez gerar, por outro lado, novos perfis profissionais entre os mais jovens, e, conseqüentemente, a saída da comunidade, com as ofertas de trabalho ocasionais e a paralisação das atividades do empreendimento em 2015.<sup>123</sup>

Os impactos se alargaram ainda mais no âmbito das questões quilombolas, no que concerne à segurança quanto ao território daqueles que historicamente teceram suas redes, práticas e experiências na relação entre o mato, a roça e a maré, e, no caso da Enseada do Paraguaçu, mais especificamente nas atividades de pescaria e mariscagem. Durante o processo de implantação, a presença de grande número de trabalhadores externos (população flutuante) fez aumentar a instabilidade interna, o que levou alguns moradores a colocarem à venda terrenos na Enseada, comprometendo, assim, o processo de demarcação. Sem títulos de propriedade, mas com processo de titulação aberto desde 2008 no INCRA<sup>124</sup>, essa atitude demonstrou insegurança quanto às perspectivas do presente, mas também do futuro, e ao mesmo tempo a incerteza quanto à garantia da jurisdição coletiva do território.

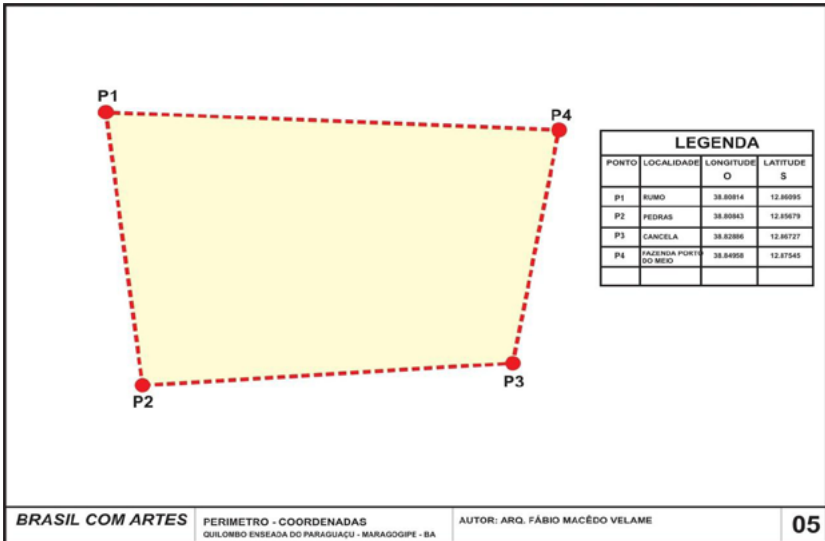
Os Mapas 5 e 6 dão conta da espacialidade do Quilombo Enseada do Paraguaçu e permitem dimensionar a sobreposição referida, e, com ela, o local ocupado pelo empreendimento na comunidade:

---

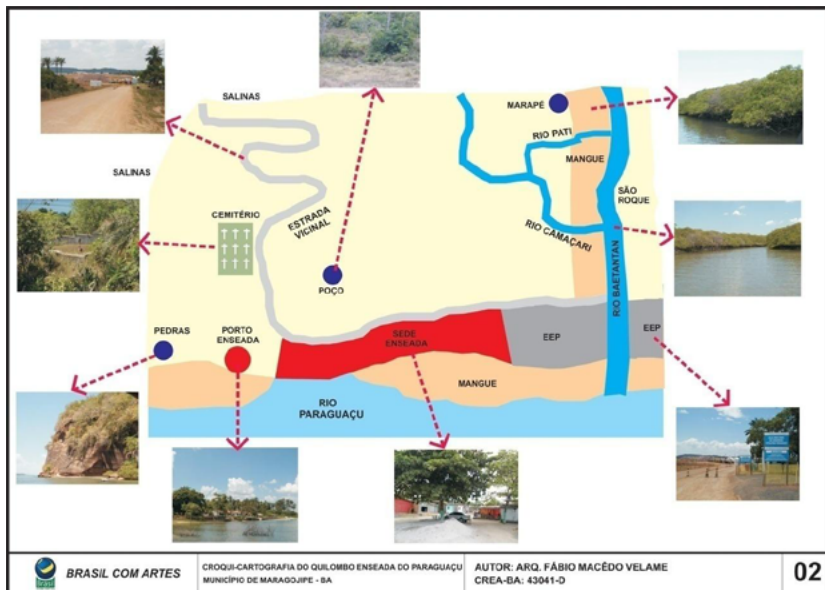
123 SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015, p. 79-84. CARVALHO, Ana Paula Comin de; HEIMER, Michael. *Análise dos impactos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Maragojipe/BA, com o auxílio da Geotecnologia*. In: *IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA*, 4., 2015, Cidade do México: UNAM. *Anais* [...], Cidade do México, 2015. p. 12-14; p. 18-19.

124 Cf <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>, p.16.





MAPA 5 – Perímetro do Quilombo Enseada do Paraguaçu



MAPA 6 - Mapa Geral do Quilombo Enseada do Paraguaçu |

Fonte: Brasil com Artes - Autor: Fabio Velame

As coordenadas do Quilombo Enseada do Paraguaçu, traçadas no Mapa 5, foram projetadas através dos caminhos dados a conhecer por lideranças locais, que identificaram a área reconhecida enquanto território de elaboração, produção e reprodução da comunidade. Nesse sentido, a coordenada P1 é o caminho que leva a Salinas das Margaridas, ainda a única via de acesso à Enseada por terra; o ponto P2 é o caminho por Rio das Salinas, passando pela localidade da Barra do Paraguaçu, onde se encontram inúmeras pedras até o porto da Enseada; o P3 é o local onde foi instalado o empreendimento (área em cinza); o P4 corresponde à área de manguezal, que toma toda a extensão do Rio Baetantã.

Das coordenadas identificadas, melhor visualizadas espacialmente pelo Mapa 5, é preciso destacar algumas questões quanto ao ponto P3, local onde foi instalada uma cancela, que delimita a área da comunidade e aquela ocupada pelo empreendimento. Hoje, o entorno desse limite é chamado de Rua da Cancela, percorrido inclusive pelo cortejo de uma das principais festas da localidade – a Barquinha. Nesse mesmo ponto, existem várias casas, bem próximas ao empreendimento, sendo este inclusive o quintal, ou melhor, o vizinho do fundo de algumas delas, apesar da delimitação de segurança de 150 metros projetada<sup>125</sup>. Para além das coordenadas geográficas, do interdito à área que historicamente se fazia acessada mais facilmente pela comunidade para a mariscagem<sup>126</sup>, está o valor simbólico agregado ao território. Esse termo dito aqui se refere ao território das águas, das locas, das pedras e dos bancos de areias, *habitat* dos seres encantados da Enseada do Paraguaçu.

### 3.2 Um território de Encantados

Antes mesmo de pisar nos quilombos de Maragojipe, já conhecia a

---

125 Apenas os trabalhadores do empreendimento poderiam transitar nessas áreas, tanto por terra quanto por rio, obstruindo a passagem para outros locais com manguezais. No entanto, esse mesmo rigor não se fez sentir com relação à distância das casas. SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015, p. 68.

126 Devido à proximidade da sede da comunidade à área de manguezal ocupada pelo empreendimento, não se fazia necessário dispor de embarcação para acessar esse ponto. Com o interdito, não só os pescadores, mas também as marisqueiras necessitavam desse meio de transporte, que passou a ser alugado.

inclinação do seu povo ao campo das festividades e das religiosidades. Casas de santo de diferentes nações estão instaladas na sua sede, assim como centros de umbanda, de mesa branca e outras vertentes religiosas. Isso sem falar dos cultos aos santos católicos e às divindades afro-brasileiras, instalados em altares domésticos (sendo algumas das invocações cultuadas de forma coletiva, como citado em capítulo inicial).

O trabalho de campo nos quilombos revelou uma religiosidade fortemente imbricada aos elementos da natureza, cujas formas de culto estão circunscritas nas pedras, manguezais, matas e águas, e reproduzidas através de festas, rituais e oferendas. Não posso esquecer que estão também na narrativa, a qual foi registrada na forma de contos. Estes últimos, por exemplo, colhidos durante a pesquisa da empresa Brasil com Artes<sup>127</sup>, demonstraram o exercício pedagógico realizado junto às gerações para resguardar e reafirmar o domínio da natureza. Narrativas de seres mágicos – ou, para usar a fala do quilombo, “encantes” e “encantados” que habitam esses domínios – compõem a territorialidade dos quilombos de Maragojipe.

Foi justamente em território de encantados que um empreendimento naval se instalou, nas terras da Enseada do Paraguaçu, comunidade autodeclarada quilombola, e cujas terras estão em processo de demarcação. É nesse território, marcado por problemáticas de diversas ordens, que se deu mais uma escolha de pesquisa, diante da Festa da Barquinha e de todas as demais narrativas que sinalizavam os significados desse espaço.

Durante o primeiro dia que estive na Enseada do Paraguaçu, depois da conversa coletiva e individualizada na associação, me dirigi a duas casas, cujas moradoras foram indicadas pela comunidade. Elas contribuíram para algumas das escolhas deste trabalho. A primeira, com residência ainda na praça, Dona Ditinha, 79 anos, estava à porta, catando o marisco que havia pegado naquele dia. Ela foi indicada como a pessoa que faz a Barquinha, a

---

127 Contos da Vovó do Mangue, Vovó do Mato, Caipora, Sereia e Mãe D'água, e outros seres mágicos como Tenengo, fizeram parte do repertório das comunidades quilombolas de Maragojipe, em graus diferenciados. Histórias cuja moral apontava para o respeito e o cuidado com o território, independente da idade do indivíduo. Isso fica claro com o fumo de corda colocado no mato ou levado para a maré, para evitar ficar “azonado” e, nesse sentido, encontrar o caminho de volta para casa.

festa que havia acabado de ocorrer, mas naquele dia estava mesmo disposta a falar da sua infância, dos seus problemas de saúde e da distância que percorreu para capturar aquele marisco.<sup>128</sup> A segunda, Dona Noquinha, 71 anos, foi indicada como mãe de santo, mas quase não falou naquele momento. Nesse dia, ela só me observou. Quem falou mesmo foi um amigo/visitante da sua casa, que me reconheceu de Salvador, e contou das experiências que teve com encantados nas pedras desse território. Uma das poucas frases proferidas por essa senhora, em tom de intimidação, e também a última me dita naquele dia foi a seguinte: “Aqui tem raiz, aqui tem axé, aqui tem semente, pra dá, vender, emprestar, a quem tem fé”. E como sou uma pessoa de fé, depois dessa deixa, me senti convidada a voltar posteriormente, como assim o fiz, para conhecer um pouco desse território.

Esse território de encantados me foi revelado durante o campo de pesquisa, principalmente no diálogo frouxo com Dona Noquinha (aquela com quem troquei somente meias palavras no primeiro encontro). Tais contatos não se realizaram necessariamente nas entrevistas da Barquinha, embora elas estejam carregadas de simbolismos das águas, mas nos momentos de visitas, quando não havia a intenção de ligar o gravador. Este, contudo, foi acionado toda vez que percebi que as narrativas eram demasiadamente enfáticas para se perderem, além de que não poderia desperdiçar as oportunidades construídas, que se sustentaram na confiança e na cumplicidade. E assim foi minha relação na comunidade, com tempo necessário para que houvesse a disponibilidade para expor o que era íntimo, porque esse mundo de encantados está no campo do mítico, do vivido e do experimentado, requerendo um resguardo prudente do mundo exterior. Naquela circunstância, a pesquisadora já não era tão “o outro”, embora tampouco fosse “de dentro”. Por isso, pude acessar um pouco dos mistérios da Enseada do Paraguaçu.

Dona Noquinha nunca foi feita de santo e nem gosta de ser chamada mãe de santo<sup>129</sup>, até porque nunca realizou feitura, embora auxilie nas casas

---

128 Com a instalação do Estaleiro nas terras da Enseada e as restrições quanto à captura de mariscos e peixes na localidade, os moradores passaram a percorrer longas distâncias, tendo muitas vezes que alugar embarcações, para manter a atividade e o sustento da família.

129 Como a mesma me fora apontada pela comunidade na primeira visita.

conhecidas. Explicou que nasceu na ancestralidade – “sou filha de Deus e a Virgem Maria Santíssima [...], portanto, eu não tenho pai de santo nem mãe de santo, aí eles ficam danados por isso (*risos*)” – e que sua aldeia “é de todo mundo, é de keto, nagô, jeje, angola, é de todo mundo”. O Ilê Axé Aganju Tologi<sup>130</sup> foi levado por seu esposo há 35 anos para a casa dela, que possui na entrada assentamento de Exu. Ela costuma chamar as divindades de “vento”, mas, quando interrogada sobre a regência da sua cabeça, disse ser de Ogum, Xangô e Iemanjá. No quintal, há um altar que abriga São Roque e Obaluayê. Debaixo de um pé de cacau, ergue-se um altar para os “médicos”, médiuns que realizaram cirurgias espirituais, em momentos que o “homem do anel” não deu conta da demanda.

A mesma interlocutora tem também assentamentos para os “ventos” que lhe acompanham em um quarto anexado a sua casa, com entrada pelo quintal, que fui convidada a conhecer após diversas prosas. Ela me apresentou um a um e aí, sim, disse o nome de cada orixá e suas características. Nesse mesmo quarto, guardam-se os caboclos, que pretende deslocar para a casa que se encontra caída no quintal. Há também muitos santos católicos, aos quais também fui apresentada. Quando está na Enseada<sup>131</sup>, Dona Noquinha cuida dos “ventos”, incensa e acende velas para todos, em sinal de agradecimento. Costumava bater candomblé entre os meses de julho e outubro, mas já há certo tempo suspendeu as festividades, porque a casa precisa passar por uma reforma. Garante que o mais importante é o sacrifício feito para agradá-los, mas que não necessariamente precisa haver “obrigação pesada”: “Os orixás é um vento, eles quer que a gente faça o sacrifício, oh o sacrifício que eu fiz... eu fiz um sacrifício pra vim pra missa e a procissão de Nossa Senhora<sup>132</sup> e fazer o ossé desses santo”.

---

130 Seu esposo tinha esse terreiro em Cosme de Farias, era de Obaluayê, Oxum e Tempo, e, com o seu falecimento, ela dera continuidade, mas de forma mais recatada.

131 Possui residência em Salvador, no bairro de Cosme de Farias.

132 Refere-se à festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora do Rosário, em outubro.



FOTOGRAFIA 20 - Quarto da casa de Dona Noquinha  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

Foi na sua casa que ouvi as primeiras referências aos altares naturais da Enseada do Paraguaçu e foi aí, também, que pude tecer os fios dessas representações entre outras narrativas colhidas na comunidade. Soube, através de um amigo/visitante de Dona Noquinha, que se fez mediador no primeiro momento diante das poucas palavras da matriarca, dos lugares que deveria conhecer na localidade. Desses lugares – a Pedra do Gavião, a Pedra do Curuzu (localizada em uma fazenda, ou seja, próxima à casa de um dos três fazendeiros da Enseada) e a Pedra das Letras (possui formato de letras) – foram citadas como altares onde a comunidade costuma colocar oferendas. No entanto, por serem locais de difícil acesso – no meio da mata e distante da sede da localidade, o que faz a trilha perigosa frente à presença cada dia mais frequente de pessoas desconhecidas –, não foi possível conhecê-los. Quanto à relação do amigo/visitante, que mantém casa de candomblé no município de Governador Mangabeira e fora passar a virada no ano com ela, com as pedras citadas, Dona Noquinha esclareceu: “O marujo dele respondeu aqui, aí chegou, disse assim: ‘sabe onde eu moro?’, eu disse: ‘não’, ele disse: ‘na Pedra do Gavião’. Agora mesmo onde é a Pedra do Gavião, ele foi bater lá nela”, e que sua Oxum também mora na Enseada.”



FOTOGRAFIA 21 - Quarto da casa de Dona Noquinha  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

A Pedra do Gavião é uma grande gruta apontada para o Rio Paraguaçu, em um ponto alto na comunidade, e alimentada pelas águas de uma nascente, que forma um lago profundo. Os moradores da Enseada afirmam que tem o aspecto de uma casa – com quarto, sala, mesa, banco, altar, toda de pedra: “você chega lá parece que varreu, essa casa grande desse jeito, só vive varrida, que o vento varre. Tem um altar a coisa mais linda, todo formado em pedra.”<sup>133</sup> Uma zeladora de orixá, da Enseada, chegou a utilizar o espaço para bater candomblé, e por essa referência o lugar ficou conhecido como Pedra de Nonoca<sup>134</sup>. Dona Maria de Bem lembrou que uma famosa feijoada era feita nessa pedra por Nonoca, já que esta era de Ogum de Ronda. Dona Noquinha acredita que no passado o local era habitado por índios, por isso continua sendo morada de encantados. Durante o campo, foram relatadas experiências do vivido na Pedra do Gavião: peixes pulando ao colocar oferenda, sensação

133 Depoimento dado à autora por Noêmia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos, em novembro/2015.

134 Nonoca morava em uma casa em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e com seu falecimento, há cerca de 10 anos, as atividades do seu terreiro foram paralisadas, assim como diminuiu o trânsito frequente à Pedra.

de passos em cima da água e visões de grande peixe debaixo d'água. O amigo/visitante já havia me alertado: “Aqui tem uma magia viva! Aqui você vê o encantado!”



FOTOGRAFIAS 22 e 23 – Vista das Curvuadas para o porto da Enseada Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

Ao tempo que as pedras presentes no mato deixaram de receber oferendas com frequência, as localizadas ao longo dessa altura da Baía do Iguape continuaram desempenhando a função de atualizar a religiosidade da comunidade. Do porto da Enseada até a Barra do Paraguaçu, muitas são as pedras encontradas em tamanhos e formatos variados (conforme fotografias 22 e 23). Da frente da casa de outra matriarca, Dona Benedita, avista-se no horizonte o Araripe (localidade de Bom Jesus dos Pobres); à esquerda, o Canteiro de Obras de São Roque e, à direita, um paredão e muitas pedras, onde a comunidade costuma reverenciar os seguintes altares naturais: Pedra da Bandeira (em frente ao farol onde se coloca a barquinha), Pedra Mole, Pedras das Curvuadas, do Maia e do Badejó (essas últimas localizadas já na altura da Barra do Paraguaçu). Ela mesma, Dona Benedita, cuja cabeça pertence a Oxum, já viu um encantado, uma moça morena:



Quando eu fui passando, vi aquela moça sentada, que quando eu encarei ela, aí quando eu encarei ela, caiu dentro d'água, não vi mais. Só vi o cabelo e o rosto, uma moça, uma moça morena. Ia eu e minha mãe, eu tava assim com 7 anos. Por aqui eu já vi, ali oh. Mas não era assim não, no Poço do Banho ali a moça ali sentada, desapareceu, mas era um poço que tinha ali, com a continuação desapareceu, porque eu não vejo, mas agora nem todo mundo vê.<sup>135</sup>

O Poço do Banho<sup>136</sup>, circunscrito na mediação de um dos caminhos que levam ao porto, foi referenciado por Dona Benedita, como também por outros interlocutores, como um dos locais onde não se encontram mais encantados. Isso se deve provavelmente à BA 534, que liga a Enseada a Salinas das Margaridas, recentemente construída e asfaltada para conectar o empreendimento à Ilha de Itaparica. Antes dessa pista, as águas da Baía do Iguape chegavam até o poço, referenciado ainda como local de fluxo de saveiros e barcos que faziam ponto para carregamento e descarregamento de mercadorias ou condução de passageiros – neste caso, com o objetivo de completar o transporte do navio Maragojipe, que fazia parada na ponte da Barra do Paraguaçu. A nascente que alimentava o Poço do Banho, onde ainda hoje se vê uma bica e uma estrutura de alvenaria (fotografias 24 e 25), com água ainda límpida, também saciava a sede da comunidade, que ia buscá-la em um ponto mais acima, na nascente, no meio da mata, já que numa área livre da constante interferência humana e, assim, de contaminação.

Na fotografia 25, é possível notar que a alimentação fluvial do Poço do Banho, que tinha profundidade considerável, provavelmente alcançando a borda da alvenaria quando da maré cheia, fora interrompida com a construção da via referida. Nesse mesmo lugar, Dona Benedita outrora viu outro encantado:

Eu já vi também... sabe o quê?... parece uma mentira, onde se pegava água tinha um poço enorme, e tinha queda d'água e tinha

135 Depoimento dado à autora por Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos, em dezembro/2015.

136 Interessante notar que no Quilombo Baixão do Guai foi citado por Mãe Maria de Preto, chamada também de Maria de Preto de Sumido – ou melhor, Maria, filha de Preto, neta de Sumido (o qual tinha o poder de ficar invisível ou aparecer em dois lugares ao mesmo tempo, quando lhe convinha) –, uma zeladora de orixá também nascida em ancestralidade, citou outro poço como um dos referenciais daquela comunidade, o Poço da Sereia.

pra baixo da pedra d'água tinha um poço, aí eu fui pra pegar água, quando eu chego lá, tinha uma cobra enorme, mas a cobra tinha... parecia um pato, já viu falar? parecia um pato, o bico de pato, aí eu fiquei olhando, disse: 'meu Deus, que cobra enorme!', dei nó na saia e saí gritando: 'a cobra, a cobra, a cobra', e daí não vi mais. Quando o rapaz chegou pra matar, não viu nada. Num lugar que se pegava água pra beber, chamava Queda D'água, acima da queda d'água, ali no dendê. Aqui oh, ali oh, tem o dendê ali oh, é lá em cima. Hoje não tem não, que fez a Embasa, abaixo um pouco da Embasa, ali tinha um porto grande e tinha um lugarzinho que se pegava água. Uns olho vivo, brilhoso o olho.<sup>137</sup>



FOTOGRAFIAS 24 e 25 – Poço do Banho  
Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2016.

Como dito por Dona Benedita e reforçado por Dona Noquinha, nem todos tinham ou têm o direito de ver os encantados. Embora não se consiga ver mais os encantados do Poço do Banho, em face de todas as drásticas mudanças ocorridas naquele local, principalmente no que concerne ao fluxo das águas, Dona Noquinha disse saber que uma força ainda vive ali, por isso continua a visitá-lo e a reverenciá-la.

137 Depoimento dado à autora por Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos, em novembro/2015.

Ali, naquele Poço do Banho, tinha uma Oxum, tem um banco de areia ali dentro daquele Poço do Banho, ele tá lá por baixo, mas tem um banco, um banco como esse assim que eu tenho aí no, na cozinha. Quem tinha o direito chegava e via, ela sentada penteando os cabelos. [...] Então o que que acontece: hoje o Poço do Banho vive ali assim, ninguém dá nada por ele. Agora, eu toda vez que venho, vou de manhã cedo, levo 2 vela, levo um boquê de flor, boto lá. Aí quem vai tomar banho diz: ‘a feiteira já chegou’, porque vê o boquê da flor e a vela acesa. Eu acendo uma luz, que eu sei que ali existe uma força, divina.<sup>138</sup>

E continua, ao lembrar um ritual, feito no mesmo Poço do Banho, quando era jovem:

Mãe Paulina, todo ano, fazia 30 vestido, cor de rosa com aquele laço grande atrás, bem flocada as mangas, e todas nós com uma vela acesa e as mães também pra nós ir 12h da noite cender essa vela ali naquele Poço do Banho e incensar o Poço do Banho. Ela já é morta. Quem ficou com o cargo de Mãe Paulina foi Antonieta, Antonieta já tá com 90 anos, não faz mais nada [candomblé].<sup>139</sup>

Esse ritual feito por Mãe Paulina, só com meninas jovens, em forma de cortejo até o Poço do Banho, tinha por intuito reverenciar a divindade do domínio das águas doces – Oxum, porém outras lembranças se perderam no tempo. No entanto, sua imagem enquanto parteira está resguardada pelos muitos filhos da Enseada que ajudou a vir ao mundo. Ela era praticante de candomblé, assim como sua filha Antonieta<sup>140</sup>. Dos dois filhos de Dona Noquinha nascidos na Enseada, Mãe Paulina fez um dos partos, ou melhor, “Dandalunda que fez”. Ela “pegou” também os filhos de Dona Maria, que se recordou ainda da participação tanto da mãe quanto da filha nas Festas da Barquinha. Disse que, antes de Dona Ditinha, elas colocavam a barquinha nas

138 Depoimento dado à autora por Noêmia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos, em novembro/2015.

139 *Idem*.

140 Devido às condições de saúde, está sendo cuidada na casa de uma filha fora da Enseada, por isso não tive a felicidade de conhecê-la.

águas, já que se trata de um gesto de “preceito”. Dona Ditinha, no entanto, assim como Dona Noquinha, jamais fez santo. Mesmo assim, ao entregar a barquinha às águas, o faz incorporada, provavelmente por uma divindade desse domínio.<sup>141</sup>

Dona Noquinha, por outro lado, não participa da Festa da Barquinha, nem pretende participar. Disse que coloca seu presente em qualquer outro momento, já que, na hora da virada, prefere fazer algumas providências na sua “aldeia”, como incensar da porta para dentro e jogar flores em cima da casa. Alertou, ainda, sobre outro entrave para sua ausência na festa, ao tempo que aproveitou para me orientar quando precisar passar nas encruzilhadas em “horas abertas”, às 12h e à 0h. Instruiu no sentido de arrodar o local para evitá-lo, porque “a estrada não é nossa, ali é de todo mundo, de bom e ruim”. Para provar a veracidade desse dito, fez alusão às folhas que sobem do nada na encruzilhada, assim como descem. Ainda sobre isso, narrou o caso de um espírito que a acompanhou depois que rezou uma pessoa da comunidade:

Um dia eu fui, peguei duas vela e dois charuto, disse: ‘eu vou lá no mato botar esses dois charuto pros caboclos e vou cender essas duas vela’ [...] e eu só gostava de cender, num tem o Poço do Banho, num tem a ladeira pra quem vai pro cemitério, ali daquele lado. Num conhece o Poço do Banho não?! Oh meu Deus! Aí eu fui, passei pelo Poço do Banho e quando a gente passa pelo Poço do Banho tem um manilhão que botou porque ali era água pra água descer pra lá, e a gente treveva esse manilhão pra ir pra o outro lado. Quando eu cheguei aqui na cabeceira do manilhão, quando eu vi, foi um tufo de barro dessa grossura assim, sair de debaixo do chão, foi subindo, foi subindo, menina, eu estanquei aqui assim na entrada da manilha. Disse: ‘Jesus, meu pai, Ave Maria!’ Aí aquele rolo de barro foi subindo, subindo, subindo, subindo, subindo, ficou bem alto, aí eu disse assim: ‘oxente, onde já viu barro crescer assim, quem é você?’ Aí foi fazendo, né? Aí fez a cabeça, aí fez os braços, ficou assim os braços forte, o corpo forte, aí abriu aqui as perna, aí eu disse: ‘é um homem’; aí eu disse: ‘ah você é um homem, atrevesou no meu caminho por quê? Eu tô do lado de cá com as 2 vela e os 2 charuto na mão, por que você me atrevesou no meu caminho? O que é que você quer de mim? Eu quero passar, agora

---

141 Como é possível visualizar no vídeo Manifestação Cultural da Barquinha da Enseada. Produção: Enseada Indústria Naval, 2013-2014.

com você aí eu não vou passar, você não fala, você não anda'. Quando eu vi, foi aquela poeira grossa, que se transformou no homem, parecendo robô, tum, tum, tum, evém a poeira, tum, tum, tum, e eu em pé do outro lado, tum, tum. Quando chegou aqui na boca da manilha, ele ficou em pé; eu disse: 'que bom que você parou aí e não veio pra cima de mim!', aí eu fiquei aí, aí disse: 'é, vou fazer uma prece'. Fechei assim os zoio, fiz uma prece pra aquela poeira que eu não sabia quem era ele, aí quando cabei de fazer a prece, quando eu vi, foi a poeira arriar toda, iaááá. Aí abriu aquela fumaceira assim, aí eu dei um tempinho. Quando a poeira acabou, eu passei, fui cender o charuto e a vela.<sup>142</sup>

Dona Noquinha é boa de reza, mas só toma partido perante outra pessoa se entender que deve (se a espiritualidade indicar). Outras vezes nem reza, mas exerce o dom da vidência ao dar direcionamento ao solicitante. Disse, ainda, acontecer dos seus “ventos” acompanharem as pessoas que lhe pedem auxílio, e lá vão trabalhar no plano espiritual para vencer suas demandas, e, nesse caso, chega a sentir o corpo cansado. Aprecia muito uma ladainha e, quando está em Salvador, vai à missa quase todos os dias em igrejas diferentes. Fez questão de me ensinar várias orações, inclusive tirar reza de novena, do terço mariano e do bizantino. Graças ao gravador acionado em alguns desses momentos, poderei recuperá-las nos momentos de necessidade. O contato de Dona Noquinha com a espiritualidade se faz um diálogo permanente. Isso fica claro com a análise do seu repertório – a visão que tem do mundo, a postura e a retórica. Uma religiosidade particular, que não se enquadra em estruturas rígidas nem cabe nas categorias convencionais que muitas vezes os pesquisadores utilizam.

Aliás, boa parte das casas da Enseada, com exceção das neopentecostais, possui altar com imagens de santos católicos, de ibejis e de Iemanjá<sup>143</sup>, onde se pode perceber a presença de flores colhidas no território, bem como velas e representações afro-brasileiras, tais como espada de Ogum, contas, otás<sup>144</sup> e

142 Depoimento dado à autora por Noêmia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos, em dezembro/2015.

143 Imagem europeia, embora algumas visões dos encantados na comunidade tenham indicado uma fisionomia com traços negros.

144 Pedra sagrada que contém axé (força ancestral).

búzios. Os moradores desse quilombo vivem uma religiosidade vigorosa. Sendo o quilombo formado na maior parte por marisqueiras e pescadores, relatos de experiências do domínio dos encantados surgiram de forma desenvolta e apresentaram os caminhos para que pudesse entender a Festa da Barquinha.

Neste livro, entende-se por encantado uma manifestação do campo da religiosidade, do vivido e/ou sentido, através da interação entre os elementos da natureza e as representações do mágico. Na relação com a comunidade, não consegui chegar a uma narrativa explícita que desse conta de uma definição para encantado, talvez porque, para os “de dentro”, seja difícil definir o experimentado. No entanto, uma afirmação vinda “de fora”, do visitante/ amigo, colaborou para o primeiro entendimento acerca desse território de encantado: “Aqui você vê uma magia na folha, nas árvores, você vê uma magia nas pedras, nas encruzilhadas, você vê no mar, você vê nas cachoeiras. Aqui tem magia, entendeu? Tem orixá vivo, tem encantados”.

É possível traçar um paralelo entre os encantados da Enseada e os presentes na encantaria do Tambor de Mina, cujo culto está dividido entre a “encantaria gentil”, formada por famílias reais, e a “encantaria cabocla”, por famílias diversas do universo das matas, dos marinheiros, das cobras, dos botos, da baía, e outros, chamados genericamente de caboclos.<sup>145</sup> Entretanto, nesse território quilombola não estão inseridos numa doutrina religiosa de certa forma oficializada (entidades incorporadas nas festas candomblé ou umbanda), mas presentes nos seus domínios originais – nas pedras, nas locas, no rio e no mar –, significando as espacialidades do lugar. A seguinte definição apresenta caminhos interessantes para pensar os encantados da Enseada:

Encantado é um termo genérico para designar entidades que não os voduns, orixás e inquices. No tambor-de-mina, são divindades que descem ao mundo dos vivos com o mesmo prestígio que os deuses africanos, tendo com estes grandes correlações, relações de respeito e culto quase que paralelos. Para o povo do tambor-de-

---

145 SHAPANAN, Francelino de. Entre Caboclos e encantados: mudanças recentes em cultos de caboclo na perspectiva de um chefe de terreiro. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). *Encantaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 319; p. 325-329. As famílias dos encantados do Tambor de Mina possuem origens diversificadas (portuguesa, africana, italiana, austríaca, turca e italiana), liderados por caboclos específicos e cultuados pelas casas em calendários fixos.

mina, o encantado não é o espírito de um humano que morreu, que perdeu seu corpo físico, não sendo por conseguinte (sic) um egum. Ele se transformou, tomou outra feição, nova maneira de ser. Encantou-se, tomou nova forma de vida, numa planta, num acidente físico-geográfico, num peixe, num animal, virou vento, fumaça.<sup>146</sup>

Não pude deixar de correlacionar as narrativas ouvidas nos outros quilombos, e que até então haviam sido pouco proferidas na Enseada – à observação de que os domínios da natureza têm donos. Com exceção do amigo/visitante de Dona Noquinha e das poucas frases ditas por ela, não houve referência a esses seres nos primeiros contatos, até porque no contexto da pesquisa inicial da empresa Brasil com Artes, os anseios da comunidade estavam diretamente associados à implantação e operação do estaleiro. Porém, foi no campo da Festa da Barquinha que essas narrativas foram surgindo, como na fala de Dona Benedita: “Tudo tem dono. O mato tem dono, as água têm dono, tudo tem dono”. Essas pistas demonstram que nesse retorno o interesse da comunidade era outro, havia se alargado junto aos desta pesquisadora, e foram, nesse sentido, delineando os caminhos da pesquisa ao demonstrar veementemente o interesse por essa festividade. Não estavam ali se colocando tão-somente enquanto sujeitos festivos e religiosos, mas também enquanto políticos, ao vislumbrarem a inserção dessa festa em outros âmbitos, como possibilidade de afirmação das territorialidades do quilombo.

Entre as práticas culturais desse lugar, havia sido destacada a Festa da Barquinha, enquanto expressão legítima da comunidade, que vem atuando em prol da manutenção dessa festividade. Foi justamente seguindo as pistas e rastros das narrativas da Barquinha que esse território de encantados começou a se descortinar nesse espaço. E esse mundo da Enseada – ou, para usar o termo mais apropriado, essa territorialidade – atuou no entendimento da própria festa pesquisada. Os significados da Barquinha, objetivados, começavam, então, a fazer sentido no contexto de uma lógica própria.<sup>147</sup>

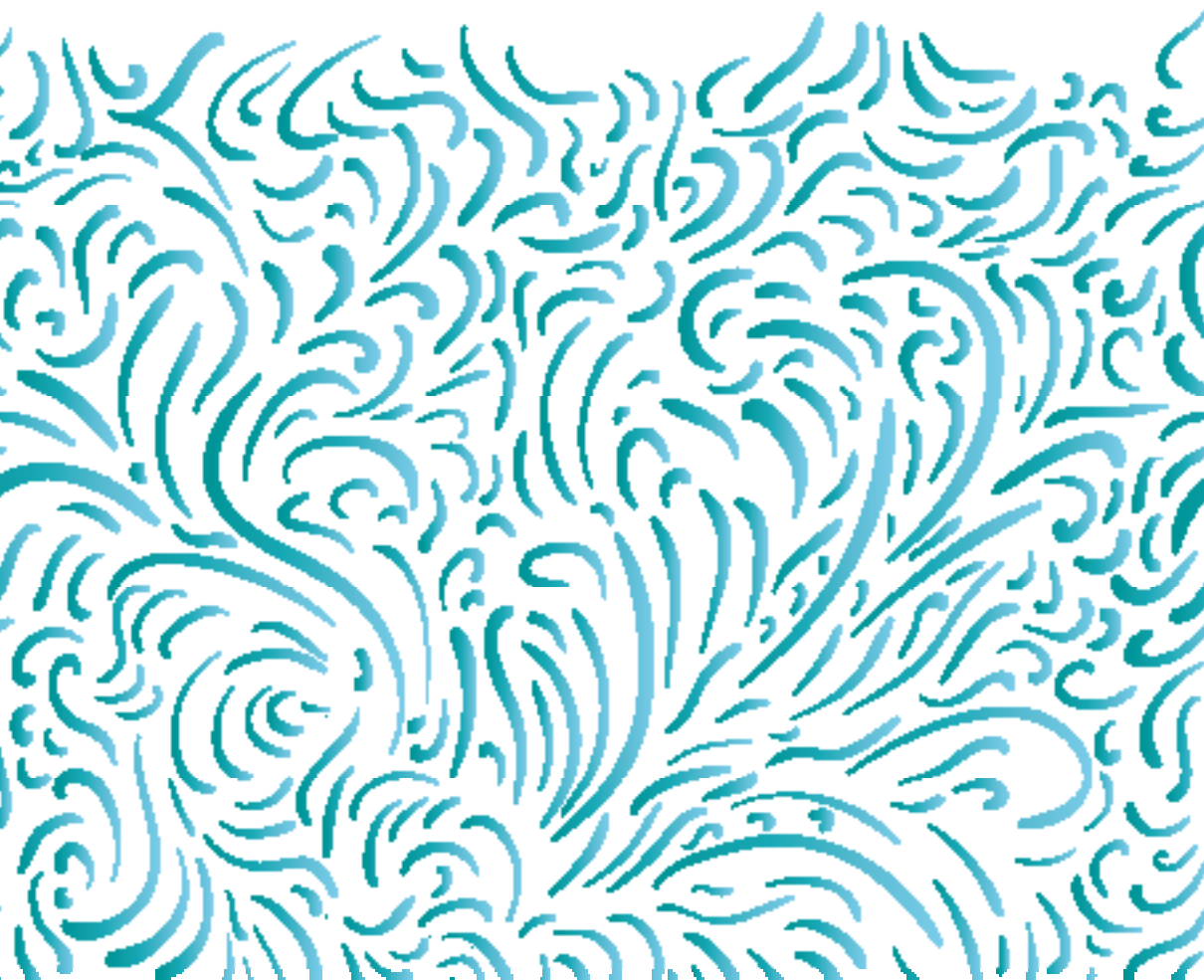
---

146 *Idem*, p. 318.

147 A lógica do lugar e não de qualquer outra festa para as águas.

## CAPÍTULO 4

### *A Festa da barquinha da Enseada do Paraquacu*





*“É uma coisa assim tão  
deslumbrante que você sente  
uma força”.*

Aninha, 46 anos  
Quilombo Enseada do Paraguaçu

**M**otivada pelos mistérios da Enseada do Paraguaçu, decidi que retornaria à comunidade para entender os significados de um acontecimento específico – a Festa da Barquinha. Uma festa que está diretamente ligada à territorialidade desse lugar e que me provocou uma série de inquietações, já que esse festejo ressignifica as águas desse rio. Como poderia um local que tradicionalmente vivia da pesca deixar de praticar essa atividade? Como poderia um local cuja memória aponta para a fabricação de embarcações artesanais, tal como canoas e saveiros, que vive do constante fluxo marítimo, se isolar numa ilha? Como seria viver preso, forçadamente num espaço em nome do progresso da nação, tendo, por outro lado, a inércia das políticas públicas diante dessa comunidade? Afinal, as políticas públicas chegavam ali na forma assistencialista, apenas enquanto compensação aos danos causados.

Muitos outros eventos eram comuns às comunidades quilombolas da região – sambas/ carurus (servidos com mariscadas e moquecas) de São Cosme e Damião, de Crispim e Crispiniana, novenas e trezenas de santos, ternos de reis, festas dos santos juninos e festas do arroz. Mas a Festa da Barquinha só acontece na Enseada, em uma data específica do calendário: a virada de cada ano.

Não fazia parte das minhas escolhas metodológicas a descrição do evento, mas entender o que ele era capaz de agenciar e desencadear. Queria, então, entender o que tornava essa festa tão importante para os moradores da Enseada e, nesse sentido, percorrer/compreender os caminhos para a percepção da festividade enquanto elemento significativo para a comunidade. O campo de pesquisa havia me revelado essa relevância e tomei, então, esse

pressuposto como ponto de partida. Foi a opção pelo estudo da festa como perspectiva, ou seja, da “festa-questão”, que me fez acessar a memória dessa comunidade mais uma vez.<sup>148</sup>

Sendo assim, retomei o diálogo com a Enseada do Paraguaçu no início de 2015. Nesse meio tempo, realizei uma complementação no curso de Pedagogia e aproveitei a oportunidade para desenvolver a fase de estágio na escola infantil dessa mesma comunidade. Nesse ensino, entre julho de 2015 e janeiro de 2016, minha estadia no quilombo se fez mais constante, com semanas inteiras realizando o trajeto Maragojipe-Enseada através das águas dessa Baía, via barco escolar junto aos professores da localidade. Intercalava a pesquisa de campo com o estágio na escola. Essa experiência me possibilitou a aproximação das diversas gerações da comunidade, propiciando a criação de vínculos afetivos.

Comecei visitando as pessoas que já conhecia, entre elas, Dona Ditinha (79 anos) e Dona Noquinha (71 anos). A primeira sempre muito conversadeira, mas a princípio pouca informação me forneceu sobre a Barquinha. Já a segunda, sempre mais reservada e desconfiada, foi aos poucos se aproximando com as visitas quase que diárias. Com o tempo, conquistei e fui conquistada por elas. Dona Ditinha estava sempre disposta à prosa, nem sempre sobre a festa e me fez sua companhia inseparável, auxiliando no deslocamento pela comunidade, durante todo o cortejo da Barquinha na virada do ano. Dona Noquinha, que nem à Barquinha costuma ir, como não fora naquele ano, me concedeu a oportunidade de acessar sua memória em longas conversas. Aninha, sua filha, fora minha fiel escudeira, levando-me para conhecer as pessoas, as pedras e praias da região, além de abrir as portas da sua casa e, assim, da intimidade da sua família, durante todo o meu percurso na comunidade.

#### **4.1 O início e a preparação**

As narrativas colhidas dão conta de que a Festa da Barquinha acontece

---

148 PEREZ, Léa Freitas. Festa para além da festa. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.), *op. cit.*

na comunidade há pelo menos três gerações, o que equivale a aproximadamente 100 anos. Essa estimativa parece sustentável em virtude dos depoimentos de muitos dos moradores mais velhos que participaram do festejo quando eram crianças, compondo o cortejo que retratarei a seguir.

A minha busca por informações sobre o início dessa manifestação na comunidade não pretendia precisar uma data para o início da festa, muito menos utilizar o dado para endossar sua importância, mas entender a sua dinâmica nesse espaço. No entanto, a antiguidade do evento se fazia recorrente nas falas, até porque meus interlocutores estavam interessados na afirmação da festa e do seu valor cultural para a localidade.<sup>149</sup>

Assim disse Seu Bartô, que muito navegou nas águas do Iguape, desde os 17 anos no seu primeiro saveiro, o Prateado, depois no Sombra da Lua, morador da Enseada do Paraguaçu:

Eu acompanho desde garoto, desde garoto, desde que comecei a me entender. Oxem, já alcancei, quando eu cheguei já tinha já, essa Festa de Barquinha é de cento e tantos anos ou mais. Quase duzentos anos que existe essa Festa de Barquinha aqui, quando existia poucos moradores aqui. Que naquela época era um arraialzinho, não tinha luz, não tinha nada. Hoje em dia que tá assim, era pequeno.<sup>150</sup>

E na fala de Rosária, 39 anos, líder comunitária:

Primeiro lugar, a Barquinha é uma tradição antiga que vem de geração em geração, que já foi dos meus antepassados, a minha mãe, a minha avó, todos já passaram, né? E eu, como filha mais nova, tô dando continuidade a essa tradição, porque se não fosse bom a gente não repetia. Eu já fui [tesoureira] a terceira vez, eu e meu esposo.<sup>151</sup>

---

149 Eles entendiam que a antiguidade da festa asseguraria o interesse da pesquisadora, e, consequentemente, dos leitores da pesquisa, pelo evento.

150 Depoimento dado à autora por Barolomeu Brito Coelho (Seu Bartô), 75 anos, em outubro/2015.

151 Depoimento dado à autora por Alexandra Rosária Soares Santos (Rosária), 41 anos, em outubro/2012.

Além da antiguidade, outro elemento que ressurgia nas narrativas dos moradores da Enseada foi a referência à Barquinha enquanto evento de tradição na comunidade. Essa informação era usada como referencial para distingui-la das manifestações mais recentes e, portanto, endossá-la enquanto elemento da identidade coletiva.<sup>152</sup> Fora frequente uma nostalgia ligada a um tempo em que ainda não existia luz elétrica, mas também volta e meia aparecia uma fala que evocava preocupação com as mudanças e com o pouco engajamento das novas gerações. Como está expresso no seguinte depoimento:

Aí a toca de fogos, quando termina o pessoal vai tudo embora. A festa é bonita, a tradição daqui é muito grande, desde garoto. Hoje em dia que tem mudado muito, que o povo tá mais descrente, né? Também essa, muita religião, aquelas festas não vai ter mais, mas é uma festa linda, qual hoje não é. E antes, e hoje tem luz aí, e antigamente se fazia as tochas, aquelas tochas de bambu, enchia de óleo, de gás, botava lá torcido pra acompanhar aquele, [...] o pessoal faz aquelas tocha, tem história, né? Na praça, o pessoal ficava na praça, arrodia a praça de tocha, pra iluminar, na festa do Rosário daqui, e a Barquinha só saía acompanhando com as tocha pra clarear os caminhos que não tinha energia, não tinha nada.<sup>153</sup>

Como a data de início do festejo não está bem demarcada na comunidade, as pessoas costumam rememorar a sua antiguidade através de algum objeto material da festa que ficara sob sua posse (coroas, chapéus de marinho, bandeiras e roupas), fotografias, arquiteturas das casas e espaços na comunidade, ou ainda via acontecimentos ligados ao núcleo familiar – datas de nascimentos, casamentos, falecimentos e idade dos filhos e parentes. Nessa narrativa, por exemplo, a idade de Mãe Paulina foi utilizada para estimar a antiguidade da festa:

---

152 A tradição aqui é entendida dentro do bojo do hibridismo, fluida e mutável. Quanto à questão apresentada, Léa Perez havia alertado para a nostalgia no contexto da festa, quando os interlocutores inventam a tradição no campo do mítico para opor-se à modernidade, operacionalizada como a realidade do presente, e “vistas como ameaças à continuidade da tradição”. Alerta que as mudanças nas festas, normalmente criticadas, são “condições mesmo de sua perpetuação”. PEREZ, Léa Freitas. Festa para além da festa. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.), *op. cit.*

153 Depoimento dado à autora por Bartolomeu Brito Coelho (Seu Bartô), 75 anos, em outubro/2015.

Já existia há muito tempo, minha mãe fazia. Fazia minha mãe, uma moça que era parteira aqui, Mãe Paulina já fez, Mãe Paulina era a parteira da Enseada, morava aqui, venha vê. Ali, oh. Eu falo porque eu era menor, daqui oh, essa casa verde ali, aqui só tinha três casa, 4 casa, aquela amarela ali era a casa da mãe, quem mora ali é a neta dela, aquela casa ali era a mãe de mãe Paulina que fez a Barquinha, depois essa aqui, o pessoal tudo fazia antigamente, aqui já é a filha dela, parteira lá, parteira, pega num sei quantos menino, fez a Barquinha.<sup>154</sup>

Em algumas falas, apareceu o nome de uma senhora chamada Lindu, que havia se mudado da região de Cabuçu (distrito de Saubara, também no Recôncavo da Bahia) para a Enseada, e na oportunidade iniciado a realização desse festejo nesse novo espaço. Apenas Dona Benedita se referiu ao nome de Aurina/Aurinda, que realizava junto àquela as primeiras incursões da Barquinha no quilombo. Essas referências me fizeram lembrar que existe uma manifestação da Barquinha na localidade próxima a Bom Jesus dos Pobres, distrito de Saubara, sob a liderança de Rita da Barquinha<sup>155</sup>, que conheci de forma rápida durante certo carnaval de Maragojipe.

Em Saubara, acontecem duas outras manifestações que muito podem ter influenciado a Barquinha, que por ventura chegou à Enseada do Paraguaçu – a Chegança dos Mouros e a Marujada. Até porque, um dos seus integrantes, Cândido Mendes da Silva, nascido uma década antes da abolição, tinha uma filha por nome Lindaura, também apelidada Lindu, que pode ser a mesma referenciada.<sup>156</sup> O que poderia ser apenas uma coincidência, pode descortinar um leque de possibilidades para pensar a Barquinha da Enseada em outros estudos. Nesse sentido, minha pretensão com esta pesquisa não tem por foco trilhar o caminho do estudo comparativo, mas entender os significados do festejo imbricados na territorialidade do quilombo.

154 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos, em novembro/2015.

155 Liderança cultural ligada à expressão do samba de roda, que conduz à cabeça uma barquinha decorada.

156 SILVA, Angelica Maria da. *Chegança dos Mouros – A Barca Nova: uma manifestação cultural dramática saubarense*. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007, p. 113-114. Vídeo-documentário da Série Bahia Singular e Plural, Marujada; Chegança dos Mouros.

Ao que tudo indica a Barquinha veio de Saubara e aos poucos começou a percorrer as mãos dos moradores da Enseada. Cada ano um morador ficava responsável por sua realização, assumindo o cargo de tesoureiro(a), fazendo cumprir, assim, os pressupostos de colocar todos os seus esforços, físicos, econômicos e simbólicos em prol da festa. Os recursos financeiros comumente são arrecadados através de livros de ouro, bingos, rifas, eventos dançantes e esmoladas, com a participação da comunidade, e aplicados na compra de tecidos e acessórios, fogos de artifício, flores e contratação de charanga para o dia da festa.

Antes de qualquer coisa, o(a) tesoureiro(a) deve providenciar a confecção da barquinha, feita de papelão, em tamanho mediano, que é levada ao mar junto aos presentes coletados na comunidade durante o cortejo que sai antes da virada do ano. A primeira pessoa responsável por produzir a barquinha foi um morador da comunidade conhecido como Toureiro, que depois viera a se mudar para São Roque do Paraguaçu, mas manteve a tarefa durante muitos anos. Dona Maria, 65 anos, lembra que, quando tinha cerca de 33 anos, quem produziu a sua barquinha fora esse mesmo senhor.<sup>157</sup> Já Dona Ditinha, 78 anos, disse já ter mais de 50 anos se incumbindo dessa mesma tarefa e que aprendeu a arte observando aquele cortar a barquinha. Ao que parece, durante um tempo, os dois se revezaram na função, até que Dona Ditinha assumiu de vez essa tarefa. Hoje, apesar das condições de saúde e de precisar de suporte para sua realização, faz questão de cortar, montar, costurar e decorar a barquinha.

Ela [Lindu] mandava fazer, mandava fazer, mas a barquinha vinha feita de fora e depois que esse rapaz pegou a fazer foi que deixou de comprar pronta. Com papelão, agora com papelão que não seja muito estragado, usado, um papelão assim como você compra um fogão hoje que a caixa, que daquela caixa aí eu faço, mas esses papelão moído, remexido não. Mais de meio metro, eu faço. Todo ano é deferente. Vai cheia, vai muito cheia, pesada.<sup>158</sup>

---

157 Em visita posterior à redação deste capítulo, entre os dias 29 e 31 de outubro/2016, onde pude apresentar os resultados parciais da redação deste trabalho aos interlocutores da pesquisa, Dona Maria de Bem revelou mais um nome, até então inédito nos depoimentos. Disse que antes de Toureiro quem produzia a barquinha era uma senhora de nome Jarda, moradora de São Roque do Paraguaçu.

158 Depoimento dado à autora por Benedita de Sousa (D. Ditinha), 79 anos, em outubro/2015.

O processo de produção da barquinha envolve toda uma ritualística de preceito, como dizem vários moradores, com cânticos imbricados de intenções. Da mesma forma, Dona Ditinha faz no último dia do ano, quando se dirige à casa do(a) tesoureiro(a), levando sob cânticos a barquinha, que é louvada na sua chegada.<sup>159</sup> O(a) tesoureiro(a) é também o que a comunidade chama de “dono(a) da bandeira”, já que deposita cédulas de dinheiro na bandeira que sai à frente do cortejo. Tal como foi dito por Aninha, ao me mostrar a bandeira da festa liderada por ela (fotografia 26):

O primeiro dinheiro quem bota é a pessoa que sai com a bandeira, entendeu? Aqui, oh, entendeu?... , fica uma presilhinha pequena. O primeiro dinheiro que sai aqui é da bandeira, da dona da barquinha, aí nos outros lugares aí não bota aqui, entendeu?... aí já vai botando na bolsa, tem uma bolsa que bota o dinheiro dentro, aí a pessoa bota quanto quiser, um real, dois reais, três reais, cinco. Com esse dinheiro nós paga os tocador, pra inteirar, pra pagar os tocador, entendeu?<sup>160</sup>



FOTOGRAFIA 26 - Bandeira da Barquinha de Aninha  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

159 Cf o vídeo Manifestação Cultural da Barquinha da Enseada. Produção: Enseada Indústria Naval, 2013-2014.

160 Depoimento dado à autora por Adeilza Nascimento dos Santos (Aninha), 45 anos, em julho/2015.

O valor das cédulas que seguem presas à bandeira corresponde às condições econômicas do responsável por ela, fazendo-se desconhecido do núcleo comunitário; se apresenta, assim, enquanto oferta e doação, tal como um “sacrifício” feito à festa. Em uma fala ligada a outro contexto, D. Noquinha havia me orientado para o fato de que festa de santo e orixá (ou mesmo “vento”, como chama) é a demonstração do sacrifício feito com o propósito de agradecimento. Talvez esteja aí o sentido para o valor monetário colocado na parte de trás da bandeira, de forma a não ficar visível. Um valor financeiro que se apresenta mais como elemento simbólico, já que o(a) “dono(a)” da bandeira é o principal patrocinador da festa.

Outras cédulas também são recolhidas na comunidade pelo(a) dono(a) da bandeira, que porta uma sacola durante o cortejo, tal como uma esmola cantada<sup>161</sup>, nas casas visitadas pela barquinha. Ao que parece, outra esmola também era feita, em outros tempos, com o intuito de angariar fundos para essa festa, sob a condução da padroeira da comunidade – Nossa Senhora do Rosário –, como relata Dona Benedita:

Mas a barquinha tem a jornada, a jornada pega Nossa Senhora do Rosário aí sai nas casa tirando esmola, sai nas casa com o tamborim, aí cantando aqueles louvores dela nas porta aí o dia todo, precisa ver, é muito bonito a jornada aqui!<sup>162</sup>

Depois que está tudo preparado pelo(a) dono(a) da bandeira – a barquinha, as vestimentas, os adereços, as flores, os fogos, a charanga e o barqueiro contratados; a escolha das crianças que participarão do cortejo, com a permissão dos seus respectivos responsáveis; os lanches e comidas para oferecer aos membros do cortejo, aos parentes e amigos que encherão a casa; o incenso, as rezas e as músicas na ponta da língua (caso tenha acontecido ensaio com os membros do cortejo) –, se faz hora de colocar o cortejo na rua e percorrer as principais vias do quilombo.

161 “Esmola Cantada” é uma expressão cultural presente em diversas comunidades do Recôncavo da Bahia, inclusive em comunidades quilombolas de Maragojipe, em que se leva o santo a percorrer as casas da localidade, com o intuito de angariar recursos para a realização de sua festa.

162 Depoimento dado à autora por Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos, em outubro/2015.



## 4.2 O cortejo

A casa do(a) tesoureiro(a) concentra familiares e algumas pessoas da comunidade já no início da noite do último dia do ano. Isso se deve à iminência do cortejo, que parte daí por volta das oito horas da noite para percorrer as principais ruas da Enseada do Paraguaçu. Já pela tarde, as crianças, previamente escolhidas para compor o cortejo, dirigem-se a essa casa para se arrumarem e realizarem pelo menos um último ensaio. Lanches são então oferecidos às crianças que compõem o cortejo – Aninha, por exemplo, disse ter feito diversas guloseimas para agradá-las quando da sua barquinha. A composição e a ordem do cortejo se apresentam desta forma: meninas vestidas de baiana, que carregam cestas de flores (inserção recente), uma menina que carrega a barquinha, quatro marinheiros (meninas ou meninos), um capitão munido de apito e livro (menina ou menino) e uma menina que carrega a bandeira (que chamam também de porta-estandarte).

O cortejo só pode sair quando chega a charanga. Os músicos são contratados nas cidades vizinhas, como Salinas, Saubara e Maragojipe. Por isso, é comum que o cortejo saia atrasado com relação ao horário anunciado. Quando assim ocorre, a frente da casa do(a) tesoureiro(a) é tomada por um clima de inquietação e agitação, até que possa ganhar as ruas. Assim que os músicos chegam, o cortejo começa a ser formado, com a atuação energética e constante de Dona Ditinha, que acompanha e ordena todo o trajeto. Ainda na porta do(a) tesoureiro(a), fogos de artifícios sobem aos céus anunciando que a barquinha passará pelas ruas, quando também se fazem as orações do Pai-Nosso e da Ave-Maria e é incensada a casa e sua porta, até que chegue o momento de tomar o rumo das águas.

Dona Maria de Bem, 67 anos, é uma das moradoras que mais conhece o repertório da Barquinha, principalmente as peças, que devem ser entoadas em cada parada e em cada rua. Por isso, faz-se regente da charanga e, assim, do próprio cortejo. Foi através das suas instruções que foi elaborada uma cartilha com as músicas da festa, que por ventura foram cifradas em partitura por um

maestro de Maragojipe.<sup>163</sup> A citada informante fez questão de me repetir as músicas da festa, já que algumas não entraram na publicação, dado que naquele momento não se lembrou de todas. Muitas das músicas que me foram proferidas possuem estrofes diferentes da cartilha, assim como foi possível verificar outras modificações durante a regência da charanga. Dona Maria se disse preocupada com a transmissão do enredo da Barquinha, devido ao desconhecimento das gerações mais novas, considerando, ainda, que a sua própria memória também costuma falhar.

No que concerne ao tempo da memória e da fala, acredito que toda pesquisa que envolve narrativa e oralidade se faz uma “arte do encontro”<sup>164</sup>. Encontro que merece tempo tanto para fala quanto para escuta. Nesse sentido, interpretei o lapso de memória de Dona Maria em contexto anterior como um silêncio necessário, já que ainda não havia construído relação de confiança com “os de fora” (pesquisadores). No meu retorno, esta interlocutora, de posse do material publicado, a qual tinha o rosto ilustrado em diversas páginas, me oportunizou preencher os espaços deixados por suas “falhas” de memórias. Entretanto, devem ter permanecido muitos outros lapsos e silêncios, os quais me cabia decifrar.

As músicas entoadas durante a Barquinha são partes fundamentais da festa. O repertório musical narra o caminho a ser trilhado pelo cortejo até o momento de entrega da barquinha às águas. Além disso, porta elementos que dão identidade à própria festa. Talvez por isso, Dona Maria pensa que garantir essa transmissão e registro do repertório, não só via cartilha, mas com a idealização de um disco, seria um caminho promissor para reverter o que considera uma questão que pode ameaçar a continuidade do festejo, e, assim, de uma tradição da comunidade.

A música da saída deve ser sempre a seguinte:

---

163 SOUSA JUNIOR, Wilson Caetano de. *A Barquinha de Enseada*. Ilustrador: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013. Revelou que estava descrente com a realização desse trabalho, mas de posse dele demonstrou felicidade, em saber que o trabalho fora executado como prometido.

164 ORNELLAS, Maria de Lourdes S. *(Entre)vista: a escuta revela*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 12.

*Saída da barquinha  
Enfeitar o arraiaá  
A capela mais bonita  
É de flor de maracá (malacá)*

*Agora a barquinha sai  
Ninguém mais pode aviar (arriar)  
Vamos levar a barquinha  
Para ela navegar<sup>165</sup>*



FOTOGRAFIA 27 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Antes de qualquer parada, o cortejo sai direto para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (fotografia 27), localizada na praça do quilombo.<sup>166</sup> E a música de saída faz justamente referência à capela, onde ocorre a primeira parada do cortejo. Ainda do lado de fora e com as portas fechadas se entoa, em forma de louvor:

*Deus vos salve, casa santa,  
Onde Deus fez a morada  
E a hóstia consagrada  
Onde mora o cálix bento  
E a hóstia consagrada*

165 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos. Quando as estrofes são repetidas, as palavras ganham outros sentidos, como maracá/malacá e aviar/arriar, em novembro/2015.

166 Essa é a única comunidade quilombola de Maragojipe que possui uma praça, onde também está encravada a igreja do santo padroeiro – Nossa Senhora do Rosário, cuja festa acontece no mês de outubro de cada ano, com a presença de muitos visitantes.

*Joelho em terra  
Com a muita alegria  
Viemos louvar  
A Virgem, Santa Maria*

*Joelho em terra  
Com satisfação  
Viemos louvar  
A Virgem da Conceição<sup>167</sup>*

A igreja permanece fechada, abrindo-se somente na hora de receber a barquinha. No interior do templo (fotografia 28), são feitas orações com o cortejo posicionado à frente do altar, quando também são acesas velas. Na saída, todos os presentes se despedem da padroeira entoando: “Adeus, adeus, que eu já vou me embora, levar a barquinha pelo mar afora”. Já do lado de fora, outro cântico evoca o trânsito da barquinha na comunidade:



FOTOGRAFIA 28 – Saudação à Padroeira  
Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

167 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos, em novembro/2015.

*Abre alas  
Queremos passar  
Com a nossa barquinha  
Para ela navegar (refrão)  
A barquinha né (não é) ouro  
Né (não é) prata, né (não é) de marfim  
Vamos levar a barquinha para o Alto do Bonfim*

*Minha gente, não repare  
Esse meu cantar baixinho  
Que eu já estou acostumada  
Na prenda do cavaquinho*

*Minha gente, não jogue flores  
Que eu não sou merecedora  
Jogue na porta-estandarte  
Obrigado, meus senhores!<sup>168</sup>*

Entretanto, durante a festa que acompanhei, esta mesma música ganhou nova versão, diferente daquela que fora registrada em cartilha, assim como na conversa anteriormente mantida com Dona Maria. Ao que parece, as músicas foram ganhando novas estrofes com o passar do tempo, que são utilizadas de forma extensa ou recortada durante o momento festivo. Isto permite supor que outras estrofes foram se perdendo ao longo das décadas. O repertório utilizado dessa música esse ano, muito próximo a uma marchinha carnavalesca, foi:

*Oh abre alas  
Queremos passar  
  
A Barquinha é das belas morenas  
Que saíram a passear  
Cumprimentamos nossa Enseada  
Nossa Barquinha hoje vai brilhar  
  
Cumprimentamos nossa Enseada  
Nossa Barquinha hoje vai brilhar  
Boa noite, meus senhores, todos  
Boa noite, senhora, também*

---

168 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos, em novembro/2015.

*Vimos de longe, queremos ficar  
Oh abre alas  
Queremos passar*

Fora da igreja, a Barquinha já tem permissão para puxar sambas; as músicas, então, ganham ritmo acelerado, como o tão conhecido: “Eu não sou daqui, marinheiro só, eu não tenho amor, marinheiro só [...]”. As letras das músicas acabam sofrendo também alterações em diversos momentos, nesse caso o refrão chegou a ser proferido “marinheiro só”, “xó” e “chora”. E isso faz parte da fluidez da oralidade.

A barquinha vai, então, percorrendo a Enseada e, a cada nova rua, cresce o número de pessoas que vão se juntando ao cortejo. Aqueles que guardaram presentes vão logo abrindo suas portas, solicitando a parada da comitiva, como pode ser verificado nas fotografias 29 e 30. Nessa ocasião, diversos sambas são entoados na porta das respectivas casas, que porventura oferecem comidas e bebidas, tais como salgados, bolos, refrigerantes e cervejas, às pessoas que compõem e acompanham o cortejo.

As casas dos moradores evangélicos, em número cada vez maior na comunidade, contando já quatro<sup>169</sup> igrejas neopentecostais, são evitadas. Também as residências que passam por processos de luto também são poupadas, como forma de respeito. A duração da permanência da barquinha em cada domicílio depende muito da relação mantida entre o seu dono e o(a) dono(a) da bandeira. Percebi, nesse contexto, que as casas as quais abrigam pessoas mais velhas da comunidade são direcionadas para receber a visita da barquinha; observei, ainda, que nesses locais a empolgação se faz mais presente.

Normalmente, a primeira rua a ser percorrida é o Areal, que fica atrás da Igreja. Até porque cabe a esta rua uma música específica:

---

169 Assembleia de Deus, Igreja Universal e Igreja Batista.



FOTOGRAFIAS 29 e 30 – Visita da barquinha na comunidade  
Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

*Eu saí no Areal pra te ver  
Eu saí no Areal pra te olhar  
Para ver nossa Barquinha  
Que saiu a passear (2x)*

*Minha gente, não repare  
A Barquinha não brilhar  
Porque foi o primeiro ano  
Que saiu a passear<sup>170</sup>*

Perto do Areal fica a Rua do Alto, mais íngreme se comparada ao platô, onde está edificada a comunidade, que também tem música específica:

*Alerta povo  
A gente chegou  
Fazendo farra nesse festívá  
Quem não aguenta  
Tira o corpo fora  
Deixa nossa Barquinha passar  
Lá vai poeira  
Lá vai poeira  
Nossa Barquinha não pode subir ladeira<sup>171</sup>*

Com exceção das ruas da praça, as demais da comunidade não possuem calçamento; por isso, a poeira realmente sobe com o samba. Na roda do cortejo, só as crianças podem sambar. A interação dos demais é realizada do lado de fora da roda, onde também se encontram os músicos. De casa em casa, os presentes vão sendo colocados nas cestas carregadas pelas baianas. Algumas destas já carregam cestas com flores colocadas pelo(a) tesoureiro(a). Na maioria dos casos, são perfumes, sabonetes e flores os presentes oferecidos. Para que as cestas não fiquem pesadas, os presentes vão aos poucos colocados em sacolas que ficam sob a responsabilidade do(a) tesoureiro(a). E, no trajeto, Dona Maria se encarrega de ir puxando os sambas, que são ainda sugeridos

---

170 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (D. Maria de Bem), 65 anos, em novembro/2015.

171 *Idem.*



pelos acompanhantes do cortejo. A depender do tempo de que se disponha e da quantidade de ruas a serem percorridas, as músicas voltam a ser entoadas.

Ah é, mesmo que não chegue a tesouraria pra mim, mas também participo, dou alguma coisa pra ajudar a fazer a bandeira, fazer alguma coisa, fico aqui na porta apreciando, batendo palma, vou até ali, dê pra sambar eu sambo também, remexo também. (*risos*)

*Samba. É, eu lembro:*

*Bota a barquinha pra navegar*

*Eu já mandei botar lá no mar*

*Bota a barquinha pra navegar*

*Já botei ela lá no mar*

*Bota a barquinha pra navegar*

E também canta:

*Vamos levar a barca ao mar*

*Em nome do redentor nossa barquinha caiu nas água*

*Nossa barquinha é o nosso amor!*<sup>172</sup>

Já Dona Ditinha se lembrou de um samba que disse não ser mais puxado:

*A barquinha evém ê, ê, ê*

*A barquinha evém, navegar*

*A barquinha evém ah, ah*

*A barquinha evém, navegar*

*Meus senhores, não arrepare as menina vão dançar*

*A barquinha é bem, ah, ah*

*A barquinha evém vadiar!*<sup>173</sup>

Além dos sambas específicos da Barquinha, outros de domínio público e disseminados na comunidade são entoados. Em dado momento, fora tocado e cantado com bastante alvoroço o hino popular de São Bartolomeu, padroeiro de Maragojipe. Outro tempo se faz, todavia, presente, regendo com outra dinâmica a festa, quando se aproxima o horário de colocar a barquinha nas águas. Cerca de uma hora antes da virada do ano, o cortejo se volta ao caminho do porto, que

---

172 Depoimento dado à autora por Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos, em outubro/2015.

173 Depoimento dado à autora por Benedita de Sousa (Dona Ditinha), 79 anos, em novembro/2015.

se faz um pouco distante, principalmente se for realizado em ritmo mais lento. Caso o horário esteja apertado, os passos são logo alargados e o ritmo do cortejo e das músicas, acelerado.

O repertório musical demarca a espacialidade da festa, seus ritmos, suas paradas, seus tempos, sempre sob o protagonismo da barquinha, que reina através do balanço das mãos que a conduzem. Ela é levantada a todo o momento, principalmente quando visita as casas, tal como uma reverência às residências e aos seus moradores. A barquinha e o seu destino – o rio – são temas que compõem o repertório entoado. Nas fotografias 31 e 32, pode-se visualizar a disponibilidade e a interação da comunidade na festa.



FOTOGRAFIA 31 – D. Ditinha e seus presentes, quando a barquinha visitou sua casa



FOTOGRAFIA 32 – Dona Maria de Bem regendo a charanga  
Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

### 4.3 A entrega

O caminho para o porto se faz marcado por cânticos específicos (que fazem menção à proximidade da entrega) e mais sambas. Nesse trajeto, já não ocorrem paradas nas poucas casas do caminho, bastante escuro, ocorrendo uma atuação mais enérgica do capitão, que participa mais ativamente das músicas com a utilização do apito. Em uma delas:

*O guarda apitou  
Já é nove hora  
Vamos levar a barquinha  
Pelo mar afora (refrão)*

*Quem quiser ver a barquinha  
Que de lá não se agradar  
A resposta que nós damos  
Não mandamos convidar<sup>174</sup>*

Em outra, muito parecida com aquela:

---

174 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos, em novembro/2015.

*Dois mil e quinze vai partir  
Dois mil e dezesseis já vai chegar  
Vamos levar a barquinha  
Para ela navegar*

*Quem quiser ver a barquinha  
Que de lá não se agradar  
A resposta que nós damos  
Não mandamos convidar<sup>175</sup>*

Se a chegada ao porto for tranquila e ainda houver muitos minutos para a virada do ano, o som da charanga cessa por um tempo e as pessoas começam a saudar os conhecidos que ainda não haviam visualizado no trajeto, assim como aqueles que já aguardavam o cortejo no porto. Algumas casas ficam à frente do porto, e seus moradores e respectivos parentes lá mesmo aguardam para se integrarem ao grupo. Quando poucos minutos (cerca de 20 minutos antes) separam um ano do outro, iniciam-se orações – Pai-Nosso e Ave-Maria – e em seguida o cântico, em tom de valsa, sob o apito do capitão, que antecede a entrega da barquinha às águas:

*Marinheiros, vamos para bordo  
Que a barquinha já vai partir (2x)*

*Os ferros já estão fora d'água  
Um adeuzinho  
Para seguir (2x)*

*Pronto, senhor capitão,  
Nós queremos  
O navio está pronto  
Adeuzinho  
Nós seguiremos (2x)*

*Lá vem a música tocando  
Todos nós fazendo assim  
Oh que bom, tara ra ra  
Oh que bom, tara ra ra  
Oh que bom, tara ra ra*

---

175 *Idem.*

*Fogo, fogo, fogo*  
*Fogo de arrasar*  
*Vimos de campanha*  
*Vimos de campanha*  
*Olha, toca viajar*  
*Olha, toca viajar*<sup>176</sup>

Depois de toda a campanha realizada em terra, a barquinha precisa viajar para as águas. Nesse momento, normalmente, se dirigem ao barco, como na fotografia 33, o barqueiro, (a) tesoureiro(a), a menina que carrega a barquinha, o capitão e Dona Ditinha (ou outra pessoa encarregada), para entregarem a barquinha às águas da Baía do Iguape, entre um farol e as pedras do Maia (às quais me referirei no capítulo seguinte). Todos os demais ficam em terra e aguardam os fogos tocados do barco – os quais indicam que a entrega já fora realizada – para soltarem mais fogos e se abraçarem. Nesse momento, é tocado e cantado o Hino do Senhor do Bonfim. Dona Maria de Bem alertou que nem todos sabem cantar o hino, por isso a presença de Dona Nerinha, irmã de Dona Noquinha, se faz fundamental nesse momento. Além disso, Dona Nerinha costuma lembrar à Dona Maria de Bem as músicas que esta, na euforia do momento festivo, se esquecer de puxar junto à charanga, assim como lhe auxiliar nas ocasiões de não saber o ritmo dos autos e nas quais precisará da intervenção de Dona Nerinha nos momentos necessários.



FOTOGRAFIA 33 – A barquinha

176 *Idem.*



FOTOGRAFIA 34 – Ida ao barco para a entrega da barquinha  
Fotografias da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

Alguns moradores da Enseada me informaram sobre o motivo pelo qual só a comitiva pode adentrar o barco: a barquinha é “de preceito”. Tentei entender o significado desse termo, tecendo algumas ponderações contidas no próximo capítulo. De qualquer sorte, já nesse momento, compreendi a barquinha como um presente feito como forma de agradecimento. Esse entendimento se deve ao fato de a barquinha decorada carregar os presentes colocados tão-somente pelo(a) tesoureiro(a) – entre eles flores, bonecas, perfume, sabonete, pente, colar, argola e pulseira, assim como uma carta escrita de próprio punho.

A existência de uma carta dentro da barquinha inserida pelo(a) tesoureiro(a), revelada ao pé do ouvido, indica que a barquinha colocada nas águas, junto aos demais presentes, tem destinatário(a). Os moradores da Enseada acreditam que o escrito será recebido. Acreditam também que as particularidades expostas pelo remetente na carta serão conhecidas somente pelo destinatário(a), demonstrando, assim, construção ou reconstrução de vínculos entre as partes. Algumas narrativas relembaram o momento da entrega, como este:

É muito lindo! E é uma coisa que você não sabe, quando você vê aquele mar, aquele mar, a canoa assim oh, e a água fica parecendo que tem um bocado de luzes na água, e você vê aquele redemunho, você sem, é uma coisa assim que não tem explicação! Pra quem acredita e que tem fé, porque eu acredito, primeiramente eu acredito em Deus, mas eu acredito, eu acredito muito no corte do mar sagrado. E como eu acredito! É uma coisa assim tão..., é uma coisa assim tão deslumbrante que você sente uma força, que parecendo assim que o mar tá se abrindo e uma pessoa vem assim pegar, é uma coisa assim que, é um (se emociona) ...

[...]

Você vê o mar assim se abrindo e não é dizer que alguém bota o remo pro mar se abrir não, o remo tira de dentro da água, desliga o motor, aí tem que ter o remo pra deixar a canoa na posição certa, tira o remo e você vê o mar se abrindo, se abrindo, se abrindo, e aquelas luzes, você vendo aquelas luzes, é uma coisa!<sup>177</sup>

Dona Ditinha afirmou que, quando entram no barco, começam a fazer orações, como Pai-Nosso, Ave-Maria, e oferecem a barquinha a Deus e às águas. Me contou, ainda, que pede pelos presentes, em água e em terra, assim como pelos ausentes. Primeiro ela faz o oferecimento e depois entrega a barquinha, e em seguida, os demais presentes. O oferecimento acontece da seguinte forma:

*'Deus vos salve, ó luz do dia,  
Deus vos salve, ó luz do dia,  
Deus vos salve, quem nos guia  
Deus vos salve, à Barquinha  
E à Virgem Maria'  
A gente cantamos isso. Aí na hora de arriar, canta:*

*'Graças a Deus, meu Deus  
Louvado seja Deus, ora meu Deus  
Louvado seja as força, ora meu Deus*

---

177 Depoimento dado à autora por Adeilza Nascimento dos Santos (Aninha), 45 anos, em julho/2015.

*Que Jesus nasceu, ora meu Deus*

*Graças a Deus, meu Deus*

*Louvado seja Deus, ora meu Deus*

*Louvado seja, ora meu Deus*

*Que a Virgem Maria nasceu, ora meu Deus*

*Graças a Deus, meu Deus*

*Louvado seja Deus, meu Deus*

*Louvado seja Deus, meu Deus*

*E a hóstia consagrada, ora meu Deus'*

E aí nós vai cantando tudo que tiver. Qualquer coisa! Canta essa:

*'Ó minha Sereia, Rainha do Mar*

*Receba a barquinha, que eu já vou botar'*

Isso é quando eu vou botando ela nas água, que a onda vem, aí eu solto ela, aí mando as menina todas rezar, tudo batendo parma:

*'Graças a Deus, meu Deus*

*Louvado seja Deus, ora meu Deus*

*Louvado seja a hora, ora meu Deus*

*Que Jesus nasceu, ora meu Deus'*

Aí a gente tá arriando:

*'Ó minha Sereia, Rainha do Mar*

*Receba a barquinha, que eu já vou botar'*

Aí vou cantando. (risos) É muito bonito! Muita gente cantando, todo mundo cantando, fica bonitinho.<sup>178</sup>

Essa foi a primeira narrativa que relacionou a barquinha à Sereia, à Rainha do Mar, como também se diz na Enseada e em alguns quilombos de Maragojipe. Confesso que em diversos momentos sentia-me incomodada por não ter ouvido a quem a barquinha se destinava, mas, como meus diálogos

---

178 Depoimento dado à autora por Benedita de Sousa (Dona Ditinha), 79 anos, em dezembro/2015.



tinham sido até então flexíveis, realizados no formato de entrevistas com roteiro aberto, essa referência só viera a surgir após meses no campo, já que tentava não tendenciar as perguntas, e, dessa forma, as respostas. Minha preocupação era não enquadrar, nem mesmo comparar a barquinha como um presente de Iemanjá, tal como as festas que acontecem em Salvador, em Cachoeira e em outras cidades do Recôncavo da Bahia.

O mestre saveirista Seu Bartô, bem como Dona Benedita, feita filha de Oxum em um candomblé em Salvador, já haviam me sinalizado que eles, individualmente, arriam presentes para Iemanjá no dia 2 de fevereiro. A segunda oferece caruru nesse dia aos sete meninos, ou até menos. Fui inclusive convidada para esta festa. Entretanto, até então a Festa da Barquinha não havia sido especificada como uma saudação a Iemanjá, ou a qualquer outro orixá ou santo católico. As respostas referentes ao direcionamento da Barquinha foram obtidas nos diálogos mais informais, sem agendamento prévio, momentos nos quais acionei o gravador (dada a relação de proximidade construída no campo) e apenas na sequência informei quanto à gravação, e, deste modo, solicitei autorização para utilização das narrativas.

Embora as narrativas não associem a barquinha a Iemanjá (apesar da imagem desenhada na bandeira da tesouraria de Aninha, na fotografia 26), e até mesmo a Sereia tenha sido pouco referenciada pela comunidade, observa-se toda uma ritualística que envolve a festividade, que vai da preparação à entrega da barquinha. Isso fica evidente porque não pode ser qualquer pessoa que produz a barquinha, muito menos que realiza a entrega. Dona Maria chegou até a sinalizar uma preocupação: quem irá suceder Dona Ditinha, na função de arriar a barquinha? Este concernimento decorre justamente do preceito referido.

Dona Ditinha sabe da responsabilidade da sua função:

Eu que vou botar. A barquinha vai pela minha responsabilidade. Todos ano, todo esse 51 ano quem bota sou eu, quem arria no mar sou eu. E também nunca deu na praia. Teve de voltar, nunca! Isso quer dizer que é bem recebida, bem arriada, bem botada, bem

considerada, bem respeitada, porque o mar é uma coisa que a gente deve ter muito respeito, e a gente tem de respeitar muito essas águas. Aí a gente vai e arreja a barquinha.<sup>179</sup>

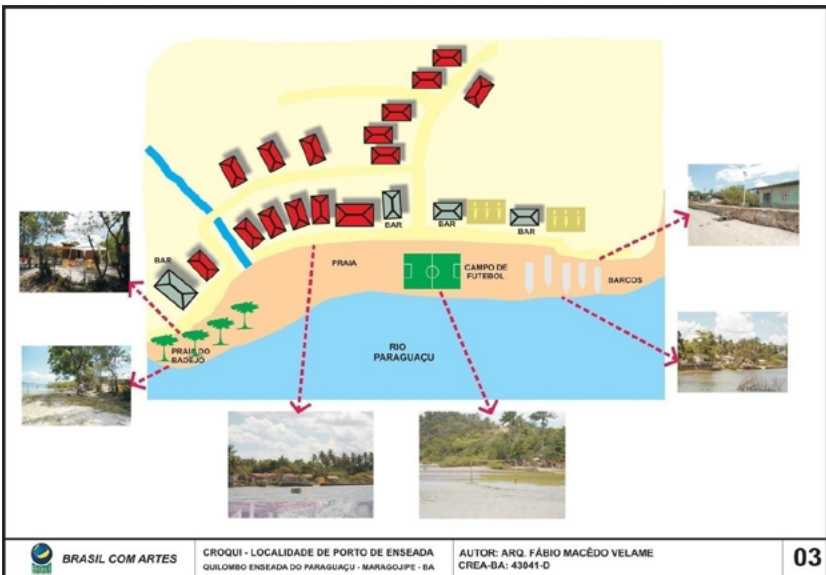
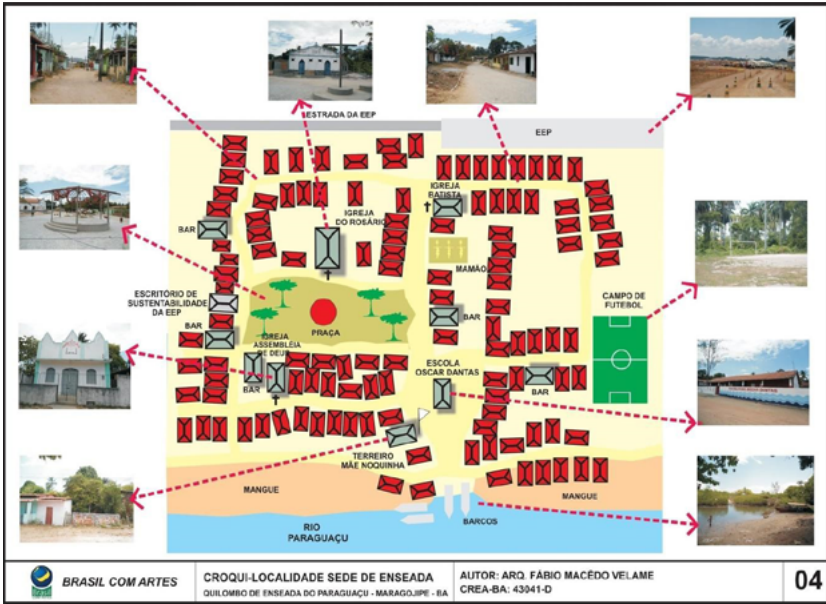
Os Mapas 7 e 8 dão conta da disposição da comunidade durante a pesquisa de campo da empresa Brasil com Artes, precisando suas ruas, casas, pontos comerciais e outros locais referenciais, cujos pontos foram georreferenciados. A projeção gráfica foi realizada através do viés metodológico chamado de “cartografia étnica” ou “etnomapeamento”, onde são projetados os locais que identificam o território, através da atuação de reconhecimento da própria comunidade. Um olhar diferenciado, mais próximo, menos verticalizado, permite, então, a configuração do território étnico, com a identificação das “referências de identidade e pertencimento territorial”<sup>180</sup>. Essa vertente possibilita uma leitura não apenas do espaço, como também da espacialidade, e, assim, da tessitura do território, dificilmente alcançados pelas categorias de projeção mais tradicionais.

Através do Mapa 7, é possível traçar o trajeto comumente feito pelo cortejo da barquinha a partir da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na praça. Na sequência, vem o Areal, no entorno da Igreja. Em seguida, a Rua do Alto, do lado direito do templo, a qual se desce até atingir a escola municipal. Adiante, as imediações do “terreiro” de Dona Noquinha. Esse roteiro, no entanto, pode sofrer mudança conforme as recomendações do(a) tesoureiro(a). O caminho para o porto é sempre o mesmo, no sentido contrário à escola. O porto pode ser visualizado no Mapa 8, cuja seta aponta justamente para a casa de Dona Benedita, entre a Praia do Badejo e o campo de futebol. É bem aí que sai a comissão que vai colocar a barquinha nas águas, na direção de um farol em frente a São Roque, na proximidade do Araripe, situado na localidade de Bom Jesus dos Pobres, na borda do Rio Paraguaçu, oposta àquela da Enseada.

---

179 *Idem.*

180 ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografias e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, n. 9, 2006, p. 3.



MAPAS 7 e 8 – Enseada do Paraguaçu e seu porto  
 Fonte: Brasil com Artes, Autor: Fabio Velame

Assim que a comissão de entrega da barquinha volta a terra, dá-se um outro cortejo, nesse caso, em direção à casa da pessoa escolhida para realizar a festa naquele ano que acabara de começar. A escolha é feita e combinada com antecedência. No entanto, será guardado segredo até a virada do ano, quando o cortejo subirá o porto, em ritmo acelerado, e só irá parar na casa do(a) novo(a) tesoureiro(a). O que era segredo é então revelado: anuncia-se o(a) novo(a) tesoureiro(a) e se faz, assim, o compromisso assumido perante o grupo, de que haverá continuidade da festa.



FOTOGRAFIA 35 – A sucessão da bandeira  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2016.

Lá chegando, conforme a fotografia 35, na frente da casa da filha de Dona Ditinha, a residência estará fechada e seus moradores aguardarão o chamado daqueles que acompanham o cortejo, que baterão à porta, entregando-lhes a responsabilidade. Através de rimas com o nome da pessoa que receberá a bandeira, os presentes conclamam sua participação na renovação da festa. Esse ano, o cortejo subiu tão acelerado que quase perdi o momento, o qual chamam de “Reis para passar a bandeira”. Para registrar a música da entrega da

bandeira, tive que recorrer à memória de Dona Maria de Bem, em momento posterior, quando esta interlocutora me fez repetir o referido “Reis”, descrito abaixo, para checar o entendimento correto da letra e do tom:

*Ô Viva maio!  
 Ô Viva junho!  
 Viva 1 de abril!  
 Ô Viva Dom Pedro II,  
 Imperador do Brasil!*

*O(A) senhor(a) [o nome do dono da casa] é a flor da melancia  
 Ô esperando pela resposta que da sua boca venha (2x)*

*O (A) senhor(a) (coloca o nome do dono da casa) com o seu feixo de lenha  
 Ô esperando pela resposta que da sua boca venha (2x)<sup>181</sup>*

Quando a porta se abre, o(a) novo(a) e o antigo(a) tesoureiro(a) se cumprimentam, ao tempo que lhe são entregues os acessórios da festa – primeiro a bandeira; depois coroas, chapéus de capitão e marinheiros, bem como a coroa da menina da barquinha. No momento da abertura da porta para o recebimento da bandeira (e com ela o compromisso assumido de realização da festa daquele ano), o seguinte refrão é entoado em forma de samba:

*Abre esta porta, também a janela  
 Que eu quero passar essa cor de canela!  
 Dor de lá  
 Dor de cá*

*Calunga no meio não pode passar (2x)<sup>182</sup>*

Embora o gênero não esteja contido como regra para a tesouraria da festa, ficou bem evidente o protagonismo das mulheres da comunidade. Os homens que já tomaram a responsabilidade assim o fizeram amparado por suas respectivas esposas, como Rosária, que dividiu a incumbência com o seu esposo por três vezes nos últimos anos. Já as mulheres, muitas delas solteiras, separadas ou viúvas, comumente assumem sozinhas, amparadas pelo aporte

181 Depoimento dado à autora por Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos, em setembro/2016.

182 *Idem*.

indefinido da comunidade, os custos para a realização da Barquinha.<sup>183</sup> É importante lembrar que muitas das que assumem a tesouraria da festa, quando criança já compuseram o cortejo, já que este é composto majoritariamente, e, às vezes até exclusivamente, por meninas.

Aninha (filha de Dona Noquinha) me contou que sua Barquinha foi em 2013 e que suas tias, Dona Nerinha e Dona Lurdinha, também já foram tesoureas em outros anos; e, diferentes da sua mãe, fazem parte do cortejo todos os anos. Era um sonho de Aninha tornar-se a dona da Barquinha. Este sonho foi concretizado com muita dificuldade, já que havia arrecadado pouco dinheiro na comunidade. A pouca adesão das pessoas em prol da festa talvez tenha se dado devido à inserção da indústria naval instalada no território naquele momento, sendo que a isso retomarei na sequência. Fato é que ela, separada, com dois filhos e um neto para sustentar, se desesperou quando visualizou a proximidade da festa. Disse que chamou primeiro por Deus, pelo Espírito Santo e depois pelos santos. Revelou que: “sabe o que é, dá assim um nó?... foi na minha Barquinha”. Tinha que arranjar dinheiro para viajar para Salvador para comprar tecidos, linhas e outros acessórios, além de pagar a banda. No entanto, não sabe explicar como o dinheiro apareceu para dar conta de tudo e que no dia “tava explodindo tanto de felicidade que estava estampado assim no meu rosto, da minha felicidade, da minha emoção!”

A Barquinha é uma festa singular, feita e composta majoritariamente pelos moradores da Enseada. Neste sentido, revela-se consideravelmente diferenciada com relação à Festa da Padroeira. Mesmo com as queixas direcionadas à falta de incentivo do poder público municipal (diferentemente do que ocorre na celebração da Padroeira, a qual recebe muitos visitantes), a continuidade da festividade, com algumas ressalvas, não foi um ponto de intenso debate. Isso se dá, provavelmente, em decorrência da comunidade está sempre renovando o compromisso com a Barquinha, através da entrega da bandeira a um novo(a) dono(a).

A disposição para tomar a tesouraria da Barquinha retoma então a ideia

---

183 A contratação da charanga é o aporte financeiro mais elevado da festa, diante da colaboração incerta da comunidade.

de sacrifício, apresentada por Dona Noquinha; e, nesse sentido, mostra-se salutar para entender pelo menos alguns significados intrínsecos à festa. Um sacrifício que gera uma recompensa, tal como um ônus e um bônus, uma entrega, mas também uma colheita. É na tentativa de compreender a relação do *habitat* das águas, ressignificado com essa entrega, lanço-me às narrativas daqueles que me permitiram mergulhar, mesmo que modestamente, no universo da Enseada do Paraguaçu.

#### 4.4 A barquinha, as águas e os encantados

Após as primeiras pistas, já não tive receio de perguntar aos interlocutores sobre os encantados. Esse filtro no campo poderia prevenir um entendimento equivocado da configuração sociorreligiosa que corresponde ao objeto de estudo. Meu cuidado foi no sentido de evitar correlacionar e identificar artificialmente o festejo da Enseada com outros realizados em diversos outros locais. Tornou-se necessário, com frequência, refletir sobre minha presença em campo, no sentido de evitar a ingenuidade, já que muitas são as questões metodológicas que envolvem o processo de (re)constituição das fontes orais. Embora considere que a “entre-vista” se faz lugar de diálogo, colocava-me na condição de aprendiz e ouvinte.<sup>184</sup>

Nesse sentido, em conversações enredadas pelas narrativas sobre os encantados da Enseada, também encontrei brechas para coletar mais informações sobre a barquinha, mas os encantados continuavam a aparecer. No caso em questão, alguns deles – a Sereia e a Mãe D’água – habitam o mesmo lugar onde se entrega a barquinha, ou seja, o território das águas da Enseada. Foi nessas mesmas águas que Dona Noquinha, quando tinha cerca de 18 anos, desapareceu por longas horas, provavelmente em transe, momento em que se deslocava de barco para exercer a coleta de marisco com o intuito de prepará-lo para um caruru na comunidade. Disse que acha que nem sabia nadar na época, mas, mesmo assim, descera diversas vezes ao fundo do rio e lá

184 PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 13. O autor chama atenção para os lugares ocupados na entrevista, os lugares da diferença, mas também na confiança construída através deles e da inclinação à aprendizagem de algum dos lados.

pode visualizar uma casa:

[...] chegava lá tinha uma casa grande, uma casa enorme, toda as parede toda daquela cor da bandeira ali dentro, tá vendo? ... com umas rosas deste tamanho assim de ouro! Azul, azul e com umas rosas de ouro, mas eu entrava nessa casa eu não via se era por cima ou se era pela porta, mas não tinha ninguém dentro dessa casa; era onde eu descansava, toda vez que eu descia, eu só descansava dentro dessa casa; entrava dessa casa, ficava assim em pé; a água passava assim. Aí eu dizia: ‘graças a Deus eu tô aqui!’ Ficava numa alegria quando eu entrava dentro dessa casa! Ficava numa alegria! Aí eu ficava, aí eu dizia: ‘ah como eu tô bem, uma casona grande’, não tinha um banco, não tinha nada, nada, nada, dentro da casa, só era toda parede de veludo, com essas rosas, e eu ali no meio! Mas eu não andava dentro da casa não, só era em pé, só ficava em pé. Aí acho que na hora que eu já tava descansada, quando eu despertava oh eu em cima d’água, aí eu dizia: ‘pronto, tô morta!’ Em vez de eu tá morta embaixo, eu dizia que tava morta ali em cima da água. Aí ele me procurando, lá vai escurecendo, lá vai escurecendo, lá vai escurecendo. Negócio de umas 2h da madrugada, nessa faixa aí. Eu rodei essa ilha toda oí, chegava perto das praia, daqui a pouco eu thummmmmmm, mergulhava, aí eu sumia, eles levava um tempo me procurando, e eu tava embaixo.<sup>185</sup>

Minha interlocutora estava preocupada com o juízo que poderia fazer da sua narrativa, por isso fez questão de citar as pessoas da comunidade que se envolveram na sua captura, ocorrida na proximidade da Barra do Paraguaçu, e solicitou que as interrogasse sobre o acontecimento. Para ela, era importante a validade do seu testemunho, para que ficasse confirmada a veracidade das suas narrativas. Parecia ciente do meu lugar de fala, desde o mundo científico, que coloca em questão os relatos sobre as experiências do senso comum. Esse entendimento ficou evidenciado a partir do cruzamento com outras narrativas, tal como a que sinalizou a cura de enfermidades através da atuação de espíritos de médicos que lhes indicaram orações, banhos e uso de folhas e oferendas. Estas narrativas foram questionadas e desacreditadas pelo “homem do anel” – o profissional da medicina formado na academia.

---

Esse momento me fez correlacionar as leituras que se referem à “douta

185 Depoimento dado à autora por Noémia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos, em outubro/2015.



ignorância” acerca da diversidade de saberes. Tal ignorância se manifesta inclusive quando desqualifica as referências dos testemunhos orais e dos saberes das comunidades de modo geral, considerando que só se produziria conhecimento na universidade. Sendo assim, o conhecimento que emana dos depoimentos teria que ser chancelado, para ser reconhecido como verdadeiro. Para Boaventura de Souza Santos, na contramão dessa concepção estaria a “douta ignorância” e a “ecologia dos saberes”, ou seja, retirar as verdades científicas dos seus pedestais e reconhecer a diversidade de saberes, presentes nos mais diversos lugares da experiência humana.<sup>186</sup> Com o tempo, Dona Noquinha foi entendendo que não era do meu interesse contestar ou autenticar as narrativas, mas escutá-las. Ela observou sua interlocutora/ pesquisadora, avaliando não só o que eu falava, como também a linguagem corporal<sup>187</sup>, assim como o fizeram os demais interlocutores, e no final das contas já estava partilhando muito mais do que o momento das entrevistas. Foi nesse bojo que a referida interlocutora fez questão que fotografasse os altares sagrados da sua casa, além de me apresentar os outros altares espalhados na comunidade.

Tal como a narrativa das imagens do espaço submerso do Poço do Banho, a casa visitada por Dona Noquinha, nas águas do Iguape, tem dono – ou melhor, tem dona. Não só na Enseada, mas também nos outros quilombos de Maragojipe, os encantados do domínio das águas costumam ser chamados de Sereia e de Mãe D’água, e em menor ocorrência de Iemanjá e de Oxum, presentes nos altares do quarto de Dona Noquinha (fotografias 36 e 37). Ao que parece, apenas as pessoas que tenham tido alguma inserção nas religiões afro-brasileiras as chamem pelo nome dos orixás; no entanto, de uma forma ou de outra, prevalecem as referências às grandes Mães africanas.

No que concerne aos arquétipos das Mães africanas, pode-se chegar a uma ideia aproximada dos encantados da Enseada. Oxum, a divindade do rio que corre em diversas cidades nigerianas, entre elas Ilexá e Osogbô,

---

186 SANTOS, Boaventura de Souza. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 10; p. 17.

187 Enquanto pesquisadora de história oral também agia da mesma forma, na tentativa de captar as falas, mas também os silêncios, as pausas, os risos e gargalhadas, as lágrimas e choros, as expressões faciais e corporais.



FOTOGRAFIAS 36 e 37 – Altares sagrados do quarto de Dona Noquinha  
Fotografia da autora, Enseada do Paraguaçu, 2015.

possui os “axés [...] constituídos por pedras do fundo do rio Oxum, de jóias de cobre e de um pente de tartaruga”<sup>188</sup>. Em Osogbô, acontece um festival anual, com procissão solene, em reverência a esta divindade. Essa festa deve-se à filha do rei desaparecida nas águas dessa cidade e devolvida com jóias, tendo o monarca – Larô, chamado depois pelo título de Ataojá (em iorubá: “Ele estende as mãos e recebe o peixe”) – a partir daí depositado oferendas, que foram acompanhadas certa vez por um grande peixe, e, costumeiramente, por outros tantos menores, que abundavam na região. Essa festa performatiza o rei, sua filha e a comunidade em interação com a divindade, que levam objetos sagrados e oferendas ao rio, ao tempo que aguardam para conferir se a deusa ficou satisfeita com as honrarias recebidas.<sup>189</sup> É a deusa da fertilidade, da abundância, “a rainha de todos os rios”, que alimenta aqueles por onde passam suas águas.<sup>190</sup>

Iemanjá, a “Mãe cujos filhos são peixes”, era cultuada nas cidades nigerianas de Ifé e de Ibadan, no Rio Yemojá, e posteriormente em Abeokutá, no Rio Ogun, onde possui um templo. Nesta última, acontece um cortejo anualmente para buscar água para lavar os seus altares sagrados e, no retorno, percorre as principais casas da região. Ela, filha de Olokun, divindade do mar, foi morar nesse domínio, após brigar com o rei de Ifé, seu esposo.<sup>191</sup> Por isso, é o “rio que corre para o mar” e se faz presente “em todo lugar onde o mar vem bater-se”, sendo, ainda, chamada de “rainha das águas” e por outros tantos nomes. Para agradá-la, se lhes oferecem presentes.<sup>192</sup> Mãe de Ogum, Xangô e Oxóssi, passou então a ser mãe do mundo. Sobre o culto à Mãe D’água no Brasil, Manuel Querino, grande estudioso das contribuições africanas à cultura brasileira, revelou ser “[uma] crença geral [,] [entre os negros] [,] que no fundo do mar e dos rios existe uma divindade que exerce influencia

188 VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 6. ed. Salvador: Corrupio, 2002, p. 174.

189 *Idem*, p. 175-176; VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas africanas dos orixás*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 1997, p. 42-46.

190 Em texto inédito sobre a nação ijexá na Bahia, cujos povos vieram das terras nigerianas de Ilexá e recriaram no Novo Mundo o culto à Oxum, o Prof. Vilson Caetano de Sousa Junior lembra que a divindade habita as profundezas dos rios, gosta de cânticos e de presentes, entre eles bonecas, que muitas vezes abrigam no seu interior objetos sacralizados.

191 VERGER, *op. cit.*, 2002, p. 90.

192 VERGER, *op. cit.*, 1997, p. 51-52.

directa<sup>193</sup> em todos os actos da nossa vida”.<sup>194</sup>

Na Baía do Iguape, rio e mar se encontram, e provavelmente muitas das referências das Mães africanas permeiam o mundo dos quilombos de Maragojipe. As águas da Enseada do Paraguaçu são moradas de encantados, e, por esse motivo, a barquinha colocada na virada de cada ano tem endereço. Respeito e devoção estão contidos na realização da festa, até porque o espaço territorializado se faz a principal fonte de alimento dessa comunidade. Dona Ditinha mesma disse: “Boto presente, quando vou pescar, levo frô, arreo lá, antes de jogar minhas linha n’água; primeiro jogo um boquê de frô pra Ela, arreo sabonete, tudo. Tenho muita fé.”

Maria Auxiliadora, mais conhecida como Bozinha<sup>195</sup>, 48 anos, moradora de uma casa bem próxima à área ocupada pelo empreendimento, também aproveitou para relatar as dificuldades que vem enfrentando para exercer a sua profissão, a qual aprendera com o pai. A mariscagem precisa ser feita em outros territórios, e boa parte da pescaria foi direcionada à região do Maia, onde costuma ocorrer o embarço de redes, devido ao grande fluxo absorvido. Além disso, trata-se de um ambiente majoritariamente masculino, onde a presença de mulheres não é bem aceita. Aproveitou para ponderar sobre os significados desses espaços: “As águas pra mim é tudo, se é de lá que eu tiro o meu sustento, lá não tem patrão, ninguém manda em mim, né?...”

Rosária também se lembrou das narrativas do seu pai, das experiências vivenciadas durante o trabalho naquelas águas:

Ele disse que uma certa vez mesmo ele desceu de manhã cedo pra poder ir pescar e quando vai daqui pras Curvuadas, não sei se você quando vem de Maragojipe vê bastante pedras e rochas, quando ele foi tentando virar, tinha uma moça em cima de uma pedra penteando os cabelo. Aí ele foi chegando mais próximo, só que de longe, tava ele e um irmão, e ouvindo uma voz fina, tipo cantando e cada vez mais

---

193 Conservei a escrita tal como ela aparece no texto consultado.

194 QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, p. 61.

195 A depoente faleceu em agosto /2020.

aproximando, aproximando, aproximando; só que ele disse que essa pessoa, nunca ele chegava na beira; quando ele virou assim numa rocha, né?... uma pedra, que ela viu, caiu no mar, ele disse que ainda viu gesto de uma mulher, mas ele não viu totalmente, entendeu? Aí ele disse que se respeitava, passou a respeitar mais ainda, que ele sabe que o mar tem dono.<sup>196</sup>

Já Seu Bartô narrou as experiências conturbadas passadas nos saveiros ao se deslocar para Salvador, transportando mercadorias, quando se deparou algumas vezes com temporais e com outros eventos difíceis, “capaz de ir pro fundo”. E por tudo que já viveu nas águas, que o fez lembrar inclusive do acontecimento envolvendo Dona Noquinha, disse que sempre coloca presente nas águas, além de ser devoto de Nossa Senhora das Candeias:

Com certeza, faço a minha obrigação todo ano, sou devoto de Nossa Senhora das Candeias. Tenho a imagem dela ali. Já fui salvo várias vezes por ela. As pessoa não acredita, mas várias vez já fui quase emborcado: a gente vê já virado e chamar e ser socorrido. Fé, né? O problema na vida é a fé. Teve fé, vale.<sup>197</sup>

A devoção à Nossa Senhora das Candeias<sup>198</sup> havia se perdido nas narrativas da comunidade, com exceção da referência de Seu Bartô. No entanto, quando me direcionei à comunidade para apresentar o desenrolar do texto desta pesquisa, em outubro/2016, Dona Maria de Bem recordou que antes da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ser erguida, há cerca de 80 anos, aquela era a padroeira da comunidade.

A antiga capela de Nossa Senhora das Candeias ficava localizada atrás do cemitério e assim era alcançada pelas águas do Iguape, já que vizinha ao porto. Sua lembrança viera à tona para retificar a escrita, já que a barquinha

196 Depoimento dado à autora por Alexandra Rosária Soares Santos (Rosária), 40 anos, em outubro/2015.

197 Depoimento dado à autora por Bartolomeu Brito Coelho (Seu Bartô), 76 anos, em outubro/2015.

198 Importante lembrar que, no Brasil, as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora das Candeias acontecem no mesmo dia, 2 de fevereiro, embora vertentes do sincretismo religioso apontem associações entre a santa e Oxum. VERGER, op. cit., 2002, p. 192.

fazia saudação àquela santa e não à atual. Para explicar o motivo da mudança da referida invocação, foi preciso recorrer às narrativas da mãe, falecida há 7 anos, com 92 anos. A mãe de Dona Maria de Bem contava que fizeram um serviço equivocados na coroa da santa e que, no lugar do ouro, fora colocado palha de nicuri, e por esse motivo a santa tomou o rumo de um outeiro na cidade de Cairu; indo, na sequência, embora sozinha, em uma jangada de pau, para a cidade de Candeias<sup>199</sup>, onde permanece até hoje. Após o acontecimento, a comunidade pegou emprestada uma imagem da Barra do Paraguaçu, e daí em diante foi de vez substituída por Nossa Senhora do Rosário.

É importante salientar a atuação de devoções femininas na Enseada do Paraguaçu – Sereia e Mãe D’água, Oxum e Iemanjá, e Nossa Senhora das Candeias e Nossa Senhora do Rosário, que assumem o lugar da beleza e da vaidade, mas também das mães protetoras.<sup>200</sup> Talvez por conta desses referenciais, são preponderantemente as mulheres da comunidade que tomem a regência da Festa da Barquinha e seu cortejo composto por meninas virgens, razão pela qual Rosária acredita ser “um presente dos pescadores para a Rainha do Mar”. As marisqueiras preparam com esmero a festa e cultuam cotidianamente os “ventos” da Enseada. Dona Benedita, cuja casa fica no porto de onde sai o presente da barquinha, afirmou:

Eu adoro aqui. É porque todo dia eu me levanto, eu salvo todo mundo. Salvo primeiramente Jesus Cristo, o Senhor vivo do céu, é quem guenta a gente, quem dá intuição, é que dá saúde, dá a vida, dá tudo é ele, e depois eu começo, eu começo salvar os outro povo de santo, Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Conceição, Santo Bartolomeu, meu padroeiro, eu sou filha de lá [a sede de Maragojipe], sabia?<sup>201</sup>

199 Interessante é que a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Candeias está de costas para a cidade; no entanto, o período de fundação não corresponde ao proférido, já que foi erguida no século XVIII, tendo passado por intervenções nos séculos XIX e XX. Na cidade de Candeias, a festa da santa é realizada no dia 2 de fevereiro, mesmo dia em que acontecem festas para a Rainha do Mar – Iemanjá, em diversas localidades da BTS. SANTOS, Jair Cardoso dos. *Candeias: história da terra do petróleo*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: Gráfica Salesiano, 2008. p. 47-50. Todavia, aproxima-se do período de descoberta de petróleo em Candeias, na década de 1940, quando também muitos maragojipanos migraram para aquela cidade (inclusive meu avô paterno), em busca de oportunidade de emprego, ou até mesmo para continuar vivendo da pesca (nos distritos de maré de Candeias – Passé, Caboto e Passagem dos Teixeira) e da plantação, com uma maior garantia de escoar as mercadorias.

200 Não estou supondo associações entre as devoções católicas e afro-brasileiras (encantados e orixás), muito menos sincretismos, mas de pluralismo religioso, já que diferentes práticas religiosas podem conviver em um mesmo território. Sobre isso: COUTO, Edilece Souza. Sant’Ana e Iemanjá: as senhoras do Rio Vermelho entre ritos do catolicismo e do candomblé. In: COUTO, Edilece Souza; SILVA, Marco Antônio Nunes da; SOUZA, Grayce. *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira*. Salvador: EDUFBA; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. p. 337-365.

201 Depoimento dado à autora por Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos, em dezembro/2015.

E lá na beira do rio, no porto, nas pedras, nas águas estão os mistérios, a força proferida por Dona Noquinha, os quais sua filha bem parece conhecer:

É uma coisa deslumbrante! Eu saio daqui, vou pra lá sozinha [pedras do Maia]. Fico lá. Vou de manhã; quando venho, é seis hora, cinco horas da tarde. Saio daqui umas sete hora. Aí eu vou, chego lá, fico lá sozinha e Deus. Levo água, às vezes eu nem levo nada pra comer. Que lá é bom, lá você se sente bem, é, lá você chora, lá você rir, lá você canta. Lá você só vê o canto do passarinho, mais nada, e o mar batendo.<sup>202</sup>

Segundo Dona Noquinha, no domínio das águas “tem tanta gente ... que é um mistério tão grande”. Afirmou não saber de onde vem aquela espuma, nem para onde vai tanta água, já que “quando a maré vaza, ela vaza em todos os lugares, e quando ela enche, ela enche em todos os lugares”. Para explicar e reafirmar esses mistérios, falou da Sereia e da Mãe D’água, ao mesmo tempo que as associa a Oxum e a Iemanjá, mas como bem fora dito, não importa o nome do “vento”, mas a força contida na intenção, até porque esses arquétipos são referenciados como irmãs:

Ela é Sereia também, elas duas são irmã, elas duas são irmã, elas se encontram todo dia, elas duas. Uma leva e entrega a outra, a outra recebe e desce. Oxum panha aqui na terra e entrega a Iemanjá; Iemanjá recebe todos os dia. Por isso que eu digo, qualquer dia é dia, por isso que eu não me coiso assim no dia primeiro de ir mesmo que doida botar aquela flor.<sup>203</sup>

A Festa da Barquinha mapeia os lugares sacralizados da Enseada do Paraguaçu – percorre a igreja, as casas dos moradores, os quatros cantos do quilombo e alcança suas águas. Nesse sentido, a partir dos significados

202 Depoimento dado à autora por Adeilza Nascimento dos Santos (Aninha), 46 anos, em julho/2015.

203 Depoimento dado à autora por Noêmia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos, em dezembro/2015.

agregados à festividade, foi possível constatar o quanto se faz danosa a instalação de um empreendimento naval nesse território em nome do desenvolvimento econômico do país e de determinados grupos.

Para utilizar um termo mais apropriado, se constitui um caso de racismo ambiental, tendo em vista: (I) a violação de direitos efetivada contra grupos étnicos (vulneráveis, ante a relação de poder); (II) a exclusão destes dos processos de participação e de decisão; (III) as alterações provocadas no território e nos seus modos de vida; (IV) a exploração do território e dos moradores; (V) as formas de expropriação que marginaliza e impulsiona o deslocamento da população local.

É com intenção que mulheres, como Dona Ditinha – “Tenho muita fé nas água. Aliás, tenho tanta fé que eu criei minha filha pescando siri, eu criei essa filha pescando siri nas água, pra catar, pra vender, pra criar minha filha, sem pai!” – continuam saudando esse território de encantados através da Festa da Barquinha. E, sendo um “agradecimento às águas”, os presentes são “bem incensado, bem rezado” (Dona Noquinha), além de ser “bem arriada, bem botada, bem considerada, bem respeitada” (Dona Ditinha), significando, assim, o valor que esses espaços (invadidos pelo empreendimento naval e suas dragas) assumem para a comunidade.

Um valor que extrapola as fronteiras do tangível, que aglutina a comunidade em torno das práticas culturais e se constitui como elemento fundamental para a construção da territorialidade do grupo. Sendo assim, através das narrativas da Festa da Barquinha da Enseada do Paraguaçu, a comunidade mapeou e significou os lugares identitários, e, nesse sentido, traçou as territorialidades do quilombo<sup>204</sup>, definidas inclusive pelo cortejo da barquinha, que extrapola os limites da municipalidade como também aqueles que estão sendo demarcados pelo INCRA, e alcançam as águas da Baía do Iguape, um território movente, das “territorialidades marítimas” ou “águas territoriais”<sup>205</sup>, território dos encantados da Enseada do Paraguaçu.

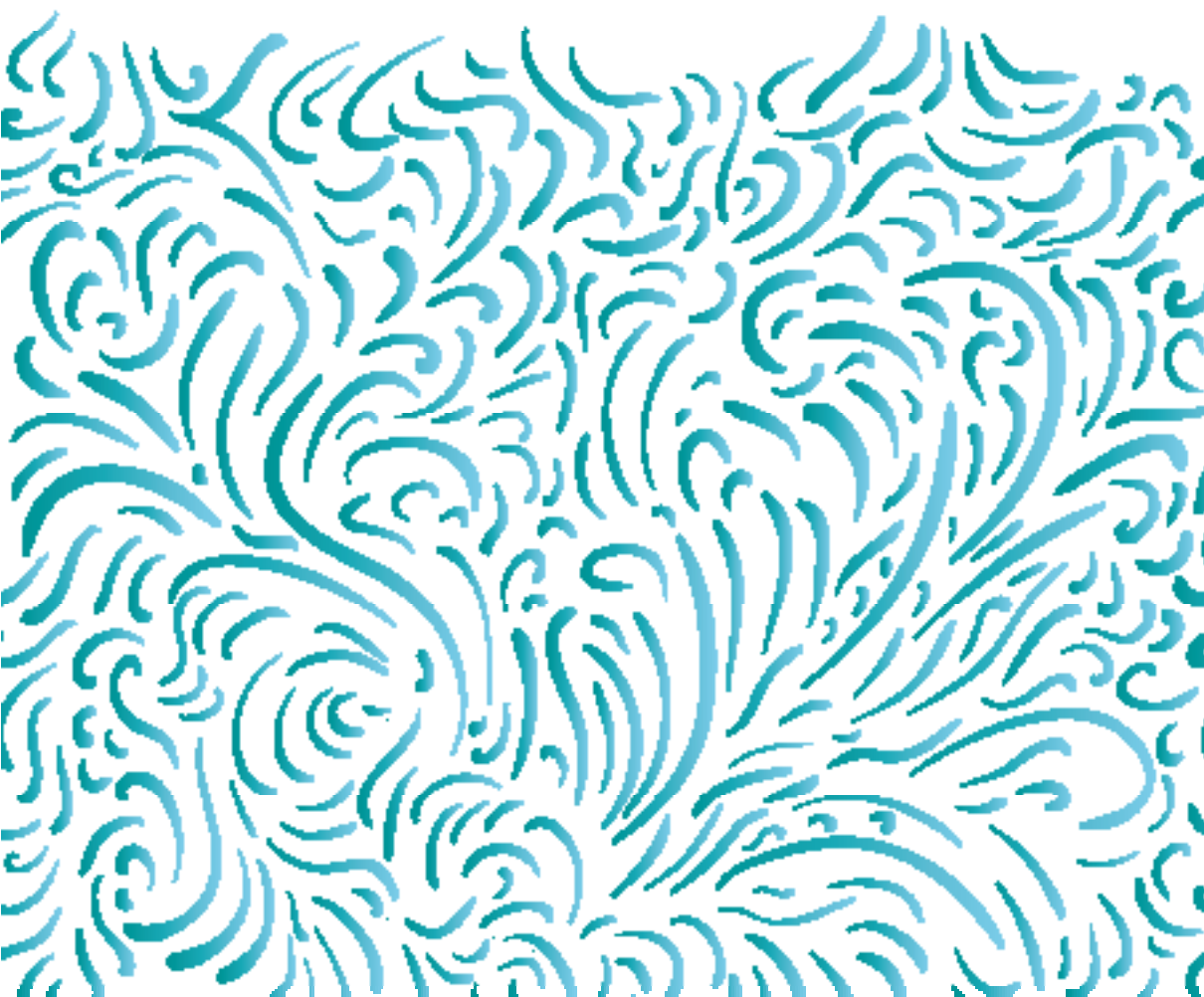
---

204 LITTLE, *op. cit.*, p. 263.

205 TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca, *op. cit.*, p. 265-267.



## *Considerações Finais*



**M**aragojipe sempre foi generosa comigo. Me possibilitou muitos orgulhos. É de lá que advêm muitos remédios que me auxiliam na cura do corpo e da alma. Folhas, banhos, rezas, vibrações, vivências e aprendizados. Não posso esquecer os sabores que me conectam à terrinha no dia a dia: farinha, carne de fumeiro, torresmo, mariscos, frutas e legumes. Sabores que ativam sensações, momentos, lembranças.

Esta pesquisa possibilitou olhar por outro viés esse território que se fazia de fascínio desde a infância. Para além das narrativas, oralidades e festividades, temáticas de interesse anterior, pude enxergar conflitos, negociações, disputas, enfrentamentos e resistências. Ainda constatei a inércia dos poderes públicos frente às demandas infraestruturais das comunidades quilombolas.

São muitos os desafios historicamente enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil. Nos últimos anos têm ocorrido retrocessos no âmbito dos direitos e das políticas públicas diante (I) da negação, por parte das instâncias governamentais federais, da existência do racismo, (II) do corte de verbas para ações estruturantes e transversais, (III) do menor reconhecimento das comunidades e, conseqüentemente, menor demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, a pasta do INCRA está a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou seja, direcionada por uma bancada ruralista, que porventura tem pouco interesse pelas causas ligadas aos direitos sociais, principalmente no que concerne ao direito à terra.

No que concerne à Enseada do Paraguaçu, identifiquei uma questão que perpassa as demais comunidades quilombolas de Maragojipe, mas lá se apresenta de forma latente: as dinâmicas tanto para resistir às pressões dos fazendeiros quanto para dialogar com os poderes públicos e enfrentar as demandas neoliberais. A instalação de um empreendimento naval na Enseada se faz exemplo crucial, já que não houve diálogo, nem possibilidade de escolha por parte dos seus moradores. Nesse bojo, está o engendramento do capital, capaz de subverter as dinâmicas construídas nos territórios quilombolas. Nos parâmetros dessa ordem, aqueles que construíram territorialidades alicerçadas nas confluências do espaço, inclusive das águas, e da ancestralidade, são invisibilizados.

A narrativa dos moradores da Enseada recorrentemente (re)significa o mesmo espaço invadido pelo empreendimento – as terras do quilombo e as águas da Baía do Iguape. Um espaço simbólico e também mítico, que recompõe a identidade do grupo. Talvez por isso tenha surgido de forma tão pungente a importância da Festa da Barquinha, e nesse ínterim imperado um esforço por uma narrativa que aponta para (re)territorialização do lugar das águas para a comunidade. Um lugar de encantados, de devoção e de respeito.

Nesse ponto, o limite entre o “eu” e os “outros” se apresenta como mais que compreensível, tendo em vista os usos e os significados diversificados sobre essa localidade onde ocorrera uma “sobreposição de território”, já que os espaços de produção e reprodução dos bens materiais e imateriais da Enseada do Paraguaçu foram subordinados à lógica do capital.

Apesar de todas as modificações provocadas em toda a região da Baía do Iguape, as quais afetaram diretamente as comunidades quilombolas de Maragojipe, desde 2013, com as investigações da Lava Jato, o empreendimento teve suas atividades paralisadas; a despeito dos sucessivos esforços para reativação econômica deste a partir do estudo de viabilidade de novos contratos e negócios, inclusive com a possibilidade de utilização das estruturas para outras áreas de atuação.<sup>206</sup>

Após um tempo de contato frequente, vislumbrei que não havia solitariamente escolhido o campo e a temática de pesquisa, mas que haviam me escolhido<sup>207</sup>, antes de tudo para que os valores simbólicos contidos na Barquinha, assim como da territorialidade desse quilombo fossem reconhecidos pelos “outros”. Nesse caso, “o outro”, que adentra sem pedir licença, quebra os protocolos, permanece sem permissão, desconhece limites, sobe ao pedestal da ciência, desrespeita fronteiras e deslegitima territorialidades alicerçadas na ancestralidade.

206 Conforme matérias de 02/12/2016, “Odebrecht anuncia novos planos para o Estaleiro Enseada, disponível em: <http://www.opetroleo.com.br/odebrecht-anuncia-novos-planos-para-o-estaleiro-enseada/> e “Com dívida bilionária e sem encomendas, estaleiro Enseada busca novos negócios”, (sic) de 20/05/2017, [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/05/economia/563739-com-divida-bilionaria-e-sem-encomendas-estaleiro-enseada-busca-novos-negocio.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/05/economia/563739-com-divida-bilionaria-e-sem-encomendas-estaleiro-enseada-busca-novos-negocio.html).

207 Isso ficou mais evidente quando durante a festa parte integrante da comunidade atuou junto à dona da bandeira para que essa pesquisadora pudesse acompanhar a entrega da barquinha, e nas visitas subsequentes o fato fora lembrado com consternação por diversas vezes. Obtive, ainda, a garantia de que teria permissão na festa do ano seguinte (2016-2017), tal como se estivessem firmando um compromisso, mesmo que eu não tenha forçado essa participação, por saber que não faz parte do roteiro da festividade o acompanhamento de membros externos aos previstos para o momento.

A Festa da Barquinha mapeia os lugares sacralizados da Enseada do Paraguaçu – percorre a igreja, as casas dos moradores, os quatros cantos do quilombo e alcança suas águas. Nesse sentido, a partir dos significados agregados à festividade foi possível constatar o quanto se faz danosa a instalação de um empreendimento naval para essa localidade, mas também para os demais territórios. Para utilizar uma expressão mais direcionada, temos em vista um caso de racismo ambiental, considerando: (I) a violação de direitos empreendida contra grupos étnicos (vulneráveis, em face da relação de poder); (II) a exclusão destes dos processos de participação e de decisão; (III) as alterações provocadas no território e nos seus modos de vida; (IV) a exploração do território e dos moradores; (V) as formas de expropriação que marginaliza e impulsiona o deslocamento da população local.

Me retiro, então, desta pesquisa, compreendendo os sentidos simbólicos da Barquinha, através dos agenciamentos da Festa, assim como seu alcance político diante do autorreconhecimento de uma identidade quilombola e das resistências empreendidas pelos moradores da Enseada do Paraguaçu.

Entretanto, esse território de encantados não sai de mim. Isso porque esse mergulho deixou muitos aprendizados para a pesquisadora, mas antes de tudo cativou pessoas, conectou histórias e ampliou visões de mundo. Tal como as águas que se renovam com as correntezas, uma pesquisadora nunca sairá a mesma após a imersão densa em um campo de pesquisa.

Maragojipe é entrecortada pelas águas. Águas de rio, águas de mar e águas de maré. Maragojipe se faz um território sacralizado. Nesse sentido, estreito aqui os vínculos com a Terra das Palmeiras, entendendo um pouco dos muitos mistérios que envolvem a Baía do Iguape e confiando mais no fluxo, no corte e na força das águas. Melhor revelar, antes do fim... desde muito, fui literalmente encantada pelas águas!

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografias e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, n. 9, p. 337-355, 2006.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: Edusc, 2006.
- AUGÉ, Marc. O próximo e o distante. In: *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papius, 1996.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *IPAC-BA, inventário de proteção do acervo cultural; monumentos do Município do Salvador*. 2. ed. Salvador, 1984. v. 1.
- BARBOSA, Magnair Santos. Cachoeira: ponto de confluência do Recôncavo Baiano. In: Governo do Estado; Secretaria de Cultura; IPAC. *Festa da Boa Morte, Cadernos do IPAC*, 2. Salvador: Fundação Pedro Calmon, IPAC, 2010. p. 13-22.
- BARBOSA, Magnair; SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano; VELAME, Fabio. *Quilombos bom de ver e bom de viver*. Salvador: Brasil com Artes, 2013. v. 2.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários recôncavos e seus riscos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira, BA, v. 1, n. 1, p. 53-56, 2007.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BURKE, Peter. A vez da antropologia histórica. In: *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de; HEIMER, Michael. Análise dos impactos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Maragojipe/BA, com o auxílio da Geotecnologia. In: *IV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA*, 4., 2015, Cidade do México: UNAM. *Anais [...]*, Cidade do México, 2015.
- COMISSÃO PRÓ-IGUAPE. *Relatório final sobre EIA-RIMA do Estaleiro do Paraguaçu, Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.ceama.mpba.mp.br/boletim->

informativo/doc\_view/2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio-final-sobre-o-eia-  
rima-estaleiro-praguacu.html

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, ano 1, v. 1, n. 1, maio 2008, Dossiê Identidades Religiosas e História.

COUTO, Edilece Souza. Sant'Ana e Iemanjá: as senhoras do Rio Vermelho entre ritos do catolicismo e do candomblé. In: COUTO, Edilece Souza; SILVA, Marco Antônio Nunes da; SOUZA, Grayce. *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira*. Salvador: EDUFBA; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. p. 337-365.

CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha (Org.). Apresentação. In: *Carnavais e outras f(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

FARIAS, Terezinha da Flôr de Jesus. *Maragojipe - Da Villa de São Bartholomeu à "cidade histórica" (entre o "colonial" e o "moderno")*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2012.

MOURA, Milton. (Org.) *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo*. Salvador: EDUFBA, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

- ORNELLAS, Maria de Lourdes S. *(Entre)vista: a escuta revela*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PROST, Cathérine. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.
- QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- RIBEIRO, CARLOS. *Viva Saveiro: Patrimônio naval da Bahia*. Lauro de Freitas: Solisluna, 2013.
- SÁ, Osvaldo. *Histórias Menores (capítulos da história de Maragojipe)*. São Félix: Gráfica e Editora ODEAM, 1982. v. 2.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 11-43, mar. 2008.
- SANTOS, Fernanda Reis dos. “A Festa do Excelso Padroeiro da Cidade das Palmeiras”: o culto à (sic) São Bartolomeu em Maragojipe (1851-1943). 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- SANTOS, Jair Cardoso dos. *Candeias: história da terra do petróleo*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: Gráfica Salesiano, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHAPANAN, Francelino de. Entre Caboclos e encantados: mudanças recentes em cultos de caboclo na perspectiva de um chefe de terreiro. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). *Encantaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- SILVA, Angelica Maria da. *Chegança dos Mouros – A Barca Nova: uma manifestação cultural dramática saubarense*. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.
- SILVA, Sida da. *A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragojipe/BA*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015.
- SILVA, Sida da. A sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do

- Paraguaçu em Maragojipe/BA. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 484-517, 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: a alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht, 1996.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano; BARBOSA, Magnair; VELAME, Fabio. *Quilombos bom de ver e bom de viver*. Salvador: Brasil com Artes, 2013. v. 1.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano; BARBOSA, Magnair; VELAME, Fabio. *Quilombos bom de ver e bom de viver*. Salvador: Brasil com Artes, 2013. v. 3.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. *A Barquinha de Enseada*. Ilustrador: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Quilombos de Maragojipe: cartilha para trabalhadores do Estaleiro Enseada do Paraguaçu*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Dendezeiro: a planta de onde se tira tudo*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *História de Tenengo*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Maria & Maria*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Medicina quilombola*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *O menino que a Caipora carregou*. Ilustração: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Sotaque quilombola*. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. *Vovó do Mangue e Vovó do Mato*. Ilustrador: Rodrigo Siqueira. Salvador: Brasil com Artes, 2013.
- TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *Festas na Baía de Todos os Santos: visibilizando diversidades, territórios, sociabilidades*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, n. 11, p. 1-12, 2012. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/300>.
- VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas africanas dos orixás*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 1997.



VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 6. ed. Salvador: Corrupio, 2002.

ZAGATTO, Bruna Pastro. Sobreposições Territoriais no Recôncavo Baiano: A Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e Polo Industrial Naval. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP*, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 13-32, set. 2013.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Parecer Técnico, processo n° 1.615-T-2010, “Tombamento do Saveiro de Vela de Içar, de nome Sombra da Lua, no Recôncavo Baiano, estado da Bahia”. Depam/IPHAN. Brasília, 16 de novembro de 2010.

### **Audiovisual**

Casa de Santo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FF-zu3wpVx8>

Vídeo-documentário da Série Bahia Singular e Plural, Marujada.

Vídeo-documentário da Série Bahia Singular e Plural, Chegança dos Mouros.

Vídeo Manifestação Cultural da Barquinha da Enseada. Produção: Enseada Indústria Naval, 2013-2014.

### **Fontes orais**

1. Depoimentos colhidos pela autora no Quilombo Enseada do Paraguaçu:

Adeilza Nascimento dos Santos (Aninha), 46 anos.

Alexandra Rosária Soares Santos (Rosária), 40 anos.

Benedita da Silva Santos (Dona Benedita), 91 anos.

Benedita de Sousa (Dona Ditinha), 79 anos.

Bartolomeu Brito Coelho (Seu Bartô), 76 anos.

Maria Auxiliadora Santos dos Santos (Bozinha), 48 anos.

Maria de Lourdes da Silva Bonfim (Dona Maria de Bem), 67 anos.

Noêmia dos Santos (Dona Noquinha), 71 anos.

2. Depoimentos colhidos pela autora e cedidos pela empresa Brasil com Artes:

Manoel Antônio da Conceição (Bié), 54 anos, Quilombo Salamina Putumuju

Egídio Borges, 61 anos, Quilombo Salamina Putumuju

Manoel Ernesto, 67 anos, Quilombo do Buri

João Francisco, 74 anos, Quilombo Enseada do Paraguaçu

Jair Sacramento de Jesus, 58 anos, Quilombo Sítio Dendê

Antônia Bispo Santos Silva, 78 anos, Quilombo Topá de Cima

As águas da Baía de Todos os Santos têm inspirado práticas culturais de diversas populações ao longo de sua história e, de forma muito particular, às comunidades e povos tradicionais que resistem bravamente no seu entorno e têm as suas águas como um porto, fonte de sobrevivência e condição para a sua continuidade e permanência. É neste sentido que podemos entender a “Barquinha de Enseada”. Trata-se de “um presente às águas”, como bem define os seus principais responsáveis. Para além de uma festa realizada por esta comunidade quilombola, a Barquinha nos possibilita reconstruir a história de outras comunidades negras rurais do município de Maragogipe e perceber uma série de relações históricas, socioculturais, políticas, econômicas e religiosas constituídas e reinventadas desde o tempo imemorial em que as águas foram encantadas, e o rio e o mar se confundiram. Magnair Santos Barbosa nos permite o encontro com tradições vivas, nos presenteando com uma obra que traz dentro de si também a magia de uma Baía presente na memória de pescadores e de marisqueiras que pelos seus “encantos” tornou-se um dos símbolos identitários de nosso povo. Boa leitura!

**PROF. DR. VILSON CAETANO, ANTROPÓLOGO, PROFESSOR DA UFBA.**



Apoio financeiro



SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

